

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 828  
9 de Novembro de 1989  
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## SÍMBOLOS E BOLETINS DE VOTO



**é fácil  
evitar  
confusões!**

As próximas eleições trazem uma novidade. O nosso Partido apresenta-se ao eleitorado não apenas numa coligação, mas em várias coligações, cada qual com a sua sigla e o seu símbolo. Aqui, na capital, na cidade de Lisboa, na coligação «Por Lisboa», não apenas com os Verdes, mas também com o Partido Socialista e o MDP/CDE.

Nos concelhos de Setúbal e da Covilhã, nas coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã».

Nos restantes 302 concelhos e mais de 2 500 freguesias, na CDU-Coligação Democrática Unitária. A diferença das siglas e dos símbolos é susceptível de criar algumas confusões no eleitorado, como é o caso do distrito de Lisboa. Entretanto, é fácil evitar confusões. Quem queira votar certo e seguro, quem queira eleger para os órgãos autárquicos candidatos ao serviço do povo, que trabalhem com honestidade e competência para resolver os problemas das populações, dos concelhos e das freguesias respectivos, tem em todo o País, em todos os concelhos e freguesias, em todas as coligações, quaisquer que sejam os partidos que as compõem, em todos os boletins de voto, um ponto de referência universal: a foice e o martelo do PCP e o girassol dos Verdes.



## ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS



O Pavilhão dos Desportos de Lisboa encheu-se para o comício do PCP

**Álvaro Cunhal no comício do Pavilhão dos Desportos:**

**"O PCP aparece neste momento na vida nacional com iniciativa e reforçada influência, prestígio e autoridade"**

Discurso de Álvaro Cunhal - Págs. 3, 4 e 5/Semana

Noticiário e reportagens da campanha

- Págs. 1, 2, 6, 7, 8 e 9/Semana e Págs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9/Em Foco

# FSE

**o escândalo  
de que o Governo  
tem medo**

Págs. 10 e 11/Em Foco

## ANUNCIADA NOVA GREVE NOS TRANSPORTES

### DIA DE LUTA NACIONAL

Pág. 13/Semana



A delegação soviética dirigida pelo camarada Djumagulov Apasa Dujmalovitch, presidente do Governo da República Socialista Soviética da Kirguízia, deputado do Soviete Supremo da República e membro da Comissão Central de Revisão do Comité Central do PCUS e que se encontra em Portugal para participar nas comemorações do 72.º aniversário da Revolução de Outubro organizadas pela Associação de Amizade Portugal-URSS, foi recebida no Centro de Trabalho do PCP da Soeiro Pereira Gomes pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário geral do PCP, que estava acompanhado dos camaradas José Bernardino, membro do CC, e Manuela Bernardino, membro suplente do CC

# JCP

**10.º ANIVERSÁRIO**

**Comício-festa**

sábado, às 16 horas  
no Rock Rendez-Vous

Intervenção de Álvaro Cunhal



# 1917



Тов. Ленин ОЧИЩАЕТ  
ЗЕМЛЮ ОТ НЕЧИСТИ.

há 72 anos  
abriu-se nova etapa  
da vida da humanidade



Págs. 14 e 15/Em Foco



# Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII  
N.º 828

9 de Novembro de 1989

1.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## O governo — «comissão eleitoral» do PSD

Cavaco Silva, o mandatário itinerante da verdadeira «comissão eleitoral» do PSD para as autárquicas de Dezembro — o Governo — na última semana em deambulações pela ridante região minhota ainda recentemente devastada por incêndios que a incúria de melos do governo cavaquista não permitiu circunscrever e atacar de modo pertinente, festejou na 2.ª feira o 4.º ano da sua investidura como Primeiro-Ministro.

Ali, mais uma vez debitou sobre «promessas cumpridas» e as famigeradas «reformas estruturais» conseguidas sob o seu mandato.

Nas viagens eleitorais pelo País, acaudilhado por numerosa comitiva ministerial, convenientemente «coberto» pela TV de todos nós, *bestialmente* independente e pluralista, Cavaco Silva visita às vezes Lisboa.

Reúne à pressa o plenário da «comissão eleitoral» do PSD, para o efeito investida na função de Conselho de Ministros; e nessas alturas a imensa legião dos portugueses desfavorecidos, em especial os trabalhadores, têm razão, para temer o que, sob a capa demagógica do eleitoralismo, vai sair das «sábias» decisões dos ministros cavaquistas em termos de agravamento das suas condições de vida.

Tornadas públicas as decisões ei-lo de novo, o Primeiro-Ministro, em novas passeatas de corta-a-fita por paragens onde, apesar de preocupantes manifestações de protesto popular como as de Viana do Castelo, da Guarda e outras, reveladoras da redução da sua base de apoio, tem ainda a hipótese de um encomendado «banho de multidão» para TV mostrar a incautos telespectadores.

É significativo que no próprio momento em que o Primeiro-Ministro festeja o 4.º aniversário da sua investidura e em que alardeia os «4 anos de estabilidade política», no momento em que os seus divertidos acólitos do ministérios lhe oferecem um simbólico «sempre-em-pé» com a sua figura, Lisboa e o País estejam quase paralisados por uma greve de transportes só possível devido à sua intransigência e surdez face a reivindicações profundamente sentidas e de flagrante justeza dos trabalhadores; que numerosas acções de contestação popular estejam em curso ou programadas para os dias próximos; que num mar de dinheiros caídos dos céus da CEE no «saco azul» do governo se adensem as preocupações e dificuldades económicas e sociais e venham a lume novas manifestações de imoralidade e de corrupção nas esferas do Poder.

As taxas de inflação «cientificamente» determinadas por Cadilhe para a imposição de novos

tectos salariais para o próximo ano na base fictícia dos 9,5/10% são escandalosamente «medidas» nos 56% de aumento nos vencimentos dos titulares de cargos políticos e nos mais de 100% de aumentos em numerosas multas e alcavalas. É na base da contenção dos salários e vencimentos de quem trabalha e no aumento real da carga fiscal sobre as camadas mais extensas e carenciadas da população que o Governo PSD/Cavaco se propõe reduzir os excessos consumistas.

Que cerca de 30% dos trabalhadores aufrim salários inferiores ao mínimo nacional; que mais de 600 000 laborem em regime de trabalho precário sem elementares garantias sociais; que mais de 20 000 crianças trabalhem ilegalmente pagas a írisórios salários; que as pensões e reformas para cerca de 2 milhões de velhos trabalhadores sejam inferiores a metade do salário mínimo nacional; que as horas extraordinárias (o sobre-trabalho em expansão) sejam pagas com um imposto de 50% e 75% não são coisas que preocupem o governo.

Mas na escandalosa acumulação das fortunas das camadas mais privilegiadas, no consumo sumptuário dos velhos e dos novos-ricos entre-mostrado pelos «OLAS» da alta roda não se toca, não há limites nem cortes. Pelo contrário para eles há o esbulho e a entrega de bens do Estado.

O panorama da saúde, da habitação, do ensino; as alterações da composição do emprego; o insucesso escolar e o acesso ao primeiro emprego dos jovens, são elucidativos da política social do governo marcada pelo desprezo mais revoltante pelos interesses e necessidades básicas da esmagadora maioria do povo. O Governo PSD/Cavaco proclama a diminuição estatística do desemprego silenciando o despedimento ou a redução compulsiva do número de trabalhadores efectivos das empresas pagos por salários de miséria (em que abundam os trabalhadores africanos dos novos países de língua oficial portuguesa), a emigração em massa que nos últimos dois anos aumentou de mais de 30%, o alastramento criminoso do trabalho infantil.

Do caos da assistência hospitalar do Estado sob o Governo cavaquista são testemunhos vivos os que de menores recursos diariamente e em número crescente necessitam recorrer aos hospitais civis e os trabalhadores da saúde que em potentes acções contra a «fela» política da ministra Beleza lutam por reivindicações de incontestável justeza.

No seu paleo eleitoralista Cavaco e o seu Governo anunciam o alargamento de facilidades para aquisição da habitação própria mas silenciam a subida inacessível das rendas, o alastramento das habitações degradadas, dos bairros de lata, a significativa redução em mais de 30% na concessão de créditos para aquisição de habitação.

No plano económico e financeiro o 4.º aniversário da ascensão de Cavaco é assinalado pelas altas negociatas das privatizações, pela crescente alienação das empresas públicas ao capital estrangeiro, pela nova legislação sobre a aplicação sobrevalorizada das indemnizações por expropriações dos antigos monopolistas e financeiros da época fascista (que já a partir de Fevereiro do próximo ano começam a ser pagas na nova modalidade); pelo afluxo de dinheiros da CEE sobre cuja aplicação nenhuma garantia de fiscalização séria existe e se pode esperar do actual Governo.

O «saco azul» do governo cavaquista, sobre o qual o controle público dificilmente pode ser exercido, que vai recolher vastos fundos oriundos do aumento da carga fiscal, dos impostos directos e indirectos, vai agora inchar com os previstos 150 milhões de contos do alto negócio das privatizações e com os 1500 milhões oriundos dos fundos estruturais da CEE para os próximos três anos, na utilização dos quais se têm verificado fraudes e desvios monumentais (só no caso do Fundo Social Europeu está em averiguação o desvio de mais de 4 milhões de contos de um irmão do ministro Valente de Oliveira que anda por esse país fora na demagógica campanha eleitoral do PSD).

A dinâmica do capital privado está já a dominar a dança dos gestores da clientela política da direita nas empresas públicas a reprivatizar. Começam as «demissões» nos Conselhos de gestão das EPs e a colocação dos «dispensados» em empresas privadas que se preparam para o assalto do Sector Empresarial do Estado.

A mesma dinâmica preside desde já também à reestruturação das empresas públicas em vias de reprivatização, ao licenciamento compulsivo e em massa de trabalhadores considerados excedentários mas cuja dispensa num número considerável se pretende colmar com a admissão de contratados a prazo sem um mínimo legal de garantias sociais.

É neste vasto contencioso social e nas suas perspectivas imediatas que no dia 16 se vai realizar a jornada nacional de luta dos tra-

balhadores contra a política do Governo convocada pela CGTP-IN.

Em todas as áreas do mundo do trabalho cresce a unidade e a vontade de luta dos trabalhadores portugueses.

No movimento sindical, na orgânica representativa dos trabalhadores da indústria, dos serviços e da agricultura, nas organizações de reformados e pensionistas, nas da juventude, os preparativos de uma resposta de massas à política do Governo intensificam-se.

As barreiras da divisão vão perdendo expressão e força no movimento operário e popular.

Também entre os agricultores aumenta o descontentamento contra a política agrícola do Governo, de que a acção mais discriminária e brutal se desenvolve contra a Reforma Agrária, contra as UCPS/Cooperativas.

A resistência dos agricultores à importação massiva de fruta (da África do Sul, da Austrália, da Nova Zelândia e da própria Espanha aqui ao lado) acresce o descontentamento pela incúria do Governo no combate à peripneumonia, (para que o Governo anunciou agora uma tardia e insuficiente verba de 6 milhões de contos) e à peste equina que começa dizimando as espécies pecuárias portuguesas.

Os atentados ecológicos proliferam sem qualquer medida séria do Governo para os prevenir ou impedir. A eucaliptização em massa da superfície florestal e mesmo da superfície agrícola útil pelas grandes empresas celulósicas em que está interessado o ministro Barreto acresce agora a poluição dos cursos de água por efeito de barragens ilegalmente construídas por aquelas empresas que estão extinguindo a riqueza piscícola dos nossos rios.

É neste quadro resumida e insuficientemente esboçado, que vão realizar-se as eleições autárquicas de 17 de Dezembro para as quais o PCP e os seus aliados da CDU — Coligação Democrática Unitária — estão mobilizando todos os seus esforços nos domínios da organização, da propaganda, da movimentação de massas, no contacto com as populações.

Neste número do «Avante!» é dado vasto notícia-rio da movimentação eleitoral. De numerosos locais e regiões nos chegam os ecos do grande esforço unitário dos comunistas e dos seus amigos e aliados na luta por uma gestão local democrática que vá ao encontro dos problemas e aspirações do povo das cidades, vilas e aldeias do País.

Importantes vitórias podem ser alcançadas. Trabalhemos porfiadamente para isso.

## Resumo

### 2 Quinta-feira

A coligação «Por Lisboa» electua uma visita às avenidas novas, onde Rui Godinho defende a urgência de travar o avanço do sector terciário em toda aquela zona. ■ O PCP acusa o Governo de mentir aos portugueses quando anuncia uma redução da carga fiscal para o próximo ano. ■ Portugal obtém o acordo dos ministros da CEE para que Lisboa seja a capital europeia da cultura em 1994. ■ A CDU do distrito de Lisboa afirma num encontro com a comunicação social que está decidida a destinar pelouros a todas as forças que quiserem colaborar. ■ A CGTP-IN manifesta em comunicado o seu protesto contra o facto de projecto de Carta Social aprovado não assumir um carácter vinculativo para todos os países membros. ■ O major Valentim Loureiro afirma em conferência de imprensa que nada tem a ver com a rede bombista, nem com o assassinato Joaquim Ferreira Torres. ■ Iniciam-se na Aula Magna da reitoria da Universidade de Lisboa, os trabalhadores do colóquio internacional «Língua Portuguesa — Que Futuro?». ■ Enrique Bermudez, chefe, militar dos «contras» nicaraguenses declara-se disposto a participar na reunião de 6 e 7 de Novembro em Nova Iorque, para analisar a implementação dos acordos de Tela.

### 3 Sexta-feira

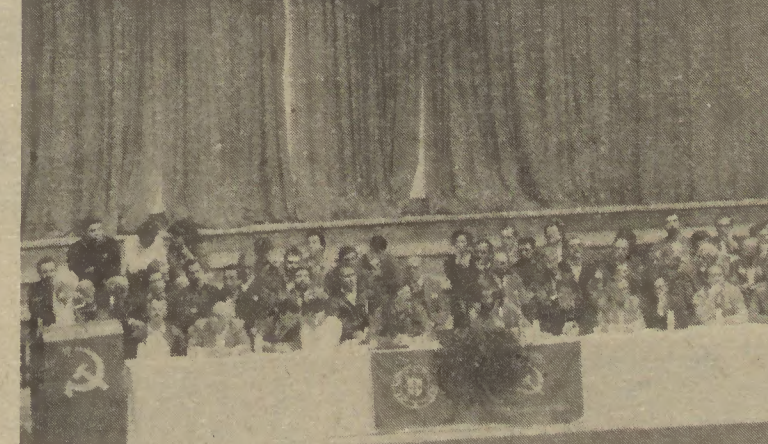


Álvaro Cunhal intervém no Comité promovido pelo PCP no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. ■ Os trabalhadores da fábrica Renault na Guarda bloqueiam a linha férrea na estação da CP daquela cidade. ■ A CGTP-IN defende que a abolição de fronteiras dentro do espaço comunitário só faz sentido se se traduzir no aumento geral de bem-estar. ■ A comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considera que a actuação do Governo nos últimos meses tem tido objectivos exclusivamente eleitorais. ■ Ministro dos Negócios Estrangeiros

da África do Sul, Pik Botha, reconhece como infundadas as acusações feitas pelo seu governo sobre pretensas incursões de guerrilheiros armados da SWAPO na Namíbia. ■ O adjunto do secretário de Estado norte-americano para África, Warren Clark, garante em Luanda que a UNITA estaria de acordo com todas as cláusulas do acordo de Gbadolite. ■ O general Michel Aoun exorta os deputados cristãos do Líbano a não assistirem ao escrutínio presidencial.

### 4 Sábado

Álvaro Cunhal inicia uma volta pelo Algarve e Alentejo onde intervém perante milhares de pessoas. ■ Um encontro de trabalhadores agrícolas do distrito de Évora, que decorre em Arraiolos revela que 70 por cento dos desempregados no sector são mulheres. ■ A reestruturação do porto de Leixões é tema de um encontro do PCP promovido em Matosinhos; abre também nesta cidade, na Exposição, a Feira Internacional de Pescas (Atlantic Fishing 89). ■ Quarenta por cento dos crimes violentos que são cometidos em Portugal encontram-se directa ou indirectamente ligados ao abuso do álcool, afirma-se num seminário que se realiza na capital. ■ É anunciada a decisão da primeira-ministro britânica, Margaret Thatcher, de se demitir depois das eleições gerais que deverão decorrer em 1991 ou 1992. ■ Tem lugar em Berlim uma grande manifestação integrada por mais de meio milhão de pessoas.



### 5 Domingo

O cabeça de lista da coligação «Por Lisboa» Jorge Sampaio responsabiliza a direita pelas cerca de 50 mil famílias que vivem na cidade em condições degradadas. ■ O ministro da Defesa Eurico de Melo chega a Madrid para uma visita oficial de dois dias. ■ O parlamento libanês elege por grande maioria e sem votos contra, o advogado René Moawad como novo presidente da República do Líbano. ■ Realizam-se eleições gerais

na Grécia em que a Nova Democracia obtém 46,3 por cento, o partido socialista 40,77 e a Coligação da Esquerda 10,3 por cento. ■ Mikhail Gorbachov e Nikolai Rijkov apelam aos mineiros da URSS para que ponham termo ao novo surto de greves.

### 6 Segunda-feira



As organizações representativas dos trabalhadores da Cimpor acusam o Governo alegar falsos prejuízos para privatizar os lucros. ■ O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, responsabiliza o Executivo de Cavaco Silva pela greve dos transportes marcada para amanhã. ■ Realiza-se uma conferência de imprensa da JCP, que considera a política educativa do Governo para o ensino superior globalmente negativa. ■ Freitas do Amaral afirma em Vila Real que se os resultados das eleições autárquicas forem desastrosos, o CDS não terá razão para existir. ■ O chefe da missão da ONU de verificação da retirada das tropas cubanas de Angola afirma que não existe qualquer militar cubano a sul do paralelo 13 no território angolano. ■ O Senado belga vota a favor de um projecto lei de legalização do aborto. ■ Um plenário do CC do Poup debate uma declaração de intenções que visa a substituição deste partido polaco por um outro, à semelhança do que aconteceu na Hungria.

### 7 Terça-feira

O investigador Mendes Victor, responsável pelo sistema de Alerta Contra Sismos e Maremotos, em fase de instalação no nosso País, afirma que «o Serviço Nacional de Protecção Civil praticamente não existe». ■ O governo da RDA demite-se em bloco; o porta-voz Wolfgang Meyer anunciou a decisão numa breve conferência de imprensa, precisando que o gabinete se manterá como governo de gestão até que o parlamento eleja um novo executivo. ■ Abrem as mais de 350 assembleias de voto na Namíbia, muitas delas transportadas de helicóptero até aos lugares mais remotos do país; o escrutínio durará até sábado próximo, eventualmente domingo. ■ O socialista Raymond Donyère, presidente da comissão de inquérito que hoje apresentou ao parlamento francês um volumoso relatório de quase 1500 páginas sobre as privatizações efectuadas entre 1986 e 1988, afirma que estas foram «um mau negócio para o Estado», tendo sido presididas por «um espírito tendencioso», com o governo socialista francês a favorecer os seus amigos.

Avante!

Publicações de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODIX: Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODIX: Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova, 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Tel. 90 00 44

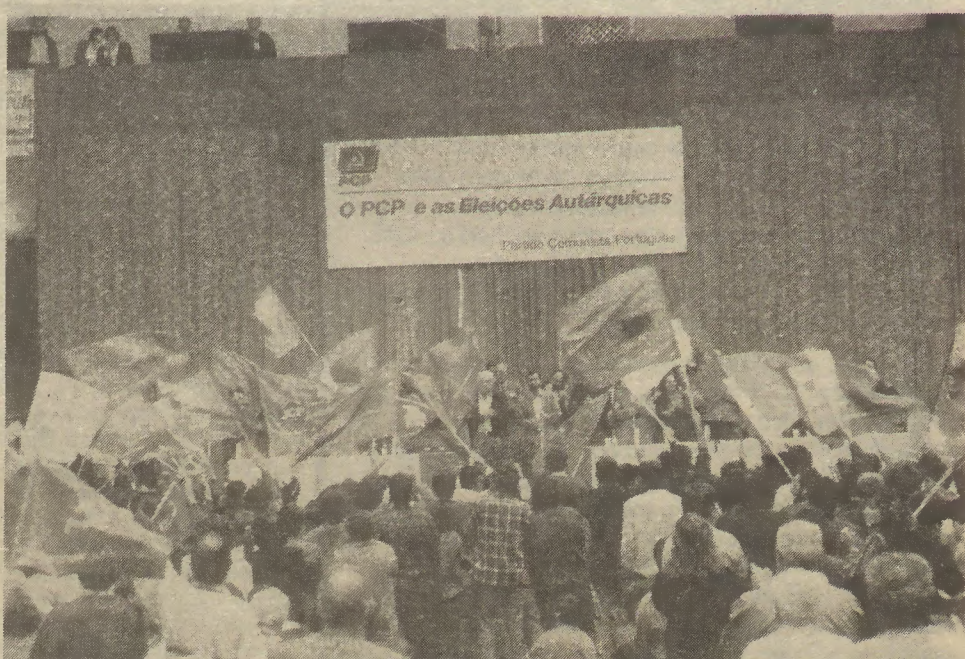
Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 95 15  
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Setembro: 22 225 exemplares





## **Comício em Lisboa**

# PCP o único Partido com acordos com restantes partidos democráticos

Um poderoso comício no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, onde a juventude ocupou lugar de relevo quer em número quer em entusiasmo, assinalou mais uma vez no passado sábado o empenhamento do PCP nas eleições autárquicas de Dezembro próximo e, neste caso, em relação à coligação «Por Lisboa». Estiveram presentes nesta iniciativa do Partido os candidatos do PCP que integram as listas «Por Lisboa» (à excepção, naturalmente, dos que se encontravam fora do País, como José Saramago, cabeça de lista à Assembleia Municipal) e a generalidade dos responsáveis autárquicos do PCP no Distrito de Lisboa (exceptuando o presidente da Câmara de Loures, Severiano Falcão, também ausente no estrangeiro) **Álvaro Cunhal** encerrou a sessão com uma intervenção que transcrevemos no interior deste caderno.

A sessão foi aberta por **Daniel Branco**, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que deu relevo às autarquias do Distrito e à necessidade de a CDU reforçar as suas já fortes po-

sições, alargando nomeadamente as maiorias aos municípios de Azambuja e Sintra. Seguiu-se **Célia Soares**, da direcção da JCP (e por isso particularmente ovacionada pela bulhosa assistência ju-

venil) e **José Casanova**, membro da Comissão Política do CC do PCP e responsável da DORL, que, entre outras coisas, forneceu interessantes dados sobre as candidaturas da CDU às próximas eleições autárquicas.

«Na primeira fase da preparação das eleições autárquicas — referiu — traduzida no intenso trabalho de preparação das listas e elaboração dos Programas, milhares de comunistas e de outros democratas intervieram de forma responsável e entusiástica e é com profunda satisfação que podemos informar que está concluída a feitura da maior parte dos Programas eleitorais e que a CDU é a única força que concorre a todos os órgãos autárquicos

dos 14 municípios e das 157 freguesias desses concelhos.

«A amplitude unitária das listas da CDU é um dado que merece ser destacado. Com efeito, cerca de 1250 candidatos nas listas da CDU (33%) são independentes, 40 dos quais ocupando o 1.º lugar em outras tantas listas. Além disso, 110 candidatos são membros do PRD, da UDP, do MDP/CDE, do PSR e socialistas. A importância do quadro unitário conseguido é evidente. Pelo facto de, pela primeira vez se ter conseguido ir tão longe e pela circunstância não menos relevante de o PCP ser o único partido que concretizou acordos com todos os restantes partidos democráticos», sublinhou José Casanova, que concluiu:

«Cumprirá informar-vos ainda, camaradas, que nas listas da CDU participam 750 mulheres e que cerca de 450 candidatos têm idades inferiores a 30 anos. Se se tiver em conta que, destes últimos, 110 são membros da JCP e mais de quatro dezenas estão colocados em posições elegíveis para os diversos órgãos autárquicos, poderemos concluir que a juventude vai ter uma presença forte e dinâmica quer na campanha eleitoral quer na gestão autárquica do próximo mandato. Está portanto concluída, e pensamos que com êxito, esta primeira e trabalhosa fase da campanha. E também neste caso a situação exige e justifica uma outra saudação: a saudação

fraterna e calorosa aos militantes comunistas, aos restantes activistas da CDU — membros do PEV, da ID e independentes, e aos membros do PRD, da UDP, do MDP/CDE e do PSR que conosco participam nesta importante batalha.»

Quando Álvaro Cunhal subiu à tribuna, a multidão irrompeu num clamor entusiástico que já era o prolongamento de uma euforia construída ao longo da sessão, no calor muito próprio das massas que se juntam à volta de objectivos concretos e comuns. Também aí o comício do PCP de sábado passado para as eleições autárquicas foi um bom indicador da derrota que aguarda a direita em Dezembro próximo.

## **Monumental: Fez anos uma vítima do PSD/CDS**

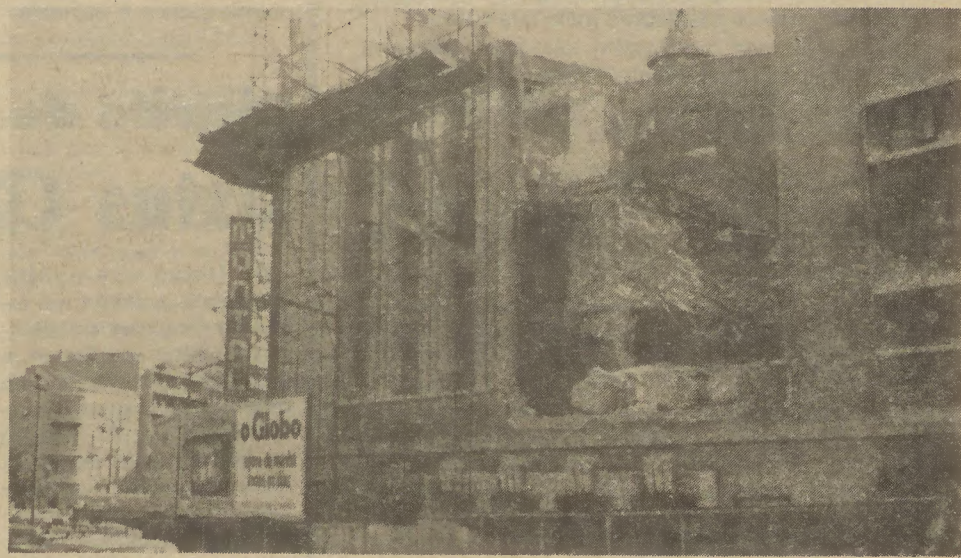
Uma efeméride que é nota triste da vida dos lisboetas foi ontem comemorada: o «nascimento» do Monumental, que faria 38 anos. E se um nascimento é data, neste caso, triste; como o vereador Rui Godinho fez questão em lembrar numa declaração à imprensa; tal deve-se ao facto de a data estar hoje associada à demolição deste cineteatro, mandada executar «em nome de uma operação especulativa caucionada pelo PSD/CDS na Câmara de Lisboa».

Para Rui Godinho, «a efeméride chama a atenção, neste momento, não só para a situação do buraco» que a errada política urbanística do PSD/CDS na Câmara de Lisboa provocou, «como também para a sua incapacidade de resolver tais problemas de forma adequada para o interesse da cidade».

Lembrando que actualmente está outro processo de demolição em curso na zona do Saldanha — o quarteirão do prédio do Anjo — «sem que a Câmara tenha ainda aprovado

para o local um novo projecto»; Rui Godinho acentua que resta, «como atitude responsável e séria para a resolução dos problemas» dar cumprimento «às deliberações tomadas pela Câmara» em relação a este problema, «no sentido de ser construído no local onde se situava o Monumental, um edifício com cerca de sete pisos a que se juntariam mais três, recuados, que contenham uma estrutura funcional mista: habitação, comércio, escritórios e salas de espectáculo», por forma a substituir as que desapareceram com a demolição.

«Um exemplo paradigmático da forma como a direita tratou e quer continuar a tratar a cidade, particularmente o seu património edificado» é como Rui Godinho qualifica genericamente a situação criada com a demolição do Monumental, pelo que conclui: «quaisquer afirmações proferidas pelo candidato da direita a este respeito não passam de meras atitudes de hipocrisia, falhas de qualquer credibilidade».



O Monumental: primeiro esventrado, agora resta o buraco (mais um) de Abecasis



# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO  
DO PARTIDO  
COMUNISTA PORTUGUÊS





## Os pobres

A Revolução de Abril alterou muita coisa em Portugal, nomeadamente a linguagem. Após o 25 de Abril voltaram ao léxico nacional inúmeras palavras proscritas e outras foram abandonadas, quer por conotação ideológica demasiado escandalosa, quer por transportarem conceitos chocantes.

Tomemos por exemplo a expressão «pobre». Como definição socioeconómica, o «pobre» desapareceu da linguagem democrática construída pela Revolução e até os sucessivos governos de direita que ocupam o Poder há mais de uma década — muitas vezes com gente vinda directamente do regime fascista ou nele assumidamente formada — têm tido o cuidado de evitar o «pobre» preferindo falar do cidadão «mais desfavorecido», tal como puseram de lado a **caridade** para falarem de **assistência social**.

É claro que, na prática, todos esses governos se têm esforçado por fazer regressar os velhos tempos em que não havia pruridos de linguagem e, muito menos, de actuação política, quando tudo era tão simples como isto: dum lado os pobres (muitos e muito), do outro os ricos (poucos e muito) e no meio a consolação, como a cenoura à frente do burro, de que o céu estava reservado aos humildes e o pé de meia aos poupadinhos. É por isso que o conceito revolucionário de assistência social tem sido progressivamente esvaziado por uma política que, na sua concretização, tem tido subjacente a filosofia da caridade e a raiz ideológica que divide o mundo em ricos e pobres. Mas pelos vistos a direita, inchada pela maioria circunstancial da demagogia cavaquista, até na linguagem começa a perder pruridos. Ouçamos o secretário de Estado adjunto da ministra da Saúde, Albino Aroso, quando há dias se deslocou a Viseu para cortar umas fitas hospitalares: **«Os ricos devem contribuir para que aos mais pobres sejam fornecidos cuidados de saúde de melhor qualidade»**.

Isto enxertado numa política assente no princípio de que «quem quer saúde, paga-a» e na sequência de sucessivos cortes de verbas, equipamentos, serviços, valências, especialidades e instalações hospitalares. Isto proferido pelo membro de um Governo que subiu ao Poder e conquistou a maioria absoluta com a promessa de que Portugal tinha **que se modernizar**. Já sabíamos o que significa a modernização para Cavaco Silva — e soubemo-lo na prática, ao longo destes anos de restauracionismo generalizado onde a economia portuguesa tem sido progressivamente esquarterada e entregue à concentração capitalista nacional e estrangeira, onde os direitos, liberdades e garantias conquistados com a Revolução de Abril têm sido empurrados à bastonada policial e legislativa para a modernidade da filosofia salazarista, onde a democracia económica regressa às teses de Adam Smith, moderníssimas de 200 anos. A expressão concreta da modernidade do grande estadista que é o homem de Boliqueime está nos impostos que subiram em flecha, apesar de pretenderem aliviar-nos, no desemprego que alastra por todas as famílias, apesar de as estatísticas garantirem que é o mais baixo da CEE, do poder de compra que se some semana a semana, apesar de estarmos a viver muito bem, da economia nacional que explode em falências apesar de registarmos um nível de crescimento ímpar.

Já não nos bastava o ministro das Finanças que, após um ano nos chamar gastadores (pelo que cortou créditos a «restringir consumos»), veio agora elogiar a nossa capacidade de poupança e pedir às famílias que depositem as suas economias (o Governo precisa de liquidez para privatizar, pois claro...).

Já não nos bastava a hasta pública em que o Governo transformou o País, onde a compra de boa parte da Avenida da Liberdade por estrangeiros é uma bagatela face ao resto que está a acontecer.

Já não nos bastava que o Primeiro-Ministro reanimasse o seu discurso com argumentos políticos que o senador McCarthy consideraria enfadonhos.

Agora já somos formalmente, para este Governo, o que para este Governo só o éramos na prática.

Um bando de pobres.

Que os ricos devem ajudar.

Em compensação os pratos de lentilhas subiram bastante, neste novo Portugal velho do Governo de Cavaco Silva. Ainda há dias tiveram um aumento de 56%. E se calhar lá para o Natal — época apropriada para ajudar os pobres de todos os matizes — são capazes de levar umas broazinhas.

■ H.C.

### Poder Local

## Urbanismo e habitação

Património e habitação foram dois temas em destaque durante esta semana de actividade da coligação «Por Lisboa», de onde se destaca a realização do Forum Habitação, anunciado para o dia de ontem, e do debate de amanhã, intitulado «Viver em Lisboa». Das actividades desta coligação autárquica constaram ainda visitas diversas efectuadas pelos seus candidatos, como foram exemplo as visitas à EPUL, associações de inquilinos e proprietários, bem como aos bairros de Telheiras, bairros municipais e diversos bairros degradados.

Jorge Sampaio assinou no domingo passado um protocolo com cooperativas de habitação que prevê a construção de, pelo menos, três mil fogos anuais em Lisboa, em cerimónia que decorreu no salão «Sonho de Abril», no Vale Escuro, após uma reunião com dirigentes das cooperativas de habitação, altura para a coligação «Por Lisboa» denunciar o facto de cerca de 50 mil famílias vivem em «condições degradadas» em grande parte devido à gestão municipal de direita dos últimos dez anos.

sendo as infra-estruturas de acesso construídas pela Câmara, no caso de a presidência ser entregue à «Por Lisboa» após os resultados das eleições de 17 de Dezembro. Dez por cento das habitações construídas ao abrigo deste acordo serão entregues pela FENACHE à Câmara para o realojamento de famílias carenciadas. Para Jorge Sampaio, em intervenção proferida após a assinatura deste acordo, a meta da coligação em termos de gestão camarária será «triplicar o número de

condições de crédito entram em ruptura e ninguém, sem ser as cooperativas de habitação, as consegue alcançar», pelo que o movimento coooperativo se assume como «o principal promotor de habitação» no nosso país.

Quanto a este protocolo, Carlos Silva, que é o presidente da FENACHE, assinou a novidade de este ser um «compromisso assumido em termos claros e precisos», não se resumindo a mais uma tradicional promessa eleitoral.

Durante a tarde de domingo, outros candidatos da coligação «Por Lisboa» visitaram a cooperativa de habitação «Casalcoop», em Caselas.

### Avenidas Novas

O combate em Lisboa ao avanço do sector terciário na zona das *avenidas novas*, foi uma das necessidades apontadas pelos candidatos da «Por Lisboa» durante uma visita efectuada a esta zona da cidade, na passada quinta-feira, onde se incluiu, entre outros locais, a Avenida da República, Praça do Saldanha, Praça José Fontana, Campo Pequeno, Avenida de

Berna, Praça de Espanha, zonas onde, no dizer de Jorge Sampaio, se encontram «exemplos dramáticos e elucídativos» do que está a suceder na cidade, com a sobreocupação diurna e a desertificação nocturna; «a destruição do património edificado; a crescente terciarização; a intensificação de ocupações e usos.

A criação de um «espaço contínuo verde entre a Praça José Fontana e o actual Mercado 31 de Janeiro e o Forum Picoas, a reestruturação do mercado que ficará coberto por uma zona verde, a criação de espaços públicos polivalentes para instalação de Juntas de Freguesia, centros de terceira idade e pavilhões desportivos, a par da definição de um programa de reparação e conservação do parque habitacional, recuperação dos pavimentos degradados e a criação de três pisos subterrâneos para estacionamento, são algumas das propostas da coligação «Por Lisboa» para as *avenidas novas*, par além de outras que permitam, no dizer do vereador comunista Rui Godinho, «pôr Lisboa a funcionar de novo».



**Rui Godinho e Jorge Sampaio** na sala de troféus do Belenenses aquando de uma visita a esta colectividade desportiva lisboeta, a semana passada, onde se falou da ampliação das instalações do clube e do seu relacionamento com as populações envolventes. A delegação da «Por Lisboa» foi recebida pelo presidente do Belenenses, Mário Rosa Freire

### Algo de concreto

O protocolo, assinado pela coligação «Por Lisboa» e pela Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE), prevê, em caso de vitória da coligação de esquerda, a «entrega de terrenos que permitam a construção de três mil fogos», em troca dos quais a Federação se compromete a construir as casas até 1993, desenvolvendo «um projecto integrado com a construção e manutenção das infra-estruturas, arranjos exteriores e equipamentos, designadamente sociais e culturais»,

habitações a construir anualmente» em Lisboa, sendo este protocolo um «acto histórico e de grande responsabilidade» que se reveste de especial importância por entender a «Por Lisboa» que «a Câmara pode ajudar a resolver o problema da habitação da cidade».

O documento foi assinado por Jorge Sampaio, Victor Costa (vereador comunista) e Vasco Franco (vereador do PS), enquanto pelo lado da FENACHE assinaram José Ernesto Mateus, Carlos Viciente e Carlos Silva, este último afirmando em nome da Fereração que «as actuais

## «Por Lisboa» e os debates

A coligação «Por Lisboa» nunca recusou a realização de debates públicos e encontra-se disponível para «fazer o que for preciso para que eles se concretizem», afirma-se num comunicado desta coligação a propósito da questão dos debates entre os candidatos à Câmara Municipal de Lisboa, emitido após declarações proferidas à RTP por Marcelo Rebelo de Sousa, onde o candidato do PSD/CDS/PPM, segundo a «Por Lisboa», alterou a verdade dos factos «evitando responder à única pergunta que está em causa: aceita ou não debater os problemas de Lisboa com Jorge Sampaio?».

No referido comunicado afirma-se que Jorge Sampaio «nunca faltou a qualquer debate público» com Marcelo, nem disse que «não aceitaria debater Lisboa com todos» os que se apresentam como

candidatos à Câmara Municipal da capital em 17 de Dezembro: a coligação «Por Lisboa» reafirma antes a sua vontade de «discutir tudo com todos os candidatos».

Uma única questão nesta matéria coloca a «Por Lisboa», que é o facto de considerar não serem esclarecedores debates que juntem as cinco candidaturas existentes, sugerindo que esses debates «entre as cinco candidaturas se fizessem antes em sucessivos frente-a-frente».

E o comunicado da coligação «Por Lisboa» termina referindo que esta candidatura aguarda que os serviços de Marcelo Rebelo de Sousa «respondam ao convite que lhes foi apresentado para um encontro em que os mesmos possam acordar os pormenores relativos à realização dos debates».

## Distrito de Lisboa

## Listas CDU confirmam confiança

As listas que a CDU apresenta a todos os órgãos autárquicos do distrito de Lisboa «confirmam e alimentam a confiança com que encaramos as próximas eleições». A afirmação foi feita na passada quinta-feira, durante um pequeno-almoço com jornalistas organizado pela Comissão Distrital da coligação PCP-PEV e no qual participaram José Casanova e Jorge Cordeiro (PCP), André Martins e Rita Pitada (PEV) e João Corregeador da Fonseca (Intervenção Democrática).

As listas são, assim, «um instrumento de trabalho ca-

paz de assegurar os objectivos» definidos: reforçar a votação da CDU, recuperar a CM da Azambuja e conquistar a maioria em Sintra e na capital.

A CDU — sublinhou-se no encontro com a comunicação social — é a única força que apresenta candidaturas a todos os órgãos dos 14 municípios lisboetas e suas 157 freguesias (no concelho de Lisboa, recorda-se, integra a coligação PS-PCP-MDP-PEV).

Dos mais de 3700 candidatos da CDU — revelou a Distrital — cerca de 1250

são independentes, 40 dos quais figuram como cabeças-de-lista. Há ainda 110 candidatos que são membros de outros partidos democráticos (PRD, UDP, MDP, PSR, socialistas).

«Traduz-se assim — afirma a Distrital da CDU — o esforço de entendimento e convergência democrática prosseguido pelo PCP e materializado em acordos com a UDP, em 8 municípios, o PRD e o MDP, em 3 municípios, sem prejuízo da posição de apoio e apelo ao voto nas candidaturas CDU de alguns destes partidos em ou-

tros municípios». Concretamente, são referidos os casos de Vila Franca de Xira (MDP) e Torres Vedras (PRD).

As listas da CDU no distrito de Lisboa «reflectem a vida e o movimento associativo, cultural, desportivo e social» dos concelhos — sublinhou-se no encontro, apontando o exemplo da Amadora, onde 97 candidatos CDU são dirigentes associativos.

Assinala-se ainda a presença nas listas de cerca de 450 candidatos com menos de 30 anos, muitos deles em posição elegível, e 750 mulheres.



PCP

## Álvaro Cunhal no Pavilhão dos Desportos

«Os objectivos eleitorais estão definidos:

- manter a maioria onde já a temos;
- alcançar a maioria em mais municípios e freguesias;
- reforçar as posições em minoria;
- alcançar a representação em órgãos autárquicos em que ainda não a temos.»



Camaradas:

«O PCP e as eleições autárquicas» é o tema deste nosso comício. As próximas eleições trazem uma novidade. O nosso Partido apresenta-se ao eleitorado não apenas numa coligação mas em várias coligações, cada qual com a sua sigla e o seu símbolo.

### As coligações

Aqui, na capital, na cidade de Lisboa, na coligação «Por Lisboa» não apenas com os Verdes, mas também com o Partido Socialista e o MDP/CDE.

Nos concelhos de Setúbal e da Covilhã, nas coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mão à obra pela Covilhã».

Nos restantes 302 concelhos e em mais de 2500 freguesias, na CDU – Coligação Democrática Unitária.

A diferença das siglas e dos símbolos é susceptível de criar algumas confusões no eleitorado, como é o caso do distrito de Lisboa.

Entretanto é fácil evitar confusões.

Quem queira votar certo e seguro na democracia, quem queira eleger para os órgãos autárquicos candidatos ao serviço do povo, que trabalhem com honestidade e competência para resolver os problemas das populações, dos concelhos e freguesias respectivos, tem em todo o País, em todos os concelhos e freguesias, em todas as coligações quaisquer que sejam os partidos que as compõem, em todos os boletins de voto, um ponto de referência universal: a folce e o martelo do PCP e o glrassol dos Verdes.

Tirando os concelhos de Lisboa, Setúbal e Covilhã, encontrará também impresso no princípio da linha em que quer votar: CDU – Coligação Democrática Unitária.

Neste comício, terá sido talvez desnecessária para os presentes esta pequena explicação. Mas é bem necessário que se faça por toda a parte, nos mais vastos e distantes sectores do eleitorado, para que se não perca um só voto daqueles que em nós têm confiança.

### Um amplo quadro unitário

Esta situação traduz o diversificado quadro unitário em que o PCP insere a sua concorrência às eleições.

Firmámos acordos com todos os partidos democráticos.

Com Os Verdes em todo o território nacional, tanto na CDU como nas outras três coligações alargadas. Com o PS e o MDP/CDE em Lisboa (concelho). Com o PRD, duas coligações (Setúbal e Covilhã) e acordos políticos para a participação nas listas CDU em mais 27 municípios e respectivas freguesias, além da participação de militantes do PRD em vários municípios sem que haja acordos a formalizá-la. Com a UDP acordos políticos para a participação nas listas CDU em 35 municípios. Com o MDP e o PSR dezenas de casos de integração nas listas CDU ou o apelo ao voto na CDU, mesmo sem integração nas listas.

É ainda de sublihar que, na CDU, Coligação Democrática Unitária, além do nosso Partido e dos Verdes, participam a Intervenção Democrática e democratas independentes, que atingem cerca de metade dos candidatos e mais de um quinto dos cabeças de lista para as Câmaras Municipais.

Sem dúvida que se trata de um processo contraditório.

Aqui em Lisboa, por exemplo, concorreremos coligados com o PS e empenhamos e empenharemos todos os nossos esforços para a vitória da coligação que tem como cabeça de lista e futuro presidente da Câmara em caso de vitória, por que lutamos, o secretário-geral do PS, Jorge Sampaio. Mas entretanto em todos os outros concelhos do País, excepto em três concelhos em que o PS não concorre, travaremos combate

eleitoral não apenas contra os partidos da direita mas também contra o PS, como eles o travarão contra nós.

O mesmo acontece em relação aos outros partidos democráticos com os quais temos coligações ou acordos em alguns concelhos e freguesias, mas que noutros concelhos e freguesias concorrem separadamente. É o caso do apelo que fazemos aos democratas para votarem na coligação «Por Lisboa» e não votarem no PRD para a Câmara de Lisboa apesar das boas relações e das coligações e numerosos acordos que (como há pouco referi) o nosso Partido estabeleceu com o PRD.

Estas contradições não invalidam porém o valor dos processos de convergência, acordos políticos e coligações democráticas.

Trata-se do mais amplo quadro unitário jamais verificado pelo PCP nas suas alianças eleitorais. Ele corresponde à nossa profunda convicção e ao nosso pertinaz esforço, mesmo nas mais contraditórias e conflituosas situações, para a convergência e a unidade dos democratas na luta contra a direita. Ele confirma por si a correcção de tal orientação e esforço. Depois de anos de actuações e campanhas visando e tendo por certo o irreversível isolamento político e partidário do PCP, este quadro para as eleições autárquicas representa um degelo e uma nova realidade que pode converter-se numa importante viragem (se é que já o não é) no relacionamento entre os partidos democráticos.

Pela nossa parte esforçar-nos-emos para que uma tal perspectiva se concretize.

E estareis de acordo, camaradas, que saberemos ultrapassar as dificuldades e obstáculos que a este respeito tereis certamente diante de nós.

### CDU uma obra realizada e grande alternativa

A CDU – Coligação Democrática Unitária apresenta-se ao eleitorado com uma notável obra realizada nos 47 municípios em cujos órgãos detém a maioria e a responsabilidade da gestão.

E igualmente com uma obra por vezes não menos notável realizada onde os seus eleitos estão em minoria, mas onde consagram também todas as suas energias e capacidades para a solução dos problemas das populações.

Tem sido geralmente reconhecida mesmo por adversários a superioridade da gestão autárquica da CDU, o trabalho, a honestidade e a competência dos seus eleitos, e a riquíssima e ímpar experiência já adquirida.

As listas da CDU não apresentam porém apenas a marca da experiência e das provas dadas. Apresentam energias e forças novas, que se evidenciam no facto de 42 cabeças de listas para Câmaras e Assembleias Municipais terem menos de 30 anos, e 275 menos de 40 anos. Propostos para presidentes de Câmara cerca de metade têm menos de 40 anos.

É uma expressão da renovação necessária, de novas energias e motivo de alegria e de acrescida confiança no futuro.

Constitui também um bom indicio o facto de centenas de jovens serem candidatos, muitos em lugares elegíveis. E bom é que sejam eleitos porque os órgãos autárquicos necessitam das energias da juventude e porque ninguém melhor que os jovens podem compreender, assimilar e dinamizar a solução dos problemas da juventude e com a juventude tomar as mais variadas iniciativas e empreender as mais variadas realizações.

A este respeito é justo aqui lembrar o Encontro Nacional da Juventude CDU recentemente realizado com a participação de centenas de jovens candidatos da CDU, e de cujos traba-

lhos resultou a formação de um Conselho Nacional da Juventude CDU com 90 membros e a certeza de que a juventude CDU e designadamente a nossa JCP não só dará uma forte participação às campanhas gerais das coligações como, volta-da para a juventude, desenvolverá as suas iniciativas, com a definição dos seus objectivos e o estilo, a originalidade, a audácia e a criatividade que lhe são próprias.

De notar também que nas listas da CDU são mulheres 26 cabeças de lista para as Câmaras (algumas das maiores Câmaras do País) e 27 para Assembleias Municipais e que milhares de mulheres participam nas listas, muitas em lugares elegíveis. E se me permitis, acrescentando à informação dada pelo camarada Casanova segundo a qual as listas da CDU no distrito de Lisboa contam com 750 mulheres, eu saudaria também daqui todas as mulheres candidatas e nomeadamente o distrito de Setúbal que conta nas suas listas com 567 candidatas, 23 % do total dos candidatos, com relevo especial para algumas candidatas a presidente da Câmara Municipal respectiva, duas das quais já são actualmente presidente em exercício.

Vamos com todas as nossas energias dinamizar o trabalho, aprontar rapidamente os programas que não estão ainda completados, desenvolver a informação e a propaganda, difundir os símbolos, esclarecer e mobilizar as massas.

Os objectivos eleitorais estão definidos:

- manter a maioria onde já a temos;
- alcançar a maioria em mais municípios e freguesias;
- reforçar as posições em minoria;
- alcançar representação em órgãos autárquicos em que ainda não a temos.

Não é mera propaganda mas conclusão resultante da análise da situação e de grande soma de informações disponíveis, afirmar que há sólidas razões para confiar em que a CDU – Coligação Democrática Unitária tem inteiramente ao seu alcance estes objectivos.

### A coligação «Por Lisboa» e outras coligações alargadas

A coligação «Por Lisboa» adquire especial importância porque se trata da capital, pela sua composição política e partidária e pelo significado que assume a convergência dos partidos democráticos.

Depois de tantos anos de separação e conflito que não está ultrapassado entre o PCP e o PS e tomando em conta as profundas divergências existentes nas grandes questões de política nacional, poderia parecer extremamente difícil o entendimento, a cooperação e o acordo em decisões fundamentais relativas à campanha.

Verifica-se entretanto que ajustadas em comum as orientações fundamentais com todos os outros participantes, o diálogo, a cooperação e a actividade conjunta se tornam cada vez mais naturais, fáceis e eficientes e menos influenciados por situações diferentes no resto do País.

Uma base fundamental para a cooperação e o êxito é assumir cada qual a coligação e, respondendo às intrigas que os adversários da coligação desenvolvem, mostrar pelos actos que se trata de uma coligação transparente em que nenhuma das partes tem a intenção de apagar ou engolir as outras.

É de facto importante que no andamento da coligação «Por Lisboa» não se criem dificuldades resultantes da luta eleitoral nos restantes concelhos do País, particularmente no distrito, nem das divergências existentes entre o PCP e o PS relativas à política nacional.

O objectivo da coligação «Por Lisboa» é limitado. Respeita apenas as eleições autárquicas e à capital. Mas tem sólidos fundamentos.





## Álvaro Cunhal no Pavilhão dos Desportos

**Trata-se** de derrotar a direita e pôr fim à gestão desastrosa do PSD/CDS, pela qual Abecasis é lançado às feras pelo PSD tanto ou mais responsável que ele pela gestão, e da qual Marcelo Rebelo de Sousa com espectáculo diferente seria o fiel continuador em aspectos essenciais.

**Trata-se** de assegurar uma nova e mais eficiente gestão autárquica voltada para a solução real dos problemas da cidade.

**Trata-se** de uma convergência real relativa ao programa e às responsabilidades a assumir nos vários pelouros.

Portanto, camaradas, **razões bastantes para nos empenharmos com energia e entusiasmo na campanha (tanto na campanha conjunta da coligação como na campanha autónoma do nosso Partido no quadro da coligação) de forma a conseguirmos promover uma larga corrente de opinião que venha a traduzir-se (e confiamos em que virá a traduzir-se) numa grande vitória eleitoral em Lisboa nas eleições de 17 de Dezembro.**

No que respeita às coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã», constituídas formal e juridicamente pelas forças da CDU e o PRD, há também sólidas razões para as considerar importantes acontecimentos políticos e para confiar em que **está ao seu alcance a vitória eleitoral**, que, num caso e noutro, terão também necessariamente profundas repercussões.

### A situação: nova fase da restauração monopolista

Estamos concentrando grande parte das nossas forças, das nossas energias e dos nossos recursos na batalha das próximas eleições autárquicas.

Mas **não podemos limitar os nossos esforços às eleições.** É também necessário travar diariamente a luta contra o Governo PSD de Cavaco Silva que, sentindo reduzir-se a sua base de apoio e prevendo que a sua estadia no poder será mais curta do que previra, procura fazer avançar mais depressa o processo contra-revolucionário visando a liquidação de grandes conquistas de Abril e a restauração do capitalismo monopolista de Estado — ou seja, a velha ordem económica e métodos antidemocráticos do passado.

Os recentes desenvolvimentos da acção do Governo mostram que **o processo contra-revolucionário entrou numa fase qualitativamente nova** e este facto dá ainda maior relevo à importância das eleições autárquicas.

Quantas vezes não desmentiram a acusação feita pelo nosso Partido de que a política de direita tinha como objectivo a restauração dos grupos monopolistas que, assentes na exploração, repressão e terror impostos pelo Estado, se formaram, medraram, tomaram conta do domínio da nossa economia e, ombro com ombro com os grandes latifundiários e associados ao imperialismo estrangeiro, exerceram eles próprios o poder político fascista directamente ou pelos seus capangas da União Nacional?

**A realidade aí está a mostrar que o PCP preveniu com razão o povo português das intenções e objectivos dos governos de direita.**

A realidade aí está a mostrar que enquanto a Revolução de Abril com as suas realizações e conquistas abriu caminho a um futuro de liberdade, democracia, progresso, justiça social, independência e paz, a **política restauracionista da direita embora arvorando a bandeira da «mudança» e da «modernidade» significa, em aspectos fundamentais da organização económica e das relações de classe, um regresso ao passado, a restauração em toda a sua hediondez da exploração, desigualdades e injustiças sociais do capitalismo monopolista.**

### O revoltante escândalo das privatizações

Aí está novo arranque das privatizações que muito justamente consideramos uma mafiosa operação de esbulho dos bens do Estado para ilicitamente os entregar aos maiores capitalistas portugueses e ao capital estrangeiro, sem esquecer o assalto às acções das empresas públicas pela clientela política da direita e até por detentores de altos cargos políticos e respectivos familiares sabedores ou informados das intenções e correndo a comprar acções por preços de favor.

A história da destruição das nacionalizações e da entrega dos bens do Estado ao capital privado não cabe numa história de política económica. É uma história de ilegalidades, de abuso do poder, de favores ilícitos, de esbulhos, de nepotismo, de fraudes, de negócios ilícitos, de negociatas e de desvio de fundos que sobem a muitos milhões de contos.

É necessário que o povo português avalie em toda a dimensão o significado e consequências de uma tal operação e chegue com consciência à inevitável condenação daqueles que a promovem, dirigem e realizam.

Começaram por designar algumas poucas empresas que se admitia serem privatizadas. Passaram depois à transformação de empresas públicas em sociedades anónimas. Depois à admissão da venda de acções até 49% do capital. Chegaram agora ao revoltante escândalo de uma **proposta (pelo Governo) de lei quadro das privatizações**, proposta de lei abertamente contra-revolucionária, que estabelece privatizações a 100% do capital, a venda directa, o concurso aberto às clientelas, a conversão em acções das chamadas «obrigações de reprivatização» e finalmente **o escândalo dos escândalos (afronta ao povo e à democracia) que consiste em admitir que, a par dos novos tubarões alimentados pelos bens do povo português que o Governo de direita lhes entrega, os ex-monopolistas do tempo do fascismo (directamente, ou pelos seus familiares, ou por testas-de-ferro) possam adquirir as Empresas Públicas com os títulos de indemnização pelas nacionalizações que os governos de direita lhes têm concedido!**

O PS também acaba de apresentar sobre a mesma matéria um projecto de lei. Tem de dizer-se que o projecto do PS, apresentado como visando impedir o plano do Governo, coincide com este em três pontos essenciais: admite a privatização por concurso limitado e por venda directa, aceita a aquisição de acções com títulos de indemnização e não fixa limites à

participação de capital estrangeiro salvo 10% até à primeira assembleia geral. Mas sobretudo é curioso que o PS venha agora dizer que pretende entravar o processo das privatizações quando foi o PS que, colaborando com o PSD na revisão da Constituição, não só eliminou da Constituição diversos preceitos que defendiam as nacionalizações e o sector empresarial do Estado, como acordou com o PSD que a lei quadro pudesse ser aprovada por maioria simples, isto é, pelo PSD sozinho uma vez que este tem conjunturalmente a maioria dos deputados.

Esta ofensiva das privatizações adquire particular gravidade na situação portuguesa actual. O desenvolvimento das EPs e a sua entrega ao capital privado é, sob o ponto de vista económico, social e nacional tanto mais condenável quanto é certo que, **no quadro da integração da CEE e com as ameaças que pesam sobre Portugal com o Mercado Único, um sector empresarial do Estado nos sectores básicos da economia, forte, dinâmico, moderno e fortemente defendido e apolado torna-se indispensável para assegurar um desenvolvimento conforme com os interesses nacionais e para assegurar no fim de contas a soberania e a independência nacionais.**

Aspecto particular das privatizações, as privatizações do sector público de comunicação social são expressão da restauração do poder do grande capital sobre a vida portuguesa e sobre a informação e a formação da consciência dos portugueses, constituem um verdadeiro atentado contra as liberdades, contra o tão apregoadado pluralismo, contra o regime democrático.

Bastariam estes desenvolvimentos recentes da agressividade reacçãoária do Governo para nos imporem que, a par da batalha das eleições autárquicas de 17 de Dezembro e associando a luta de massas e a acção institucional com objectivos concretos, **reforcemos a resistência e a luta contra o Governo do PSD e a sua política.**

### Outras direcções da ofensiva restauracionista

Refiro-me com particular relevo às privatizações porque é neste momento uma direcção central da ofensiva contra-revolucionária do Governo. Mas noutras direcções se desenvolve também a ofensiva contra as conquistas democráticas do nosso povo.

**Contra a Reforma Agrária** (e temos o dever de lembrá-la e de manter a solidariedade) procedendo ao assalto das terras e bens das UCPs/Cooperativas, restaurando os latifúndios nas mãos dos grandes latifundiários, repondo o abandono das terras, semeando o desemprego, desertificando o Alentejo, e anunciando uma nova lei terrorista que iria ainda mais longe na tentativa de liquidação completa da «mais bela conquista da Revolução». E isto numa situação em que a Reforma Agrária se tornaria cada vez mais necessária para o desenvolvimento agrícola, o aumento da produção, a diminuição das importações, o reequilíbrio da nossa balança externa agro-alimentar.





PCP



**Contra o poder local democrático,** não apenas pela transferência de obrigações sem transferência correspondente de recursos, pelas mais variadas medidas tendentes ao controlo governamental do poder local e pelo bloqueio da regionalização, mas agora também pela tentativa de utilização da nova lei da Tutela Administrativa para abusivas ingerências e decisões centralizadoras e persecutórias.

**Contra os direitos e benefícios sociais dos trabalhadores,** procurando levar à prática o pacote laboral, com a vaga de despedimentos, a liquidação do direito ao trabalho, a generalização do carácter precário do emprego, a queda dos salários reais — para a qual pesam os tectos salariais, a inflação, os aumentos quase inconcebíveis das rendas de casa, e ainda as discriminações profissionais e salariais em relação às mulheres e a praga do desemprego dos jovens à procura do primeiro emprego.

**Contra o ensino digno** do regime democrático, subvertendo os princípios essenciais da Lei de Bases do Sistema Educativo, criando dificuldades financeiras às Universidades, marginalizando o ensino público do desenvolvimento do ensino profissional, adoptando como direcção principal das reformas a promoção do ensino privado, — de forma a entregar às forças mais reacçãoárias a formação ideológica dos jovens e a transformar sectores fundamentais do ensino em empresas capitalistas movidas não pela função educativa mas pelo objectivo do lucro.

**Contra o Serviço Nacional de Saúde** visando a sua liquidação através de uma política em que a exploração capitalista de serviços sobressai também, como linha de força essencial.

Afinal, **contra todas as grandes conquistas democráticas do nosso povo com o objectivo de entregar o País à ganância desmedida do grande capital,** à sua sanha exploradora e ao seu feroz apetite de concentração e de domínio.

Se nos lembrarmos ainda dos escândalos que rebentam por todo o lado nas mais altas esferas governamentais e dos partidos da direita, dos desvios de dinheiros públicos e de milhões de contos do Fundo Social Europeu para os bolsos das clientelas, da especulação sem freio, do louco jogo da Bolsa arvorado totalmente em factor de desenvolvimento económico, das negociações ilícitas, das rápidas fortunas que se fazem através de fraudes cujo vulto e carácter criminoso está por averiguar e penalizar, fácil é de concluir que este Governo está podre e mais que podre, e que (através da luta de massas, da acção institucional e da luta eleitoral) infligindo-lhe, como pensamos lhe será infligida, uma grande derrota nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro, é necessário criar condições para colocar na ordem do dia a demissão do Governo e uma alternativa democrática.

## O aumento dos vencimentos dos titulares de cargos políticos

A política do Governo PSD de Cavaco Silva ao serviço do grande capital e dos clãs governantes, é uma política antagónica dos interesses populares e da democracia.

Seria difícil encontrar um exemplo mais significativo e esclarecedor do que o aumento decidido pelo Governo de 56% dos vencimentos dos titulares de cargos políticos, (1200 contos por mês para o Presidente da República, 1000 contos para o Primeiro-Ministro, 850 contos para os Ministros, mais de 400 contos para os deputados) ao mesmo tempo que o Governo concede míseros aumentos aos reformados e pensionistas e mesmo esses míseros aumentos não por decisão graciosa mas como resultado da luta dos reformados, das organizações sindicais e das forças democráticas, designadamente o nosso Partido.

É difícil imaginar uma mais descarada manifestação de cinismo político do que a Nota Oficial com data de 27 de Outubro em que o Governo procura desresponsabilizar-se desses aumentos. Só não nos parece inacreditável porque o Go-

verno já nos habituou a acreditar que, em matéria de mentira e de embuste, dele é lícito esperar tudo.

Ó santa inocência! Dir-se-ia que os membros do Governo caíram do céu por não terem unhas. De facto o Governo limitou-se a decretar por portaria o aumento de 56% do vencimento dos Directores Gerais. De facto a portaria não fala do aumento dos vencimentos dos titulares de cargos políticos. Mas com esse aumento aos Directores Gerais o Governo tinha como principal objectivo precisamente o aumento dos vencimentos dos titulares de cargos políticos uma vez que há uma lei que determina que os vencimentos do Presidente da República são automaticamente actualizados em função e na proporção das alterações à remuneração mensal do Director Geral da Administração Pública e há outras leis que determinam que os vencimentos de Primeiro-Ministro e Deputados acompanham esses aumentos por indexação percentual.

Certamente apoiéis, camaradas, a iniciativa do nosso Partido que, através do seu Grupo Parlamentar apresentou por um lado um projecto de lei para o aumento das pensões e reformas e apresentou por outro lado um projecto de lei em que a actualização dos vencimentos do Director Geral deve ser anual e definido na Lei do Orçamento do Estado e em que as remunerações dos titulares de cargos políticos devem ser actualizadas apenas em 12%.

Não se trata de uma atitude do nosso Partido assumida com fins eleitorais, como já papagueiam por aí alguns comentadores. Trata-se de uma atitude de fundo, conforme com o nosso Programa, com os nossos critérios relativos ao exercício do poder e ao desempenho dos cargos políticos — com a nossa concepção da democracia que, com as suas vertentes económica, social, política e cultural, exige também que os governantes no poder não se sirvam do poder para se servir a si próprios mas utilizem o poder para servir o povo e o País.

## Por uma grande vitória em 17 de Dezembro

Camaradas,

Uma derrota da direita nas eleições de 17 de Dezembro e uma vitória da CDU e outras coligações em que participamos significarão, como primeiro e directo resultado, a eleição para os órgãos autárquicos de candidatos que dão garantias de aí trabalharem com honestidade e competência, sempre em ligação estreita com as populações, para a solução dos problemas existentes, para melhorar a qualidade de vida, para o desenvolvimento económico, social e cultural dos concelhos e freguesias respectivos.

Significarão também o reforço do poder local democrático, porque as forças que constituem a CDU são, pela sua orientação e pela sua prática, as mais coerentes defensoras desta grande conquista de Abril ameaçada pela acção antidemocrática do Governo.

Mas uma derrota da direita e uma vitória da CDU e outras coligações em que participamos, terão consequências e repercussões mais profundas.

Enfraquecendo a direita e reforçando a intervenção dos democratas na orgânica e na vida do Estado constituirão um novo obstáculo às ofensivas reacçãoárias.

Reforçando os motivos de confiança, criarão uma ainda mais ampla e firme resistência e luta de todos os democratas, dos trabalhadores e de todas as classes e camadas sociais atingidas em interesses vitais pela política de direita.

Mostrando o valor do entendimento democrático na luta contra a direita abrirão caminho a um mais aberto e frutuoso diálogo entre todos os democratas e ao desenvolvimento da convergência da sua acção.

Se as eleições para o Parlamento Europeu, confirmando o significado da vastíssima movimentação social, deram já nítidos indícios da diminuição da base de apoio do Governo as

eleições autárquicas de 17 de Dezembro poderão assinalar uma viragem na situação política portuguesa, marcada nos últimos anos por um progressivo avanço da política de direita.

Grandes vitórias da CDU nas eleições de 17 de Dezembro poderão influir para um mais rápido isolamento do Governo e uma nova arrumação das forças políticas e sociais reforçando a luta por uma alternativa democrática e criando condições para que esta possa vir a ser inscrita na ordem do dia.

## A força do Partido

É indubitável que o nosso Partido representa um papel determinante na luta contra a direita, na luta popular, nos passos dados para a convergência dos democratas, na dinâmica de vitória democrática nas próximas eleições autárquicas, na luta por uma alternativa democrática, na evolução da situação política que se está verificando.

Quantas vezes não ouvimos proclamar nos últimos anos que o PCP vivia marginalizado, empurrado para um «ghetto», separado das massas, roído por gravíssima crise interna, perdendo rapidamente a sua influência e que (a crer no que anunciavam os nossos adversários) estaria condenado a um «declínio irreversível», se não se tornasse um partido social-democratizante, submisso à restauração do capitalismo monopolista e renegando a sua natureza de classe e a ideologia e os ideais do socialismo? Quantas e quantas vezes não ouvimos e não lemos os primores de tal propaganda?

E qual é no fim de contas a realidade? A realidade é que, contrariando tais previsões, o PCP aparece neste momento na vida nacional com iniciativa e reforçada influência, prestígio e autoridade.

Compreende-se o despeito e a inquietação das forças de direita. Compreende-se que o sr. Primeiro-Ministro, esquecendo a necessidade de um mínimo de compostura na atitude de uma pessoa com tal responsabilidade no Estado, se lance na repetição de diatribes do mais primário anticomunismo, como sucedeu nos tristes espectáculos que deu nos seus discursos em Faro e na Assembleia da República.

Parece-nos que já seria tempo de os nossos adversários abandonarem o uso sistemático da falsidade e da calúnia e as «cassettes» herdadas da ditadura e da Pide.

Já seria tempo de pôr de lado na campanha contra o nosso Partido fantasmas e preconceitos anticomunistas que só o ódio ou o obscurantismo podem ter por válidos.

Essas campanhas contra o PCP sem dúvida que provocam dúvidas acerca dos comunistas em pessoas mal informadas. Mas a vida mostra que não têm tido a eficácia que os anticomunistas pretendem.

Tomando os desejos por realidades estão sempre a sonhar com derrotas mortais, problemas internos e crises do PCP.

Basta que um qualquer senhor que se afasta ou foi afastado do PCP se ponha em bicos dos pés para logo suscitar na comunicação social um tratamento mais abundante e destacado que as posições, as propostas e a intensa actividade de um partido cujos inscritos se aproximam de 200 mil membros.

Basta que alguém ponha a circular uma qualquer fofoca para inventarem histórias sobre a chamada «sucessão» do secretário-geral do Partido, indo ao ridículo de avançarem eles, nossos adversários cujo objectivo é enfraquecer-nos, as candidaturas que no seu entender são as melhores para reforçar o Partido!

Basta que o PCP desenvolva com êxito a preparação para as eleições autárquicas para logo anunciarem previsões de uma baixa eleitoral.

Diga-se a verdade que estão em dificuldades. Há tempos as sondagens anunciavam em parangonas que seríamos reduzidos a poucos mais de 6%. Depois o andamento das coisas levou-os a corrigir par 9%. Depois para 11%. Agora já falam em 14%. Julgo, camaradas, que é também vossa opinião que ainda terão que subir mais e que as eleições de Dezembro confirmarão esta nossa previsão.

A vitória nas eleições não será fácil. O PSD utiliza ilicitamente o Governo como seu principal agente de propaganda eleitoral. Utiliza o aparelho e os recursos do Estado. Utiliza e utilizará ainda mais até às eleições a demagogia. Controla e manipula da forma mais vergonhosa os grandes meios de comunicação social, designadamente a televisão.

Mas a democracia tem muita força, o povo tem muita força e, se empenharmos com determinação e confiança os nossos esforços na batalha eleitoral, uma grande vitória será alcançada em 17 de Dezembro.

Se a conjuntura presente é caracterizada por violenta agressividade antidemocrática do Governo, também é caracterizada pelo descontentamento geral dos trabalhadores e dos mais vastos sectores sociais, pela grande movimentação social contra a política de direita, por processos de convergência democrática que se expressam nas coligações e acordos para as eleições autárquicas e pelo alargamento da base social e política para uma alternativa ao Governo e à política de direita.

Daqui faço um apelo à mais vasta participação nas próximas lutas dos trabalhadores e outros sectores sociais designadamente na grande jornada de luta do próximo dia 16 decidida pela CGTP.

O povo está em luta. O nosso Partido está sólido, tem iniciativa, está unido e confiante.

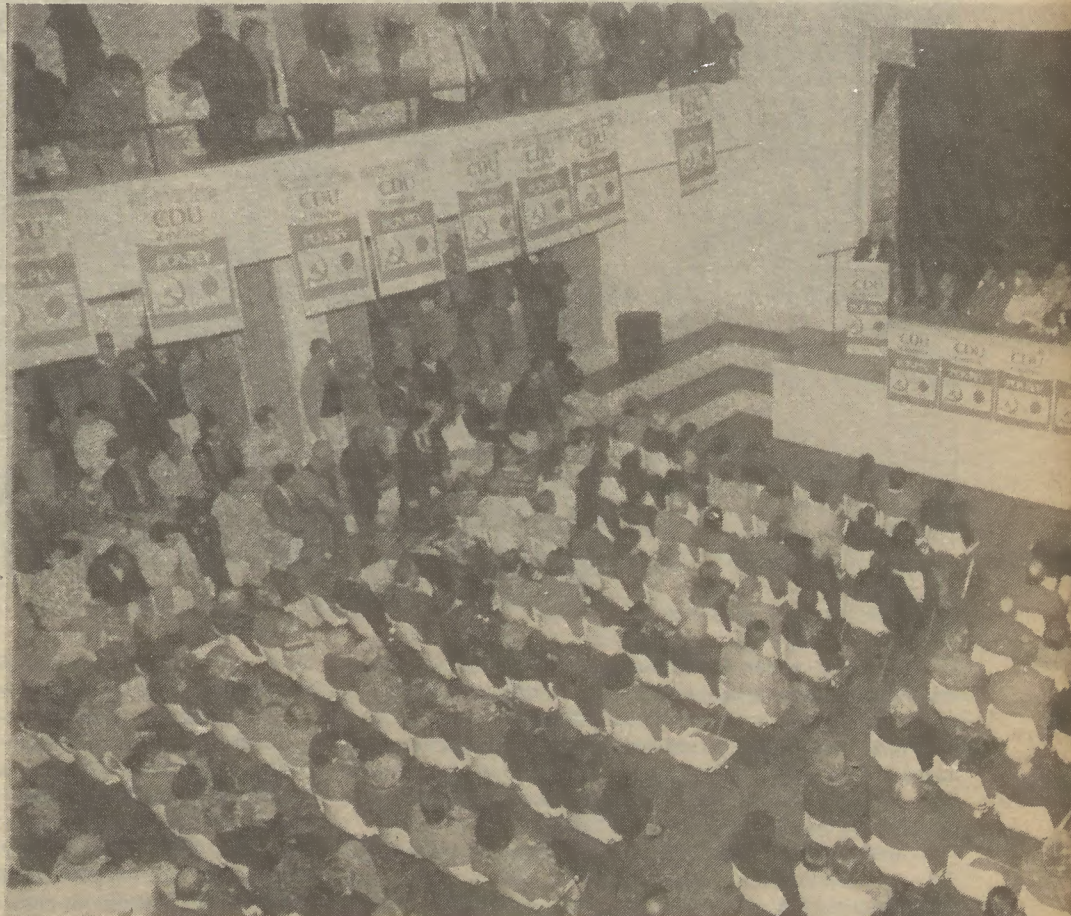
Ao trabalho, camaradas! Por uma grande vitória nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro!



**Poder Local****Alvaro Cunhal no Alentejo e Algarve****O clima é de confiança**

Num fim-de-semana de sol, foi de confiança o clima que envolveu a deslocação de Álvaro Cunhal ao Algarve e ao Alentejo.

Sábado o secretário-geral do PCP esteve em Vila Real de Santo António, Monte Gordo e Silves, domingo — em Messines, Ourique, Alvito e Beja. Tanto nas autarquias onde os comunistas e seus aliados já detêm a maioria, como naquelas em que nas eleições de 1985 se impuseram as alianças PS/PSD, trabalha-se para a vitória da CDU no dia 17 de Dezembro. A obra dos eleitos da coligação, o prestígio dos seus candidatos, a seriedade dos seus programas e a mobilização e a campanha eleitoral são, cabalmente, razões fortes para confiar num bom resultado.



*Em clima de confiança, com os olhos no futuro, trabalhando com honestidade e competência — é a CDU (fotos no mini-comício em Monte Gordo e na sessão em Beja).*

**VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, OURIQUE, ALVITO****Retomar o caminho**

Em Vila Real de Santo António, em Ourique e no Alvito os comunistas e seus aliados estiveram já à frente dos órgãos autárquicos. Alianças PS/PSD mudaram os responsáveis das câmaras municipais. Agora, a CDU propõe-se ali retomar o caminho do progresso, do trabalho com competência, da gestão com honestidade.

Concorrendo sob o lema «Uma autarquia para os anos 90», a Coligação Democrática Unitária pretende, como disse Alfredo Graça, retomar a linha do desenvolvimento e do progresso em Vila Real de Santo António, opção indispensável quando se aproxima o mercado único e a abertura da nova ponte sobre o Guadiana. O actual vereador e antigo presidente da Câmara recordou que durante a gestão da ex-APU aquele órgão autárquico era prestigiado, não tinha dívidas aos trabalhadores nem ao comércio local.

Desde 1985, contudo, a

aliança PS/PSD alterou esta situação. Como referiu o cabeça-de-lista da CDU, nenhuma obra municipal chegou ao fim nestes quatro anos, enquanto a CM deve 600 horas extra ao pessoal e permite que crianças com menos de 14 anos trabalhem numa obra sua. Não foram feitos neste período quaisquer investimentos de vulto, enquanto durante o mandato da APU se construíram no concelho 4 hotéis e 2 fábricas, «e outros investidores esperavam a continuidade do nosso mandato».

Exemplos como estes foram ainda referidos, tanto por



*Na Casa do Povo de Alvito, com a casa cheia, a CDU propôs-se avançar para a colaboração com os vizinhos, cobrindo com a acção intermunicipal muito daquilo que o Governo não deixa fazer quando impede que avance a regionalização e quando empurra para as calendas gregas a construção do Alqueva.*

Alfredo Graça, como pelo vereador e segundo candidato CDU, António José, no que respeita à habitação social, ao apoio às colectividades, à

organização dos serviços da Câmara, ao próprio estilo de trabalho dos eleitos.

Também no concelho de Ourique — onde Álvaro

Cunhal participou numa sessão que encheu a Casa do Povo — o casamento PS/PSD trouxe à autarquia «quatro anos de estagnação,

compadrio e clientelismo» — nas palavras de José Filipe, o professor que a CDU candidata a presidente da Câmara.

Aqui — salientou — levaram 4 anos para erguer o edifício das Finanças, nada foi feito para o desenvolvimento do turismo ou para incentivar a fixação da população, não foi terminado qualquer trabalho de saneamento básico, os trabalhadores da CM são perseguidos se demonstram não alinhar com o PSD, os eleitos social-democratas não comparecem às reuniões da Câmara. Enfim, uma gestão que José Filipe considerou apenas «a mais desastrosa que algum concelho do Alentejo já teve desde o 25 de Abril», cujo principal responsável é agora primeiro candidato pelo PSD.

Quanto ao PS, apresenta como cabeça-de-lista Ramiro Sobral, presidente da CM durante 8 anos e considerado por José Filipe «homem do PSD», que «deixou à autarquia um legado quase catastrófico».

Em Vila Real de Santo António, como em Ourique, repetiu-se em 1985 a situação retratada por Guido Pires no Alvito, onde também os comunistas e seus aliados estiveram à frente da Câmara: «Não saímos por trabalhar mal, saímos porque o PS e o PSD se allaram contra nós». E também neste concelho alentejano se vê hoje que a população nada ganhou com essa aliança pela negativa — como referiu aquele jovem médico que encabeça a lista da CDU para o executivo municipal.



*Em Vila Real de Santo António, Álvaro Cunhal participou num almoço-convívio que reuniu no salão do Lusitano Futebol Clube eleitos e candidatos da CDU, dirigentes locais do MDP e da UDP, que no concelho apoiam a candidatura da coligação, militantes comunistas e outros activistas da CDU, inclusive dos concelhos vizinhos — Alcoutim e Castro Marim.*



*Em Ourique a CDU apresenta uma equipa para vencer e pôr termo à estagnação, ao compadrio, ao oportunismo no executivo municipal.*



Poder Local

## A importância de um bom resultado

A importância de um bom resultado da Coligação Democrática Unitária nas eleições autárquicas foi constantemente sublinhada por Álvaro Cunhal nesta sua deslocação ao Algarve e ao Alentejo. Falando sempre de improviso e, como é habitual, referindo situações locais, o secretário-geral do PCP, para além da necessidade de eleger candidatos da CDU para os órgãos municipais e as assembleias de freguesia, sublinhou serem também estas eleições uma forma de combater a política do Governo de Cavaco Silva.

Os aumentos dos titulares de cargos políticos foram considerados por Álvaro Cunhal «um insulto para as situações de miséria que há no País». Fez referência, por várias vezes, aos magros aumentos que o Governo decretou, com fins eleitoralistas, para os reformados, apresentando a posição do PCP quanto a estas questões: os reformados devem ter maiores pensões, os políticos devem ser aumentados de acordo com o aumento concedido pelo Governo aos trabalhadores da Função Pública (12%).

Álvaro Cunhal afirmou ser «motivo de satisfação» o entendimento conseguido pelo PCP e a CDU com praticamente todos os outros partidos democráticos, realçando que as próprias listas da CDU reflectem «um grande projecto unitário». No entanto esclareceu que o facto de PS e PCP concorrerem coligados em Lisboa contra a direita não é incompatível com o combate à política do PS nas autarquias onde este tem uma gestão semelhante à da direita e com resultados igualmente maus para as populações.

A mudança de símbolo e de sigla da CDU, imposta por uma lei discriminatória, requer um grande esforço de esclarecimento, alertou o secretário-geral do Partido.

De Vila Real de Santo António e Beja outra nota marcou as intervenções de Álvaro Cunhal: a honestidade, a dedicação e a competência dos eleitos CDU, tanto em maioria como em minoria. «A CDU apresenta-se com obra feita» e isso distingue-a também das outras forças políticas.



Almoço-convívio em Messines, no CT do Partido: equipa que trabalha, reelege-se. Daí o optimismo com que se encara o resultado de 17 de Dezembro. Até lá, no entanto, o trabalho continua.



Em quatro anos de mandato, o executivo PS/PSD presidido por António Murta não foi capaz de concluir o bairro do projecto SAAL, em Monte Gordo; agora, com a proximidade das eleições, enviou para lá tijolos e outro material, sem quaisquer critérios de distribuição justa mas com claras pressões políticas — como a CDU tem denunciado na CM de Vila Real, e como se viu e ouviu na visita ao local e nas conversas com os moradores.

## SILVES, MESSINES, BEJA

# Continuar a obra da CDU

Os concelhos de Silves e Beja e a freguesia de São Bartolomeu de Messines, que o secretário-geral do PCP visitou no fim-de-semana passado, têm à frente dos seus destinos homens e mulheres que, com honestidade e competência, têm feito uma obra notável para o desenvolvimento das autarquias e o bem-estar das populações. Dos caminhos rurais aos projectos intermunicipais de grande dimensão, os candidatos da CDU apresentam-se às eleições de 17 de Dezembro de rosto erguido e dispostos a prosseguir o trabalho.

Não é por acaso que Horta Correia, cabeça-de-lista do PS em 1985 e vereador desde então da CM de Silves, decidiu, depois de quatro anos de trabalho conjunto, integrar desta vez as listas da CDU. O estilo de trabalho do presidente da Câmara, José Viola, e dos outros eleitos da CDU levou também a que Carlos Santos, engenheiro agrícola sem filiação partidária e responsável da zona de caça criada pela Câmara neste mandato, decidisse candidatar-se ao executivo municipal pela Coligação Democrática Unitária.

José Viola, apresentado no comício que se realizou sábado à noite no cine-teatro silvense como «actual e futuro» presidente da CM, sublinhou não ser fácil levar a cabo o muito que havia por fazer, sobretudo quando o poder central não cumpre as suas responsabilidades na atribuição de recursos.

Mesmo assim a Câmara, nestes quatro anos, não só deu resposta a necessidades essenciais — a electrificação, a distribuição de água, os esgotos —, como ainda avançou com projectos mais amplos e de maior dimensão: a criação de uma zona industrial, a construção da Feira Internacional e do mercado de origem do Barlavento. E

José Viola apresentou, num breve balanço, muitos outros exemplos da obra realizada pela CDU, da habitação à descentralização de meios para as freguesias, do apoio à terceira idade e às associações culturais e desportivas até à defesa do rico património do concelho, do atendimento pessoal de munícipes até aos projectos que apontam já para o desenvolvimento durante a próxima década.

Do vasto concelho de Silves, 270 km<sup>2</sup> são ocupados pela freguesia de São Bartolomeu de Messines, onde, com «a preciosa ajuda dos moradores» e em estreita colaboração com a Câmara Municipal, também aqui — como se salientou no almoço-convívio de domingo — o trabalho feito inspira confiança em que a CDU sairá vitoriosa das eleições de 17 de Dezembro.

### E muito fica por dizer...

Quando o cabeça-de-lista da CDU em Ourique dizia que, para avaliar dos prejuízos que o executivo PS/PSD trouxe ao concelho bastava olhar para os vizinhos, podia referir-se a qualquer dos concelhos alentejanos onde os autarcas que estão na CDU



Em Beja os autarcas que agora integram as listas da CDU têm feito um trabalho notável para proporcionar melhores condições de vida à população e impulsionar o desenvolvimento harmonioso do concelho — sublinhou-se na sessão que encheu a Casa da Cultura.



No comício que se realizou no cinema de Silves falaram, além de Álvaro Cunhal e José Viola, Luís Catarino (presidente da Comissão Política da Intervenção Democrática), José Ribeirinho (do Conselho Nacional de «Os Verdes»), Horta Correia (vereador do PS e cabeça-de-listas em 1985, agora candidato da CDU à AM), Carlos Santos (independente, candidato da CDU à CM) e José Leal (presidente da AM e de novo primeiro nome da CDU para este órgão).

têm feito um enorme esforço para melhorar a qualidade de vida das populações — e têm-no conseguido.

É o caso de Beja, onde Álvaro Cunhal participou num comício que encheu a Casa da Cultura e no qual Carreira Marques, também «actual e futuro» presidente, deu algumas notas sobre o trabalho ali feito pelos comunistas e seus aliados.

Em relação a quantos municípios se pode dizer, por exemplo, que todas as povoações com mais de 50 habitantes têm água, luz e esgotos? Carreira Marques disse-o em relação a Beja. E acrescentou ainda que este é o único município em Portugal com um plano de salvaguarda e recuperação do centro histórico, além de ser pioneiro na elaboração de um estudo de desenvolvimento económico.

É precisamente para o desenvolvimento — «não só económico, mas científico, social, cultural, e harmonioso, não a qualquer preço» — que aponta agora a actividade dos autarcas da CDU (que no distrito de Beja, como é sabido, contam com o apoio do PRD).

Carreira Marques referiu o esforço da CM para que o ensino superior fosse, como é hoje, uma realidade em Beja: lembrou o lançamento de iniciativas para a criação da região de turismo, da zona industrial e do parque industrial.

Muito ficou por dizer... Mas o trabalho está à vista, lá onde foi feito. Quem quiser descobrir o trunfo da CDU nas autarquias tem que ter isto em conta.



## Poder Local

### Minimercado em Carnaxide construído mas fechado

A abertura de um minimercado construído há longos anos no Bairro do Padeiro, em Carcavelos, foi motivo para uma discussão realizada no sábado passado entre a população e os actuais vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais, Vítor Silva e João Pedro Nobre, e o candidato à presidência da Junta de Freguesia de Carcavelos, António Sequeira.

Na ocasião, Vítor Silva considerou que «até à data os responsáveis pela execução das deliberações de Cascais e Junta de Freguesia — não as executaram e já estão investidos milhares de contos no minimercado. Pensamos que os dinheiros públicos devem ser objecto de uma gestão criteriosa e responsável».

Da discussão havida com a população, os candidatos da CDU concluíram que para além da abertura do minimercado, será necessário também proceder à limpeza das zonas envolventes, criar um campo de jogos, reforçar a segurança e iluminação pública, aumentar o número de contentores e da higiene e limpeza do bairro, melhorar os transportes públicos que servem a área, solucionando o estrangulamento da Rua dos Lusíadas e, finalmente, instalar uma cabine telefónica junto ao minimercado.

### Pendões CDU furtados por ordem da Câmara de Oeiras

A coordenadora da CDU — Coligação Democrática Unitária de Oeiras denunciou o facto de «a mandato do presidente da Câmara Municipal de Oeiras» os serviços dessa Câmara terem furtado às cinco horas da madrugada do passado dia 21 pendões da CDU que estavam colocados em Carnaxide, considerando esta posição ditatorial de Isaltino Morais, presidente da edilidade, como vindo no seguimento de outras decisões tomadas contra a CDU, «como foi o caso da não cedência de instalações para apresentação pública do candidato CDU à presidência da Câmara, professor Oelorio Moreira».

Considera a CDU de Oeiras que estas práticas não vão ser entraves à caminhada da CDU para uma vitória no concelho de Oeiras, já que a CDU é a única alternativa viável à má gestão que tem sido feita na Câmara de Oeiras pelo PSD.

### Bairro da Cruz da Guia. Moradores contestam PSD

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais exigiram em sessão da Câmara a reanálise do processo de entrega de chaves a famílias no Bairro da Cruz da Guia, bairro de habitação social.

A entrega de chaves gerou contestação por parte dos moradores, já que o PSD a pretendia fazer — num acto eleitoralista — sem que as habitações estivessem concluídas.

Segundo os vereadores da CDU, são várias as insuficiências: ruas que não estão pavimentadas; logradouros que são depósitos de lixo e de entulhos; electricidade fornecida pelo sistema de «baixadas»; abastecimento de água aquém das necessidades; é, inacreditável, caixas de visita dos esgotos construídas dentro das casas.

### Municípios de Setúbal querem decidir redes de gás!

A Associação dos Municípios de Setúbal (ADMS) aprovou uma moção sobre a distribuição de gás canalizado onde reivindica que a Assembleia da República «proceda à ratificação dos diplomas aprovadas pelo Conselho de Ministros e que a nova legislação reconheça aos municípios a competência para planejar, projectar,

executar e explorar as redes de distribuição de electricidade de baixa tensão. Esta moção, que assinala o facto de ao Governo competir a responsabilidade de estabelecer as regras e as normas gerais a que devem obedecer os objectos, as obras e o regime de atribuição das concessões do gás canalizado, foi enviada ao Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

### Braga: chega de Mesquita

Os candidatos da Coligação Democrática Unitária aos órgãos do município de Braga, reunidos domingo na escola André Soares, aprovaram um manifesto em que acentuam «a necessidade de impedir politicamente o regresso da maioria absoluta de PS e de Mesquita Machado, com o seu cortejo de arbitrariedade e práticas ilegais, desrespeito pelos métodos democráticos e criação de condições propícias à corrupção e ao protecção».

No manifesto alerta-se para «a pertinência de uma avaliação precisa, no período de campanha que se avizinha, do comportamento de cada força política, de cada vereador e eleito da Assembleia Municipal, designadamente tendo em conta o efectivo trabalho realizado».

A acção «consequente, séria e perseverante» de Casais Batista e dos outros eleitos que agora estão na CDU — afirma-se no manifesto da CDU de Braga — mostra que é necessário «fazer crescer a CDU, como base de partida para uma gestão mais democrática, competente e rigorosa».

### Famalicão: Câmara perde, liberdade ganha

A CDU de Vila Nova de Famalicão, através de um comunicado da sua comissão eleitoral, reclama da Câmara Municipal o cumprimento da deliberação da Comissão Nacional de Eleições que a obriga à reposição de um placard com propaganda política que ilegalmente retirou.

Após a decisão da CNE a Câmara de Famalicão tentou recorrer para o Tribunal Constitucional alegando que o referido placard desfeava a área verde e o edifício da biblioteca pública. A CDU considera tais alegações como «intrujice» e responde-lhes com três perguntas: «Será área verde o silvado, a lixeira e o esgoto que é o ribeiro de Talvã, existentes junto à rotunda Bernardo Machado? Será que o senhor presidente da Câmara já se esqueceu que em 1985 colocou no mesmo local um placard com o seu retrato?»

Só que o recurso para o Tribunal Constitucional («Quem sabe, propositadamente» — comenta a CDU) foi entregue fora do prazo legal, o que levou o TC a «não tomar conhecimento» do dito.

### Gente competente para São Vicente

«Uma equipa competente para São Vicente» é o lema da CDU na campanha eleitoral para a Assembleia desta freguesia minhota. Numa nota de imprensa salienta-se que a estabilidade conseguida durante estes 4 anos no funcionamento da Junta «deve-se em grande parte aos eleitos da CDU, pelo seu esforço desinteressado, dando sempre o melhor contributo no sentido de resolver os problemas».

O «papel de carneira» dos eleitos que agora se candidatam pela coligação — refere a nota — «teve uma importância fundamental» para que fossem aprovadas as propostas que melhor serviam a freguesia. Os candidatos da CDU dispõem-se a «continuar a dar o melhor» e comprometem-se a «nunca abandonar os cargos para os quais somos eleitos», distinguindo-se assim das outras forças políticas locais.

além do reforço geral das posições, a possibilidade de novas presidências de Câmaras, de vereadores e eleitos nas Assembleias Municipais onde actualmente não temos e boas hipóteses de vitória num conjunto de freguesias para além das actuais 32 de maioria CDU.

No final dos trabalhos usaram da palavra Gabriel Duarte, independente, candidato à presidência da Câmara Municipal de Almeirim; Martins Leitão, da Intervenção Democrática, cabeça-de-lista à Assembleia Municipal de Santarém; Manuela Cunha, do Partido Ecologista «Os Verdes»; e Raimundo Cabral, da Comissão Política do Comité Central do PCP, que, para além duma apreciação das listas e das perspectivas, destacou o contributo que o distrito de Santarém pode dar para a derrota da direita e uma alteração da situação política, com o aumento de votação e reforço das posições da CDU nas próximas eleições autárquicas.

## Com candidatos da CDU

# Siza Vieira visita problemas da cidade do Porto

A discussão dos programas e da campanha eleitoral dominaram o debate realizado no Encontro da CDU no concelho de Lousada, que decorreu no passado domingo. Na ocasião, o dr. José Calçada, que encabeça a lista para o município, referiu-se à importância da primeira vez eleger um vereador e de reforçar a presença

da CDU na Assembleia Municipal e nas freguesias. Foi eleita por unanimidade uma Comissão eleitoral constituída por quinze membros.

### Venha tomar café conosco

«Venha tomar café conosco» foi o convite da CDU

de Penafiel para a passada terça-feira, no Polivalente da Câmara, onde apresentou as suas candidaturas e as principais linhas programáticas para o desenvolvimento do concelho. As razões da candidatura dos cabeças de lista para a Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente, dr. Alberto Simões e Tenente-Coronel Mário Brandão,

ambos candidatos independentes, foram igualmente tema deste encontro.

### Com Siza Vieira

Uma magistral lição de como encerrar o «Porto e os seus problemas foi dada na passada segunda-feira pelo arquitecto Siza Vieira, durante uma viagem organizada pela candidatura da CDU na cidade, na qual participaram, entre outros Oliveira Dias, candidato à Presidência da Câmara, Lusitano Correia, Ricardo Figueiredo, Helena Medina e Vieira Mendes, candidatos na mesma lista.

Das pedreiras da Trindade e da Avenida da Ponte até à Serra do Pilar para observar o abandono dos escarpas do Douro, da ponte ferroviária e os seus acessos, no Freixo, até à Arrábida, onde se constroem os Pólos 2 e 3 da Universidade foi a imagem de uma cidade com cicatrizes profundas resultado da inércia e imobilismo da gestão municipal nos últimos vinte anos. Uma cidade que é ainda possível proteger, coordenando projectos, dialogando com as populações, basta que a Câmara o assuma.



Visita ao Porto e seus problemas com Siza Vieira (na foto com Oliveira Dias, candidato CDU à Câmara do Porto) e candidatos da Coligação Democrática Unitária

## A Região do Porto na Europa

Interligar de um modo mais profundo as propostas dos seus candidatos autárquicos e uma intervenção futura mais actuante dos seus eleitos nos órgãos do Poder Local, que potencie as relações inevitavelmente crescentes que se estabelecerão entre os órgãos autárquicos, a vida local, e as questões comunitárias em geral foi o objectivo do Encontro «A Região do Porto na Europa», que no passado sábado reuniu num hotel daquela cidade os deputados eleitos pela CDU para o Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura e candidatos da Coligação às eleições de 17 de Dezembro.

Na declaração à Comunicação Social distribuído no fi-

nal do Encontro, a CDU denuncia o facto de «a elaboração de projectos, selecção, escolha a hierarquia de objectivos, coordenação e compatibilização de meios e investimentos, acompanhamento e execução serem progressivamente centralizados em estruturas periféricas do poder central na região — designadamente na CCRN/Comissão de Coordenação da Região Norte — num afastamento e marginalização crescente e uma ausência de participação responsável de Câmaras e Assembleias Municipais».

Contra esta situação a CDU defende «mais informação, mais intervenção, mais trans-

parência», um dos pontos centrais pelo qual pautará a actuação dos seus eleitos relativamente às relações das autarquias com as questões comunitárias.

Um Programa Operacional para a Área Metropolitana do Porto, a reconsideração dos problemas do Vale do Ave, a abordagem integrada das concelhos do Vale do Sousa, um Programa para a Recuperação Ambiental do Rio Douro e seus afluentes, a reclamação de apolos financeiros para a reconstituição e restauro das Zonas Históricas do Porto e de Vila Nova de Gaia são as linhas prioritárias que a CDU defende no âmbito do PRD e das suas revisões.

## Nacional

## Alerta deputado do PCP Crianças das Flores sem transporte para a escola

O deputado do PCP na Assembleia Regional dos Açores, Paulo Valadão, apresentou recentemente um requerimento ao Governo Regional questionando se a Secretaria Regional de Educação e Cultura «já equacionou ou pensa equacionar o problema da deslocação das crianças dos arredores de Santa Cruz das Flores, todos os dias de aulas, no sentido de lhes proporcionar transporte para a escola e o respectivo regresso a casa».

O requerimento foi precedido de vários considerandos, designadamente assinalando o facto de

todas as escolas de ensino primário da Vila de Santa Cruz das Flores estarem concentradas no centro da vila, o que faz com que crianças muito novinhas se tenham de deslocar em distâncias consideráveis (as provenientes do Monte Ribeira de Barqueiros e Boa Vista deslocam-se entre dois e três quilómetros), percurso que é frequentemente feito a pé, o que se torna particularmente penoso quando há mau tempo, acrescendo o facto de a Câmara de Santa Cruz só resolver «apenas em alguns dias a deslocação daquelas crianças, não efectuando o transporte todos os dias de aula».

## Distrito de Setúbal

# Forte presença de mulheres nas listas CDU

Foram já concretizadas as entregas das listas eleitorais para os órgãos autárquicos no distrito de Setúbal, nas quais há a destacar a forte participação de democratas independentes, que se cifra em cerca de 35 por cento do total dos candidatos. Este carácter largamente unitário das listas CDU no distrito revela-se ainda nos acordos a que se chegou com o PRD, UDP, PSR e com membros do MDP e do PS.

Por outro lado, a presença crescente de jovens bem como de mulheres nas listas CDU é igualmente um aspecto a realçar. Cerca de 15 por cento dos candidatos têm menos de 30 anos e mais de 22 por cento são mulheres, três das quais encabeçam as listas à presidência de Municípios, nomeadamente Maria Emília Sousa em Almada, Odete Santos em Setúbal e Graciela Baião em Alcácer do Sal.

O trabalho de preparação da campanha eleitoral decorre de forma a reafirmar os objectivos da CDU e da coligação «Desenvolver Setúbal» de conquistar a maioria das 13 câmaras e assembleias municipais, bem como aumentar o número de maiorias nas freguesias do Distrito. A

consciência do trabalho realizado pelos atarcas CDU faz com que os comunistas e seus aliados se empenhem com entusiasmo e crescente confiança no esclarecimento eleitoral e contactem as populações.

### Reforçar as maiorias no Seixal

A realização de dezenas de iniciativas da CDU no concelho do Seixal são desde já o garante de uma vitória em 17 de Novembro próximo, e

que possibilitará o reforço das maiorias em todos os órgãos autárquicos. As listas da CDU são integradas por um vasto leque de democratas, recentemente alargado com a concretização do acordo com o PRD.

Entretanto, é já extenso o rol de iniciativas promovidas no concelho com vista às eleições. São exemplos mais significativos a abertura da sede CDU na Torre da Marinha; a realização de um encontro de candidatos para discussão do programa eleitoral, que envolveu a maioria dos 218 candidatos da coli-

gação e assentou fundamentalmente em questões como o desenvolvimento, transportes e acessos, a cultura, a juventude, meio ambiente e ordenamento territorial; a promoção de reuniões com diversas estruturas sociais para encontrar novas e adequadas respostas aos problemas que se colocam às populações.

Está programado realizar-se no próximo dia 18 de Novembro o Encontro Concelho da CDU para efectuar a apresentação pública dos candidatos, divulgar os objectivos eleitorais da CDU, o seu programa e manifesto eleitoral.

## CDU apresenta candidatos em Almada

# A confiança das promessas cumpridas

Com o fim de apresentar publicamente os candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho de Almada e preparar as próximas

eleições, realizou-se no passado sábado no salão de Festas da sociedade «Incrível Almadense», sob o lema «A CDU é melhor para Almada», um encontro da coligação que reuniu algumas centenas de pessoas.

A abrir a sessão, a intervenção da cabeça de lista à presidência do Município, Maria Emília de Sousa, destacou os vários êxitos da gestão CDU, que em seu entender relacionam-se com o

concelho, contribuindo para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações.

A passagem de um vídeo sobre as realizações, que em quinze anos de gestão CDU transformaram a face do concelho, veio confirmar as palavras de Emília de Sousa e despertar na assistência algumas questões que seguramente colocaram à mesa.

O encontro, que se prolongou até já ser noite, terminou



empenhamento e uma acerta política de descentralização das competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, sem minimizar a importância fulcral dos planos municipais anuais e do plano director. A candidatura da CDU e actual presidente do Município de Almada, afirmou ainda que é com confiança que se está a preparar a presente campanha eleitoral, frisando que a lista que integra é a única capaz de assegurar o desenvolvimento integrado do

com a apresentação e aprovação de uma resolução, enriquecida com algumas propostas de alteração feitas pela assistência, tendo ainda nele tomado parte activa José Manuel da Maia, primeiro candidato da CDU à Assembleia Municipal, o escritor e dramaturgo Romeu Correia, mandatário concelho da CDU, bem como membros dos partidos que integram a coligação, PCP, Partido «Os Verdes», PRD e independentes.

## Falecido

### Leopoldo José Carvalho

Após prolongada doença faleceu o camarada José Carvalho, de 82 anos, que militava na Organização de Freguesia de Carvalhais (Mirandela).

Aos familiares, amigos e companheiros do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Santarém: CDU quer reforçar posições

Para discussão das próximas eleições autárquicas de 17 de Dezembro, realizou-se no dia 4 de Novembro, na Casa do Povo de Almeirim, o encontro de candidatos e activistas da CDU do distrito de Santarém, que contou com a presença de cerca de 200 participantes. Durante o encontro foi feita uma avaliação do trabalho de formação das listas, tendo sido realçado a sua grande abertura — 50 por cento de independentes — assim como o aumento do número de jovens e mulheres em posição de serem eleitos, no conjunto das 21 Câmaras e Assembleias Municipais e das 181 das 191 Assembleias de Freguesia a que a CDU concorre.

Quanto aos objectivos, a tónica das diversas intervenções foi de grande confiança nos resultados: confirmações das maiorias absolutas em Alpiarça, Benavente, Chamusca e Ourique, alcançar a maioria absoluta em Constância e, para



**Assembleia da República****O escândalo dos 56%****Indignação chega ao Parlamento**

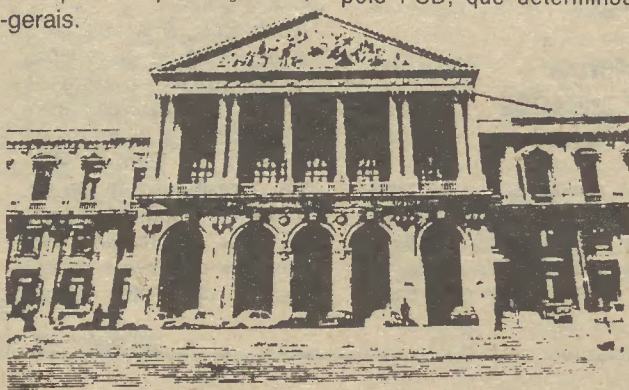
«Duplamente chocante e afrontoso», assim classificou o líder parlamentar comunista, Carlos Brito, o recente aumento em mais de 56 por cento dos titulares de cargos políticos. Foi na terça-feira e as suas palavras foram pronunciadas justamente no calor do debate de um projecto-de-lei apresentado por alguns partidos da oposição com vista a impedir que se concretizem, com carácter imediato, tais aumentos operados por força dos aumentos dos directores-gerais.

Da iniciativa do PCP, PRD, Verdes, e dos deputados independentes Helena Roseta, Corregedor da Fonseca e Raul de Castro, este diploma que os parlamentares votarão durante a sessão plenária de hoje define simultaneamente um novo critério para a actualização daqueles vencimentos, adequando-o ao aumento geral da Função Pública e assegurando regras de transparência em todo o processo.

Sobejas razões estão, entretanto, na base desta iniciativa legislativa. Desde logo a própria onda de indignação e censura generalizada que percorreu o País face a tão escandalosa medida governamental, tanto mais chocante e afrontosa, como realçou Carlos Brito, quando comparada a percentagem de aumento concedida a vencimentos muito elevados com a percentagem de aumento estabelecida pelo mesmo Governo para o salário mínimo nacional, para a grande maioria dos vencimentos da Função Pública e para as pensões e reformas.

Não menos chocante é ainda, na opinião da bancada comunista, a forma «rematadamente hipócrita e mistificadora» com que o Governo tem conduzido o processo, alijando responsabilidades que só a ele devem ser imputadas mas que não ousa assumir.

Equacionando a questão nos seus devidos termos, Carlos Brito lembrou a propósito que a Assembleia da Re-



pública — ao contrário do que o Governo tentou fazer crer ao País — não participou, não foi consultada ou ouvida, não foi vista nem achada para o desencadeamento dos escandalosos aumentos.

Daí a relevância acrescida que o projecto-de-lei assume por constituir uma oportunidade oferecida a todos os deputados sem excepção para que estes «possam contribuir para que a Assembleia da República — as palavras são de Carlos Brito — actue realmente em conformidade com a sua competência, para que a verdade seja reposta e caia por terra a hipocrisia, a mistificação e os sofismas do Governo».

E se é verdade que existem diplomas aprovados em 1984 e 1985 pelo PSD e pelo PS que abrem caminho para os aumentos agora verificados (ao fixar, primeiro, o vencimento do PR e a sua actualização em função do vencimento da mais alta categoria da Função Pública; e, posteriormente, ao determinar a indexação dos vencimentos dos titulares dos car-

gos políticos ao vencimento do Presidente da República), não é menos verdade que este regime legal foi revisto pelo actual Governo, através de uma proposta sua de onde resultou a Lei n.º 102/88, aprovada apenas pelo PSD, que determinou



precisamente que a actualização do vencimento do PR (e consequentemente dos titulares de cargos políticos) do PR é feita em função e na proporção da remuneração mensal ilíquida fixada para o cargo de Director-Geral da Função Pública.

Tão verdade, como o facto, lembrado por Carlos Brito, de serem necessários 30,1 salários mínimos nacionais para prefazer o vencimento e as despesas de representação ilíquidos do Primeiro-Ministro; 26,1 para prefazer idênticas remunerações de um ministro; e 12,8 para prefazerem o vencimento de um deputado.

Tão verdade ainda como circunstância de entre Agosto de 1988 e a actualidade os titulares de cargos políticos terem tido dois aumentos extraordinários, um naquela data, de cerca de 30 por cento, o outro, agora, de 56 por cento, enquanto a generalidade dos trabalhadores da Função Pública teve um aumento de 8,1 por cento em Janeiro de 1989 e de 12 por cento em Outubro de 1989, para vigorar durante quinze meses.

**Inquéritos a Loures e ao Seixal****Vem aí a caça às bruxas?**

Ao avançar com o pedido de inquérito parlamentar às Câmaras de Loures e do Seixal, o PSD não hesitou em deitar mãos a uma operação de chicana política cujos contornos não conseguem esconder o evidente propósito de retirar dividendos eleitoralistas.

Se tal já era previsível, o debate ocorrido terça-feira não deixou entretanto qualquer margem para dúvidas quanto a este aspecto, permitindo simultaneamente identificar, sem esforço, uma manobra de diversão tendente a desviar as atenções dos vários inquéritos que recaem sobre a actuação de vários ministérios e membros do Governo.

Mais do que tudo isto, porém, como tratou de chamar a atenção o deputado comunista Jerónimo de Sousa, não é de enjeitar a ideia de que ao escolher como alvo as Câmaras do Seixal e de Loures (justamente reconhecidas pela sua gestão exemplar) e um acontecimento com a dimensão sócio-cultural da Festa do «Avante!», o PSD esteja de uma assentada a proceder a um «velho ajuste de contas».

Com efeito, tudo indica não ser fácil para o PSD e a direita aceitar essa poderosa realização de massas, que, obrigada a passar da FIL para o Vale do Jamor, deste para o Alto da Ajuda e dali para Loures, não perdeu o grau de participação, a dimensão e o êxito.

Mas ao desencadear a presente manobra, tendo como primeira figura o deputado Pacheco Pereira, nem mais nem menos do que o seu cabeça de lista à Câmara de Loures, o PSD veio mostrar ao mesmo tempo — à falta de uma argumentação séria e de factos comprovativos quanto à existência de irregularidades — não ter pejo em construir um frágil edifício teórico que não consegue esconder aquele que é porventura o seu mais íntimo desejo: alargar o âmbito do inquérito a todas as autarquias do PCP e, por que não, um inquérito ao próprio PCP.

Isso mesmo se pode depreender da intervenção de Pacheco Pereira quando este declarou, depois de muita parra, que o «PCP realiza uma forma de corrupção institucional que desvia as instituições autárquicas dos seus objectivos próprios de servirem em primeiro lugar os cidadãos, destruindo progressivamente a democraticidade da vida local e instituindo formas de poder paralelo incontroláveis pelo voto».

Afirmações cuja gravidade não pode ser escamoteada e que constituem afinal um exemplo paradigmático do totalitarismo que perpassa o PSD, como salientou Carlos Brito, em que «não se sabe muito bem o que vem a seguir» e com a maioria a dar mostras de «não recuar perante nada».

Ora foi justamente este comportamento perigoso, agora corporizado no pedido de inquérito que será hoje submetido à votação no

Plenário, que os partidos da oposição não tiveram dúvidas em condenar com vigor no decorrer do debate.

Tratou-se sobretudo de verberar um acto que inaugura, na expressão do líder parlamentar comunista, dois caminhos qual deles o mais perigoso: por um lado, a circunstância de quinze anos depois do início da vida parlamentar em democracia se pretender desencadear um inquérito parlamentar a autarquias, facto a todos os títulos sem precedentes; por outro, a intenção implícita de estender tais inquéritos contra um partido político, no caso o PCP.

Basílio Horta, em nome do CDS, levantou por sua vez duas questões, uma de natureza jurídica, a outra política. No primeiro caso disse não compreender como estando as autarquias sujeitas ao instituto da Tutela Administrativa, no respeito pelo princípio da separação de poderes, se pode vir agora, pela primeira vez, pedir um inquérito a uma autarquia. «Se se admite que as autarquias podem ser objecto de inquéritos parlamentares — observou — por que não também a Presidência da República ou os Governos Regionais».

A segunda questão levantada pelo deputado centrista prendeu-se com o receio por si manifestado que que as autarquias — «zonas de liberdade», como lhes chamou — possam vir a ser alvo, com este precedente, de um sem número de intromissões, com risco de serem a ser aniquilados aquilo que considerou «os últimos redutos de pluralismo». «Em que é que vamos transformar esta Assembleia? O que é que os presidentes de Câmaras, mesmo do PSD, pensam desta iniciativa?», inquiriu a propósito.

«Prática de escalada perigosa eticamente condenável», assim encarou também o deputado verde, Herculano Pombo a iniciativa do PSD, perguntando a dado passo se não há o risco de «não haver deputados que cheguem para os pedidos de inquéritos às 365 câmaras do País».

Gameiro dos Santos, do PS, levantou por seu turno «dúvidas» quanto à «perspectiva jurídica» do problema, acentuando que inquéritos destes podem «perverter» a «autonomia das assembleias municipais e regionais».

Mas será ainda o deputado comunista Jerónimo de Sousa a protagonizar a completa desmontagem da manobra agora ensaiada pela maioria governamental. Provado ficou, após desenvolvida argumentação, que no caso do Seixal todo o processo conducente à concretização da compra do terreno para a Festa do «Avante!» decorreu com toda a transparência, enquanto que no caso dos apoios dados pela Câmara de Loures à mesma Festa mais não se tratou do que «uma prática legítima e corrente do poder local de apoiar as realizações de natureza social, cultural e desportiva que os respectivos órgãos consideram de interesse municipal».

**Maior rigor e transparência nos subsídios aos deputados**

Mais rigoroso e transparente será a partir de agora o sistema que rege a atribuição de subsídios aos deputados para as deslocações que efectuarem no exercício das suas funções.

O novo sistema, que altera um artigo do Estatuto dos Deputados, vem assim introduzir uma praxi de maior rigor numa matéria susceptível de eventuais abusos em ordem a evitar que se repitam casos idênticos àquele e que ainda bem recentemente foi relatado na imprensa envolvendo um deputado da maioria que viajou pelos quatro cantos do mundo sem sair do País.

Subscrito por deputados de todas as bancadas, pelo próprio presidente do Conselho de Administração, e contando desde a primeira hora com o empenho do Presidente da Assembleia, Victor Crespo, esta medida acolhida por unanimidade pela Câmara não pode deixar de ser interpretada como tendente a

introduzir mecanismos moralizadores que dissuadam potenciais prevaricadores e permitam simultaneamente uma redução nas despesas.

De acordo com o estipulado no diploma, os princípios gerais a que obedecem subsídios de transportes e correspondentes ajudas de custo passam a ser fixados por

deliberação da Assembleia, passando os deputados a ter direito igualmente a um seguro de vida sempre que se desloquem em missão oficial ao estrangeiro.

**Grupos Parlamentares de Amizade**

Outro direito que os deputados passarão a disfrutar no futuro é o de constituírem grupo parlamentares de amizade com parlamentos e parlamentares de outros países. Para tanto, tal como consagra o projecto de deliberação aprovado por unanimidade na última semana, basta que seja essa a vontade de 25 deputados — número mínimo exigido —, a quem se exige

apenas uma comunicação ao Presidente da Assembleia da República com a designação do Grupo de Amizade, nomes dos titulares dos respectivos órgãos e teor dos estatutos.

Iniciativa conjunta de todas as bancadas, a criação destes grupos parlamentares de amizade tem em vista o reforço do relacionamento da Assembleia com os parlamentos de outros países, estreitamente que se reveste não apenas como mutuamente vantajoso como confere uma mais eficaz intervenção ao Parlamento na política externa do Estado português.

**Autonomia Financeira do PR**

A presidência da Repúli-

ca conta entretanto com autonomia administrativa e financeira, na sequência da aprovação unânime de um projecto socialista apresentado nesse sentido. De acordo com o novo diploma, que baixou à Comissão Especializada para apreciação de algumas emendas do PSD, o Presidente da República e os seus serviços de apoio exercem a autonomia administrativa com dispensa do visto prévio do Tribunal de Contas, estando-lhes também conferidas autonomia financeira para gerir livremente as verbas anuais que lhe forem concedidas no Orçamento do Estado.

Apesar de aparentemente pacífica, esta questão não

deixou mesmo assim de suscitar algumas polémicas, com a bancada do PSD, através do seu deputado Carlos Encarnação, a valorizar preocupações de natureza técnica em detrimento da questão política.

Marques Júnior, do PRD e José Magalhães, em nome da bancada comunista não deixaram passar em claro esta postura algo enviezada da maioria, com o deputado renovador a afirmar que o PSD «está a pôr questões de intendência à frente das questões políticas» e o deputado comunista a garantir que a «questão não é burocrática e técnica, mas eminentemente política e institucional».



Assembleia da República

# Lei de Bases do Sistema Desportivo Uma oportunidade desperdiçada?

O sistema desportivo conta desde a última semana com a sua Lei de Bases. Aprovado em Plenário em votação final global, após um prolongado período na comissão especializada, o novo diploma era aguardado com alguma expectativa, por razões que se prendem naturalmente com as conhecidas carências com que se defronta o sector desportivo.

Para os directamente interessados, impunha-se sobretudo que o novo enquadramento legal viesse preencher uma situação de vazio legislativo (só colmatado aqui ou ali por medidas avulsas), dotando assim o ordenamento jurídico de um instrumento considerado fundamental para o desenvolvimento desportivo.

Tal era este também o entendimento do Grupo Parlamentar do PCP, apostado desde o início em não deixar

desperdiçar esta oportunidade para dotar a nova Lei de um vasto conjunto de soluções capazes de responderem aos problemas existentes e aos desafios impostos por uma dinâmica social em rápida evolução.

Lamentavelmente, porém, o texto agora aprovado está longe de cumprir de forma cabal estes objectivos. De «frustração» falaram mesmo os deputados comunistas quando se referiram à proposta-de-lei do PSD e do Governo não apenas por não corresponder no seu modo de ver às necessidades actuais como até por manter e nalguns casos agravar o «estatuto de autêntico subdesenvolvimento deste sector de actividade nacional».

Reservas relativamente a algumas disposições da nova lei manteve também a bancada socialista que acabou em

conformidade com esta posição, tal como o PCP, por se abster na votação final. Os «Verdes», por sua vez, não esconderam o seu completo desencanto pela nova Lei, encarando-a como muito negativa, facto que justificou o seu voto contra.

Para este resultado globalmente frustrante não poderá entretanto ter deixado de contribuir o comportamento do PSD em sede de Comissão Especializada (ver caixa). Por razões que só um manifesto sectarismo e uma grande estreiteza de horizontes poderão explicar, a verdade é que os deputados da maioria rejeitaram liminarmente todas as propostas do PCP — mais de duas centenas —, não acrescentando uma vírgula ao seu texto inicial, todo ele, na opinião do PCP, marcado por «gritantes lacunas e soluções retrógradas».

O texto aprovado, como salientou na declaração de voto da sua bancada o deputado comunista António Filipe, não incorporou assim um conjunto de soluções de carácter inovador preconizadas pela bancada do PCP, as quais, garantiu, contribuiriam para a «resolução progressiva dos graves problemas do subdesenvolvimento desportivo actual».

Mas mais grave ainda, conforme foi sublinhado no decorrer de uma conferência de imprensa convocada pelo Grupo Parlamentar do PCP, é o facto de a Lei de Bases agora aprovada pôr em causa o desenvolvimento futuro do desporto português.

Justificando a afirmação, o deputado António Filipe, acompanhado na mesa pelo seu colega de bancada Vítor Costa e ainda por Carlos Rabagal, Melo de Carvalho, An-

tónio Vilela e Rogério Mota (reputados técnicos ligados à problemática desportiva), observou a propósito que o diploma em causa «recusa a participação directa dos diversos agentes do sector na definição da política desportiva e adopta um conjunto de mecanismos de governamentalização», enquanto, simultaneamente, recusa o «comprometimento financeiro indispensável a uma real política de desenvolvimento».

Particularmente verberada pela bancada do PCP foi ainda a forma «incompleta e redutora» como se apresenta a nova legislação, ponto de vista que sustentam pelo facto de esta não equacionar «com seriedade e solidez importantes subsistemas desportivos» e por pôr em causa aspectos essenciais do associativismo desportivo, ao defender nomeadamente a «generalização da mercantilização desregulada do desporto».

## Sectarismo empobrecedor

No decorrer da discussão em comissão especializada da Lei de Bases do Sistema Desportivo o PSD voltou a dar mostras do mais gratuito sectarismo, patente desta feita na sua recusa em aceitar uma única que fosse das propostas apresentadas pelo PCP.

Na prática, tratou-se da rejeição pura e simples do Projecto do PCP de Lei Quadro da Cultura Física e Desporto (aprovada em plenário em Janeiro último na generalidade, recorde-se, tal como a proposta do Governo) corporizado em 129 propostas, incluindo mais de duas centenas de disposições concretas.

Com esta proposta da maioria governamental, está bem de ver, quem fica mais pobre é a Lei de Bases agora aprovada, cuja importância para o sector desportivo ninguém questiona, mas da qual ficam ausentes, entre tantos outros, os seguintes princípios fundamentais preconizados pelo PCP: respeito pela autonomia dos organismos desportivos; participação directa de todos os sectores intervenientes no sistema de dignificação e concretização da política desportiva; reconhecimento de que uma autonomia efectiva exige reforço dos meios de actuação; reconhecimento do importante papel que a cultura física e o desporto podem assumir face às exigências e problemas da juventude; reconhecimento da importância do associativismo desportivo; protecção do profissionalismo do desporto; reconhecimento do papel insubstituível do poder local como elemento motor do desenvolvimento desportivo local.

## Tutela sobre as autarquias PCP exige revogação da Lei e apresenta projecto alternativo

O Grupo Parlamentar do PCP entregou no final da passada semana na Mesa da Assembleia um projecto-de-lei que estabelece o novo regime da tutela administrativa sobre as autarquias locais, iniciativa que visa, no essencial, revogar as disposições fundamentais da Lei n.º 87/89, de 9 de Setembro.

Aprovada no final da última sessão legislativa, apenas com o voto isolado do

PSD, esta lei veio estabelecer um regime de tutela administrativa sobre as autarquias locais e as associações de municípios, regime este que não corresponde no entanto, do ponto de vista dos parlamentares comunistas, às exigências constitucionais de autonomia do Poder Local, enquanto, em simultâneo, abre caminhos a ingerências abusivas na vida dos órgãos autárquicos.

A revogação urgente desta lei (recorde-se que ela fora já objecto de uma posição de unânime repúdio por parte das autarquias locais e das associações que as representam) afigura-se assim na perspectiva do PCP como um imperativo urgente, devendo os seus dispositivos fundamentais serem substituídos por outros que reconheçam a dignidade dos órgãos de poder local e garantam a sua

autonomia.

De acordo com uma nota do seu gabinete de imprensa, o Grupo Parlamentar comunista vai igualmente pedir em conjunto com outros partidos a ratificação do decreto-lei que aprovou o regime relativo a diversos domínios da utilização do gás natural, diploma que no entender do PCP marginaliza as autarquias de todo o processo e planificação da rede.

## Conselho Ético para as Ciências de Vida O início de um debate apaixonante

Uma iniciativa a todos os títulos oportuna e meritória é o mínimo que se pode dizer do projecto de lei aprovado na semana finda no Parlamento, por unanimidade, que consagra a criação do Conselho Nacional da Ética para as Ciências da Vida.

Órgão independente que funcionará junto da Assembleia da República, este Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida agora criado a partir de uma iniciativa da bancada socialista terá como competência emitir pareceres sobre os problemas éticos suscitados pela investigação neste domínio e respectivas aplicações, quer esses problemas digam respeito a pessoas individuais, aos grupos sociais ou à sociedade no seu conjunto.

Quanto à composição do Conselho foi preocupação do legislador que esta fosse eminentemente plural, devendo as personalidades que nele tomarão assento — a designar pelos órgãos de soberania e por outras instituições — ser portadoras de diferentes formações filosóficas, ideológicas e religiosas.

Esta pluralidade, experimentada de resto com êxito noutros países, conforme foi salientado no decorrer do debate pelos deputados socialistas, poderá permitir encontrar pontos de convergência sobre estas matérias, «através do diálogo sério e da reflexão aprofundada sobre o problema».

### Desafio à consciência

Associando-se plenamente à criação deste Conselho, o Grupo Parlamentar do PCP deu entretanto um enorme contributo para o enriquecimento do debate, colocando nomeadamente através do seu deputado José Magalhães um conjunto de interessantes reflexões que atestam quando apaixonantes como complexos são os problemas suscitados.

Colocando as suas interrogações num plano de desafio à consciência ético-jurídica, perguntou José Magalhães:

«O direito de fundar famí-

lia e ter filhos por inseminação artificial ou fertilização intratubária deve ser consagrado ou estigmatizado em nome em nome de concepções morais ou religiosas que proscrevem todas as formas de fecundação por métodos «não naturais»?

«Deve proibir-se a mulher de ter um filho desejado quando não seja casada ou o dador não possa ou não deva ser o marido?

«Deve admitir-se ou proibir-se a constituição de bancos de esperma? O seu uso deve ser gratuito ou oneroso? Quem lhes deve ter acesso e em que quadro?»

«Deve penalizar-se a mulher que deixe implantar no seu ventre o filho de outra mulher, ou que aceite ser inseminada por marido que não o seu, contribuindo com o próprio óvulo para a gestação? Ou seja: deve considerar-se que praticam crime as mães hospedeiras?»

Depois de se questionar em torno de aspectos que qualificou de ainda mais melindrosos, José Magalhães abordou aquilo que classificou de «perversões da biomedicina e da biotecnologia» que florescem por toda a par-

te perante o silêncio ou a ambiguidade dos poderes públicos.

Socorrendo-se de alguns exemplos concretos, chamou a atenção para o «sórdido e muito lucrativo comércio, de embriões e fetos», para as «bem rentáveis utilizações» de tecidos humanos para fins não terapêuticos, para os «centros de criação de embriões para experiências incontroladas», para a fusão de células humanas com as de outras espécies, para a criação de embriões com esperma mesclado oriundo de diferentes dadores.

### Um negócio do séc. XXI

Outras experiências levadas a cabo na Europa Comunitária e no Mundo foram ainda recordadas pelo deputado comunista (escolha do sexo por manipulação genética; experiências sobre embriões vivos; cruzamento de códigos genéticos; produção de seres humanos fora do útero materno) antes de prosseguir o raciocínio que o levaria a tocar numa questão nodal: «o po-

der económico descobriu nas biotecnologias a chave de indústrias e mercados essenciais no século XXI».

Desenvolvendo de forma circunstanciada o seu ponto de vista, José Magalhães observou a propósito que «é impossível ignorar que os imperativos do comércio determinam por demais os campos de pesquisas».

«Um pequeno número de países desenvolvidos e industrializados — salientou — concentra os meios de investigação e as unidades industriais. Isso agravará as disparidades entre países pobres e ricos e é facto de perversão dos rumos das pesquisas. Entretanto, estas progridem engendrando modificações do ambiente animal e vegetal, alterações somáticas no homem, manipulações em embriões humanos. Entre a luz e as trevas nasce rodeada de mistério a pessoas humanas do 111 milénio».

### O ministro do segredo

À atenção do deputado do PCP não escapou por último a forma como toda esta com-

plexa matéria tem sido tratada pelo Executivo, acentuando a este respeito que «entre lacunas de uma rota malha legal a prática singra consumando os seus factores».

Verberado com veemência foi sobretudo o comportamento do ministro da Justiça, Fernando Nogueira, a quem acusou de manter em segredo os projectos preparados em matéria de procriação artificial, em matéria de colheitas, enxertos e transplantações, em matérias de prolongamento artificial da vida, em matéria de limites à experimentação clínica e farmacologia sobre seres humanos.

«As mães de aluguer são proibidas? Silêncio legal! A inseminação tem regras? Mistério. Os bancos de esperma criados na base do decreto lei 319/86 de 25 de Setembro podem funcionar sem ser clandestinamente? Silêncio!», afirmou José Magalhães, para logo finalizar: «a hipocrisia, a incoerência e a falta de coragem política têm impedido a conversão dos projectos em leis e das leis em realidades. Como consequência, faz-se o que se quer, como se quer, quem quer».



PCP

# Centro de Trabalho da DORS

## E agora vamos ao telhado!

«E agora vamos ao telhado. Aproveitem porque é a última vez que podem ver esta paisagem daqui», disse o camarada António Dias, da DORS, guiando os visitantes que no sábado passado se reuniram no novo Centro de Trabalho em construção em Setúbal. Os passos dos visitantes crepitavam no cimento cru da escadaria desta obra cujas estruturas estão concluídas e a alvenaria quase pronta. Já víamos o auditório, as vastas salas de trabalho por ali acima, e, a cada indicação, imaginava-se aquele prédio, construído expressamente para o trabalho dos comunistas - a DORS e a Concelhia de Setúbal - que lá para a próxima Primavera vão encher esse espaço de azáfama, imaginava-se já o trabalho e o convívio que vai proporcionar. Na placa superior do prédio, onde nos detivemos, houve a possibilidade de estender a vista sobre a cidade. Uma oportunidade única. Porque o telhado em breve vai cobrir a construção.

Foi uma ocasião para reunir algumas dezenas de convidados, dirigentes do Partido, amigos e personalidades da cidade, alguns jornalistas, para lhes falar da importância desta obra e do esforço que ela tem custado, da confiança que é necessária para que o PCP, ajudado pelos seus amigos e por muitos democratas, se tivesse lançado na construção de um prédio cujas características e qualidade têm merecido elogios de muita gente.

Aliás, o próprio camarada Dias, com quem trocámos impressões antes da visita, numa conversa que teve também a participação do camarada Virgílio, do CC e da DORS, nos disse que já tem ouvido de várias pessoas, conhecedoras de construção civil e mesmo entre gente afastada politicamente do PCP, opiniões que revelam uma grande aceitação pela qualidade e beleza da obra. «Vocês têm aqui uma obra muito bem construída, para além da estética», costumam dizer. De facto, houve tempo suficiente para admirar a estrutura ainda sem a alvenaria que a envolve já. E esse tempo sugeriu-nos a pergunta: como vai o andamento da construção? Quando poderá ser inaugurado o novo Centro?

### Manter os prazos

«Lá para a Primavera», disse o camarada Dias. «O andamento tem sido mais len-

to que o previsto. Mas podem e devem ser abertas mais frentes de trabalho. A alvenaria e a canalização são as que estão em andamento, a primeira já em fase adiantada, como se pode ver, e esperamos que esteja pronta no final do mês. Acabada esta, outras frentes serão lançadas e já podiam ter sido iniciadas - a carpintaria e a segunda fase da electricidade. Entretanto o telhado está em andamento, mas estará pronto apenas no final do ano.»

«O nosso objectivo é manter os prazos», acentuou o camarada Virgílio. E António Dias adianta mais alguns dados:

«A alvenaria está a ser ultimada; quanto à canalização, o essencial está pronto - água e rede de esgotos; falta o equipamento; a rede eléctrica também está pronta no essencial, que é o mais difícil; o telhado, que também não é nada fácil, basta dizer que o trabalho de cofragem revelou a necessidade de mão de obra de maior qualidade, vai estar pronto, como disse, no final do ano.»

E o camarada Dias sorriu:

«Esta não é uma obra modesta. A preocupação foi aliar as necessidades do Partido com uma certa beleza arquitectónica, mantendo inclusivamente a traça do antigo prédio, o que se revela no último andar. Não só fazer um prédio de que precisamos para o trabalho, mas que enriqueça o património.»

«O tipo de traça respeita o

centro histórico da cidade», sublinhou o camarada Virgílio. Até a própria altura do prédio se harmoniza com a avenida. «E, num aparte: «Não é como alguns mamarachos que esta Câmara por aí autorizou»...

### A Campanha continua!

E quanto à Campanha? Uma obra desta envergadura necessita de fundos avultados. Como vamos de campanha?

O camarada Virgílio:

«Há já, de facto, dezenas de milhares de contos gastos. E esta é uma campanha que tem decorrido com o esforço e a participação não só da organização e dos militantes do Partido, mas também de amigos e, até, de pessoas distantes politicamente do PCP mas que reconhecem a importância do reforço do PCP para a consolidação da democracia.»

O ritmo tem sido bom, perguntamos. Ambos os camaradas concordam que não chega. Que é preciso, para além do que tem sido feito - conseguir alcançar o dinheiro necessário para fazer frente às despesas, ao mesmo tempo que a vida normal do Partido continua - desenvolver mais esforços.

«Embora reconhecendo todo o esforço, é preciso muito mais», diz o camarada Virgílio. «Dada a importância da obra e as suas necessidades financeiras, a campanha não tem acompanhado satisfatoriamente esse ritmo e essas necessidades. É necessária uma maior dinâmica, com resultados maiores. Mas é justo reconhecer que a campanha tem decorrido num quadro de actividades políticas que dificultam o seu andamento.»

Quais?

«Por exemplo o XII Congresso, a Assembleia da DORS, as eleições para o Parlamento Europeu, a Festa do «Avante!», as próximas eleições autárquicas, as próprias lutas sociais no distrito. São tarefas que têm exigido resposta e que não permitem que se canalize toda a energia para a Campanha do novo Centro. Temos de inserir este esforço na actividade mais global.»

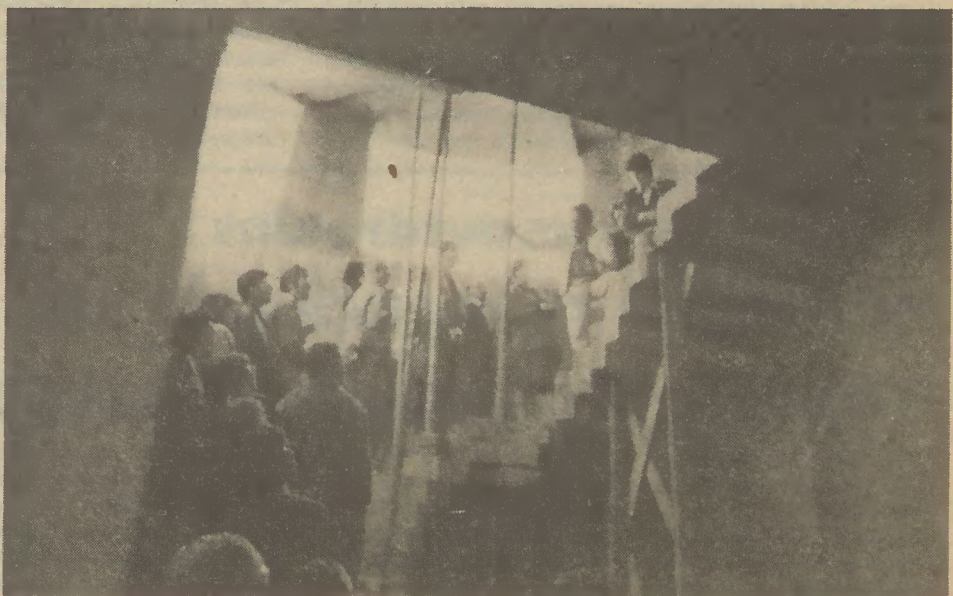
«Entretanto há muitas iniciativas que têm tido êxito: festas do Partido, participação do PCP em festas locais, realização de excursões, convívios, bailes, sorteios. A par de um conjunto de contactos, de abordagens de amigos e de outras pessoas, que têm tido resultados significativos. Tem havido contribuições individuais, algumas atingindo as centenas de contos.»

«Neste momento tentamos inserir a Campanha no quadro destas eleições e, ao mesmo tempo, compatibilizá-la com a aquisição do terreno para a Festa do «Avante!». Já estão marcadas várias festas de passagem do ano, um grande sorteio distrital, organizamos convívios - almoços e jantares, magustos, para além do grande magusto que se prepara no terreno da Festa, no Seixal.»

E o camarada Dias, a en-



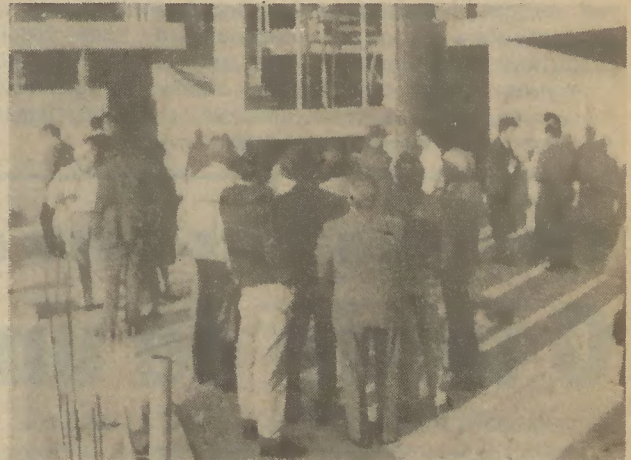
Bem no centro da cidade o CT da DORS. Em breve, com o telhado, esta paisagem não poderá mais ser vista daqui



«E agora vamos ao telhado», diz o camarada António Dias. Momento da visita à obra em construção

cerrar a conversa, antes de sairmos do velho CT provisório para a visita do novo prédio:

«Há quem pergunte de onde nos vem o dinheiro. O facto do próprio andamento da obra ser lento, já dá a ideia de que não tem sido fácil. Esta é uma obra feita pelos comunistas, pelos seus amigos e simpatizantes, e o dinheiro não é fácil. Mas, pelo que já está feito, pode-se dizer que este verdadeiro acto de coragem, que é o lançarmo-nos a uma obra como esta, está a mostrar como somos capazes de o levar a cabo. É um esforço a continuar.»



A qualidade da construção foi admirada pelos visitantes, no passado sábado

## Confiança no futuro

Várias dezenas de visitantes estiveram presentes, no passado sábado, no edifício em construção do novo Centro de Trabalho da DORS. Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, Luísa Araújo do Secretariado, Joaquim Gomes e Jaime Serra, da Comissão de Controlo e Quadros, vários membros do Comité Central e da DORS, a candidata Odete Santos. E muitos outros membros do PCP, amigos do Partido, simpatizantes.

No Moscatel de honra que encerrou a visita foi altura para breves palavras. Falou o camarada Francisco Lobo, que sublinhou a satisfação e o orgulho dos comunistas do distrito perante a obra a que lançaram mãos, e lembrou que ela representa não apenas o esforço dos militantes mas também o precioso apoio de muitos amigos. E anunciou ali mesmo o contributo do sr. Adolfo Ramos, um empresário da cidade que estava presente e que quis contribuir com a instalação

do gás e de todas as canalizações, necessárias ao edifício. E lembrou outras contribuições, em dinheiro e outras formas de compensação, que têm ajudado decisivamente o avançar da construção. O camarada Joaquim Gomes, por seu lado, sublinhou esse alargamento da ajuda ao erguer do novo Centro, vindo de tantas pessoas não comunistas, mostra o que tanta gente sente em relação ao PCP, um partido que é uma garantia da democracia no nosso país. «Nós, comu-

nistas», disse ainda, «embora com dificuldades, mostramos a confiança que temos no futuro democrático do país.» Finalmente, Domingos Abrantes acentuou o papel do Partido no distrito - «O distrito de Setúbal é uma fortaleza de Abril porque é uma fortaleza do PCP» - e as responsabilidades acrescidas do Partido na região:

Recordando que ao comprar o terreno da Festa, como ao lançar-se numa obra como a do novo Centro da DORS, os comunistas têm os olhos no futuro e olham-no com confiança, Domingos Abrantes sublinhou que a batalha pelo futuro se trava no presente, aludindo directamente à campanha eleitoral que se aproxima e ao reforço da democracia que essas eleições, com a perspectiva de uma vitória significativa, poderão concretizar.



É aqui, na Avenida 5 de Outubro, o novo CT da DORS. O seu aspecto geral já não será muito diferente. Apenas mais belo



Trabalhadores

# Greve nos transportes

A União dos Sindicatos de Lisboa, organização intermédia da CGTP, anunciou segunda-feira passada a participação do distrito no **Dia de Luta Nacional**. Esta iniciativa da CGTP desenrola-se sob o lema de «**melhores salários; melhor protecção social e trabalho com direitos**», e decorre dia 16.

## Concentração e desfile no Rossio

Além das acções que o movimento sindical promoverá naquele dia por todo o País, salienta-se desde já a concentração no Rossio, em Lisboa, a que se seguirá um desfile, com início às 19 horas, estando anunciada a concentração, na mesma Praça, para meia hora antes.

A CGTP-IN classifica os objectivos da jornada da

próxima quinta-feira como «**claros e urgentes**», integrando e reforçando as lutas nas empresas e nos sectores de actividade.

Recordam-se a seguir os objectivos muito precisos da jornada:

- Melhores salários, reposição e melhoria do poder de compra, aumentos salariais intercalares, quando tenha havido perda do poder de compra;
- Aumento do salário mínimo nacional para 37 mil escudos;
- Melhor protecção social, aumentos das pensões desde 1 de Outubro findo e 20500 escudos para o regime geral;
- Máximo de 40 horas de trabalho semanal;
- O fim da ofensiva contra o sector nacionalizado (SEE);
- Trabalhar e ter direitos individuais e colectivos, ter segurança no emprego.

## Aumentos nas mercearias

Com efeitos desde 1 de Outubro findo, os que trabalham em armazéns de mercearia conseguiram, através da Federação FEPES, que conduziu difíceis negociações com o patronato, «a reposição do poder de compra perdido nos últimos doze meses». Segundo a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços, o aumento global da tabela é de 12,44 por cento. Os aumentos incidiram também nas diuturnidades (12 por cento), no abono para falhas (14 por cento) e nas ajudas de custo (13,23 por cento). As associações patronais, que só cederam após «seis longas e difíceis reuniões de negociação», não queriam ir além dos 10 por cento, alegando entre outros motivos «a concorrência desleal dos super e hipermercados», sublinha a FEPES que em 31 de Outubro findo acusava a associação nacional destes últimos estabelecimentos comerciais de, «apesar de os lucros duplicarem e triplicarem todos os anos, atingindo milhões de contos», se recusarem a «negociar a sério um contrato colectivo de trabalho para os 10 mil trabalhadores do sector».

## Armamento e treino militar

O movimento sindical, que de há muito se pronuncia contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete, volta ao assunto através das Uniões de Sindicatos de Lisboa e de Setúbal. A direcção da USL sublinha que «o Governo de Cavaco Silva quer que Portugal seja um local privilegiado para venda de armamento e para treino militar internacional». Por seu turno, a USS, por ocasião da recente «semana mundial do desarmamento» (ONU) efectuou um debate em 3 do corrente sobre o assunto, juntamente com a sua congénere de Santarém e com a participação da USL. Esta última reafirma que «o Governo insiste em transformar Portugal numa placa giratória do comércio intercontinental de armamento e em campo para complexas manobras militares», sendo «um eficaz travão» neste terreno «as acções desenvolvidas pelo CPPC» (Concelho Português para a Paz e Cooperação), forças políticas, associações de ecologistas e de defesa do ambiente, autarquias, movimentos juvenis e associações sindicais, com eco na comunicação social.

## Aniversário da BASE-FUT

A organização Base-Frente Unitária de Trabalhadores (BASE-FUT), que integra a CGTP-IN, comemorou no passado dia 4 em Coimbra o seu 15º aniversário. Num telex da União dos Sindicatos, com sede naquela cidade, além de iniciativas relacionadas propriamente com os festejos alusivos ao aniversário, anuncia-se que o objectivo da comemoração é o de avaliar as acções da BASE-FUT, bem como as suas obras nos últimos quinze anos, «tarefa que estará a cargo de alguns militantes destacdos». Refere-se ainda no mesmo telex da USC que ao Centro de Formação e Tempos Livres da BASE-FUT se deslocam «militantes de quase todo o País, para comemorar a efeméride».

## CGTP-IN na LOC

A Liga Operária Católica (LOC), representada pelo seu presidente, Serafim Vieira, recebeu recentemente na sua sede Manuel Carvalho da Silva, coordenador e membro da comissão executiva da CGTP-IN. A visita, a pedido da Central, incluiu também Emídio Martins da mesma CEE, da parte da liga, Conceição Carvalho, vice-presidente e o padre Avelino Cardoso, assistente nacional. Foi analisada a situação social, política e sindical, questões relacionadas com a unidade dos trabalhadores e «a sua intervenção organizada na sociedade», abordando-se também «as implicações para Portugal decorrentes da entrada em vigor do Mercado Interno» (CEE), na perspectiva do actual «agravamento das desigualdades sociais» (auto aumento dos proventos de cargos políticos, etc.). Segundo o gabinete de Imprensa da CGTP, «ambas as organizações reconhecem que o crescimento económico verificado nos últimos tempos permitira a melhoria das condições de vida por que se batem os trabalhadores».

## Luta na SN

Com paralisações parciais de quatro horas diárias e abrangendo o trabalho por turnos, incluindo o sábado e o domingo, os trabalhadores da Siderurgia Nacional estiveram em greve entre quinta-feira e domingo passado. A forma de luta adoptada pelos sindicatos, que abraçou a empresa a nível nacional (fábricas do Seixal, da Maia e sede administrativa em Lisboa), teve os seguintes objectivos: **aumentos intercalares dos salários de 5 por cento; contra a política de discriminação salarial; por uma política salarial justa e equitativa; contra a forma como o conselho de gestão respondeu a estas «solicitações»**, conforme refere o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto (STIMMP), quando as ORTs as apresentaram e que foi — **«respostas não há»**.

## Dia de luta quinta-feira

Mantinha-se anteontem ao fim da tarde os pré-avisos de greve para ontem e hoje (48 horas) na Carris, Metro e Rodoviária Nacional. A efectivação das paralisações de 48 horas nesses três grandes «músculos» viários da capital e da sua grande zona dependia ainda, no entanto, de possíveis negociações de última hora entre Governo, sindicatos e gestões, designadamente no que respeitava à Carris e à CP. Nesta última, a paralisação pré-anunciada apenas para hoje, dia 9, pode prolongar-se, dada a forte adesão verificada recentemente numa paralisação parcial na empresa.

As greves devem afectar fortemente o trânsito na capital e arredores. Os prejuízos serão enormes, o recurso aos «alternativos» insuficiente e frustrante para quem espera circular com alguma normalidade nesses dias.

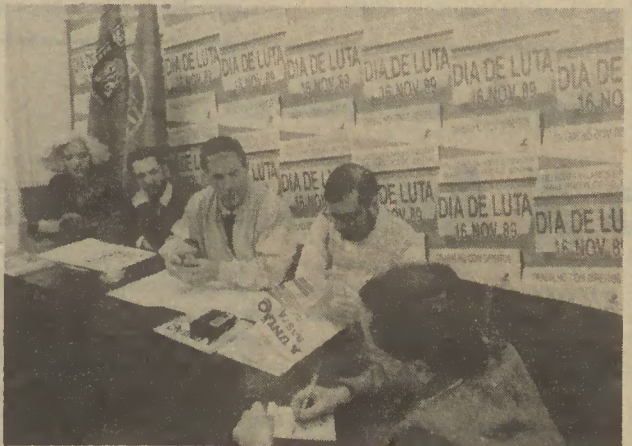
Nada disso parece interessar o Governo e, muito menos, demovê-lo de posições

rígidas perante as reivindicações sindicais que, como se sabe, tem proporcionado nas empresas e nos representantes dos trabalhadores motivos favoráveis à unidade na acção, congregando esforços de organizações filiadas na CGTP e na UGT.

A grande reivindicação de momento é um **acréscimo salarial intercalar da ordem**

**dos 5 por cento**, que reporia o poder de compra perdido em 1989, conforme reivindicam as organizações sindicais, independentemente das suas filiações ou correntes.

A CGTP-IN, em conferência de Imprensa, apoiou determinadamente as greves de 48 horas, que serão extensivas a grande parte do transporte fluvial no Tejo.



Dirigentes da USL/CGTP anunciam em Lisboa a adesão à jornada

## Carta social da CEE

«Os trabalhadores portugueses não se poderão alhear daquilo que se joga neste momento na Europa comunitária», sublinhou Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, ao intervir no Seminário/Colóquio sobre a Carta Social europeia, efectuada em Lisboa sexta-feira passada, com a presença de François Stadelin, relator do parecer sobre esse tema relevante para todos os trabalhadores e para a opinião pública em geral.

O coordenador e membro da comissão executiva da CGTP referiu essa **Idela de não alheamento**, considerando-a indispensável «em particular numa questão fundamental como é esta da Carta comunitária dos direitos sociais fundamentais e da política social comunitária».

Numa extensa intervenção distribuída na íntegra aos órgãos da comunicação social, aquele dirigente da Central destacou ainda que «a base do nosso desenvolvimento nunca poderá ser uma especialização económica nacional em produtos e sectores de baixos salários, que baseiem a sua competitividade, em grande parte dos casos,

no «dumping social», como é o caso do trabalho infantil, dos salários em atraso, dos salários extremamente baixos, dos horários muito acima da média europeia, da repressão social e sindical em muitas empresas, etc., etc.».

## Esforços interligados

Destacou ainda aquele dirigente sindical que «a nível internacional impõe-se ao movimento sindical uma interligação de esforços, uma crescente convergência na acção, a procura duma frente comum dos trabalhadores e o eliminar duma actuação circunscrita às fronteiras nacionais, no quadro duma significativa divisão política e ideológica».

Esses esforços interligados e essa convergência são compatíveis com o projecto da Carta Social que o Conselho de Ministros para os Assuntos Sociais aprovou para ser apresentado em Estrasburgo em princípios do mês que vem. Mas esse projecto do Governo português deixa de ser compatível com esses objectivos quando não se reveste de «**carácter vinculativo obrigatório para todos os países da Comunidade**», conforme reivindicação do

movimento sindical europeu, coerente aliás com a prática da CEE em matérias de natureza económica», afirma por seu turno a comissão executiva da CGTP, ao protestar contra o projecto português, cuja importância não deixa de reconhecer, embora proteste nomeadamente pelo facto de o Governo de Cavaco Silva «defender que os trabalhadores portugueses» que vão trabalhar «para outro país da CEE (em regime de

subcontratação e temporário)» não devam ganhar «o mesmo que os trabalhadores desse país, ou seja, uma espécie de emigrantes de terceira».

Depois de recordar que a maioria dos trabalhadores interessados na Carta Social trabalha em Portugal, a CGTP indica com toda a razão que o tema dos direitos sociais fundamentais constitui para ela «uma preocupação central».

## Coimbra Comissão de mulheres

Vítimas preferenciais do desemprego e sob a sua constante ameaça, visível por exemplo no grande comércio em Coimbra, a respectiva União dos Sindicatos, que prepara o seu II Congresso, acaba de eleger uma comissão distrital de mulheres.

## Mais graves os conflitos no distrito

A comissão organizadora do 2.º Congresso da USC

que, juntamente com a direcção (CE) da União, manifestam as suas preocupações pelo «**agravamento dos conflitos sociais**» naquele distrito. A CE da USC afirmava no fim do mês passado que esse agravamento **ultrapassa «em muito os aspectos da negociação colectiva»**.

Depois de responsabilizar a política do Governo pelo actual estado de coisas, manifestado em agudos conflitos

sociais nos transportes, professores, têxteis e vestuário, nomeadamente, a USC cita os casos das empresas **Estaco** (658 trabalhadores), **Supermercados Colmeia**, que «vão ser ou já foram vendidos à **Corlusa**» e da **Ecolimpa**, «empresa fantasma» que, além de não pagar aos seus trabalhadores a tempo e horas, «parece conduzir-se por métodos secretos, à margem das leis».

Das numerosas acusações que a USC faz a essas e ou-

tras empresas nas mesmas condições, destaquemos o caso dos **Supermercados Colmeia**, ou ainda assim chamados até há pouco tempo, onde os administradores «**ameaçaram despedir todas as mulheres ali empregadas**, com o argumento de que elas não eram produtivas, quando todos sabemos da incapacidade de gestão daqueles senhores». Citámos a USC, que diz existirem centenas de casos como esse.



## Nacional

# DCES da JCP debate questões do Ensino Superior

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP, reunida recentemente em Lisboa, procedeu à análise das questões que se colocam actualmente de forma mais premente aos estudantes do Ensino Superior.

A DCES debateu e tomou posição sobre a acção do Governo no domínio da política educativa para o Ensino Superior, que foi considerada globalmente negativa. Assim, em relação a algumas medidas concretas que caracterizam a acção do Governo a DCES considera:

«Que se torna urgente alterar a política do Governo para o Ensino Superior Politécnico de modo a dignificá-lo e para impedir que se converta num vazadouro do Ensino Superior Universitário, tal como impedir a existência de dois níveis estanques no Ensino Superior; como meio de concretização dos objectivos para que foi criado, a DCES da JCP considera necessário: o aumento do orçamento para os estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico tendo em vista a supressão das graves carências materiais e humanas com que se debatem, assegurar a qualidade de docên-

cia, tomando medidas que tornem atractivo dar aulas nos estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico; possibilitar a obtenção do grau de licenciatura em todas as escolas, mantendo-se os níveis de formação intermédios; exigir o fim dos regimes de instalação, com a concretização de uma gestão democrática e participada de todos os corpos das escolas».

Quanto às propinas, a JCP pronuncia-se claramente contra qualquer tipo de aumento, refutando a argumentação do Ministério da Educação e do Governo neste domínio, considerando que este último pretende demonstrar que tal é inevitável utilizando para isso dois argumentos: a Autonomia Universitária e os cortes orçamentais a que vem procedendo, numa tentativa clara de asfixia do Ensino Superior Público.

Considera também manifestamente insuficiente o apoio social atribuído aos es-



**JCP defende unidade dos estudantes no Ensino Superior e assinala quebra de influência da direita nas organizações estudantis**

tudantes do Ensino Superior e diz: «Torna-se necessário aumentar o valor das bolsas atribuídas e alargar o número de estudantes contemplados com as mesmas. É urgente que o Governo em colaboração com os Serviços Sociais

definam critérios claros e objectivos para a concessão de apoio social».

Para a DCES da JCP, a acção dos Serviços Sociais e do Governo «tem ficado muito aquém quer em termos de conservação quer de expan-

são do número de residências universitárias, insuficientes quer qualitativa quer quantitativamente».

Achando «globalmente positiva a participação dos estudantes na elaboração dos estatutos de autonomia das várias universidades», a DCES da JCP condena, no entanto, a aprovação por parte do Ministério da Educação de alguns dos estatutos cujos princípios estão em clara oposição à Lei n.º 108/88 de 24 de Setembro, como são os casos da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Algarve, alertando por isso os estudantes para que nos estatutos de cada unidade orgânica fiquem consagrados os princípios legais da paridade entre docentes e discentes e a garantia efectiva da participação dos estudantes nos órgãos de gestão.

## Participar em unidade

Em relação às alterações introduzidas na Lei de Acesso ao Ensino Superior é mais um instrumento de elitização

pols não elimina o *numerus clausus* e introduz critérios de subjectividade na avaliação dos candidatos.

A DCES considera justa a luta dos estudantes do Ensino Secundário contra este novo regime de acesso, bem como ser necessário o alargamento decisivo do Ensino Superior Público e a supressão do «numerus clausus», definindo igualmente como positivo «o alargamento da influência das listas de unidade, em muitas quais participam estudantes comunistas no passado ano lectivo». Constatou ainda a quebra de influência das listas da JSD e das outras forças de direita.

Finalmente a DCES da JCP aponta como linha de orientação para os estudantes comunistas do Ensino Superior no presente ano lectivo, «a sua participação num número crescente de listas de unidade, a consolidação e o reforço das posições destas listas como forma de combater a apartidarização levada a efeito pelas listas de direita com consequência bastante negativa para os estudantes, quer quando se tratem de eleições para os Órgãos de Gestão quer para para as Associações de Estudantes».

A DCES considera ainda que «a tarefa prioritária e fundamental da JCP no actual momento, são as Eleições Autárquicas e congratula-se com o trabalho desenvolvido pelos estudantes do Ensino Superior, «pela sua participação nas listas e na sua contribuição para a constituição das mesmas e nas suas propostas para os programas das listas da CDU e nas coligações de que esta faz parte», afirmando-se «consciente do acréscimo da importância do Ensino Superior Politécnico e das Universidades Regionais», pelo que «tomou ainda um conjunto de medidas no sentido de reforçar a sua ligação a estas novas realidades».

## Com Álvaro Cunhal, no Rock Rendez-Vous

# Comemoração do X Aniversário da JCP

Na passagem de 10 anos sobre a formação da JCP, e na sequência das tradições de luta, dinamismo, alegria e criatividade dos Jovens Comunistas, realiza a JCP um Comício/Festa no próximo sábado dia 11 de Novembro, pelas 15 horas, no Rock Rendez-Vous em Lisboa com a participação do camarada Álvaro Cunhal e que contará, para além da intervenção dos Jovens Comunistas, com um espectáculo Rock, com os «Acidoxibordel» e os «Jovem Guarda».

Formada em 10 de Novembro de 1979, a partir da unificação da UJC e da UEC, «a JCP é a herdeira e conti-

nuadora de um passado de luta e de dedicação ao povo português, de gerações de Jovens Comunistas, que quer

combatendo no PCP, quer militando na UEC e na UJC, integraram a luta geral do povo português contra a ditadura fascista, pela democracia e a liberdade que o esforço de todo o povo tornou possível na madrugada de 25 de Abril de 1974 e lutando, depois de Abril, pelo aprofundamento da democracia e da liberdade, na defesa das conquistas de Abril, na defesa dos direitos dos jovens», sublinha um documento da JCP, que prossegue:

«Ao longo destes 10 anos,

sempre com os jovens na defesa dos seus direitos e aspirações, contribuindo para o reforço e autonomia do Movimento Juvenil, a JCP têm-se afirmado como a grande Organização de Juventude onde os jovens trabalham e lutam pela construção de uma nova sociedade, onde não haja lugar à exploração do homem pelo homem, onde seja possível a plena concretização dos direitos e anseios juvenis, em que a vida colectiva e individual tenha os mais vastos horizon-

tes de realização — o Socialismo e o Comunismo». E conclui a nota:

«Porque a JCP se encontra também fortemente empenhada nas próximas Eleições Autárquicas, será este Comício um espaço de afirmação da juventude, dos seus candidatos e das suas propostas no quadro geral da CDU e nas coligações em que participam o PCP e o PEV, «Por Lisboa», «Mãos à obra pela Covilhã» e «Desenvolver Setúbal»).



**Um X Aniversário comemorado com Álvaro Cunhal e espectáculo de rock**

## MDM

# Distinção à Reforma Agrária, luta na Comunidade Europeia

O Movimento Democrático das Mulheres (MDM) procedeu no passado dia 4 à entrega da sua Distinção de Honra a um colectivo de mulheres da Reforma Agrária, no Cineteatro de Arraiolos, por ocasião do 6.º Encontro Distrital de Operárias Agrícolas promovido pelo Sindicato Agrícola de Évora.

Com esta Distinção o MDM pretendeu realçar o papel das mulheres no desenvolvimento do Alentejo, intimamente ligado à Reforma Agrária, ao aproveitamento integral e integrado dos recursos regionais, ao aprofundamento da Democracia. «As mulheres alentejanas são raiz e caule da luta desenvolvida ao longo de décadas, dignas herdeiras de Catarina, promessa e esperança de Futuro, merecedoras da fraternidade e da solidariedade

das mulheres portuguesas», afirmou-se.

Entretanto Organizações Não Governamentais de Mulheres dos países da CEE, reuniram-se em Estrasburgo a 26 e 27 de Outubro de 1989, para analisar o impacto sobre as mulheres da criação do Mercado Único Europeu em 1992. O Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas esteve representado por Luísa Amorim, também Vice-Presidente da Federa-

ção Democrática Internacional de Mulheres.

Foi aprovada na Declaração que uma delegação de seis países (França, RFA, Bélgica, Luxemburgo, Portugal e Grécia) entregou aos vários agrupamentos políticos do Parlamento Europeu e à Presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres do Parlamento Europeu, Sr.ª Cristina Crawley.

Salienta-se na Declaração que «se a realidade actual exige cada vez mais um reforço da cooperação, da solidariedade e de amizade entre os povos, a perspectiva do Mercado Único não pode ser a deterioração das condições de vida e a degradação do mercado de trabalho

que se repercutem particularmente sobre as mulheres».

Após 30 anos de existência da CEE constata-se em cada país, «o aumento de pobreza, a regressão do poder de compra, o encerramento de empresas, o alastramento da precariedade do trabalho e o desemprego que atinge 7 milhões de mulheres.» Preocupadas com as repercussões da criação do Mercado Único na vida das mulheres quer a nível do trabalho quer a nível das famílias, destaca-se na Declaração «a necessidade de salvaguardar os direitos sociais que permitam uma efectiva promoção da Igualdade, numa Europa de Paz, de Justiça Social, uma Europa do Coração e da Razão.»



Internacional

GRÉCIA

# Depois das eleições a indefinição política

Após as eleições, no passado fim-de-semana, para o parlamento, o quadro político na Grécia está bem longe de uma definição. Nenhum partido alcançou a maioria absoluta. Preveem-se intensas negociações, mas ninguém poderá dizer hoje que governo irão ter os gregos no imediato.

A Nova Democracia (conservadores) foi o partido mais votado, com 46,3 por cento dos votos (ficou a três deputados da maioria absoluta). O Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK), cresceu na sua votação, com 40,7 por cento dos votos. A Coligação da Esquerda e do Progresso, de que a força determinante é o Partido Comunista (KKE), com 10,8 por cento dos votos, perdeu sete deputados.

Para além destas três forças mais votadas, o Parlamento fica a contar ainda com três deputados de três diferentes organizações — a Alternativa Ecológica, os Muçulmanos da Trácia e os Independentes de Esquerda.

Que perspectivas se esboçam em matéria de formação de um novo governo?

Para a Nova Democracia, será muito difícil formar governo, pois a única possibilidade que para já se ofereceria, era de se coligar com as pequenas formações políticas, o que parece não ser possível.

Andreas Papandreu, dirigente do PASOK, manifestou a sua disposição de formar governo com a Coligação de Esquerda, os Independentes de Esquerda e a Alternativa Ecológica.

Entretanto, para tal aliança governamental, a Coligação de Esquerda coloca como exigências: um programa comum de governo, transparência de democraticidade na prática governativa, e a não participação no gabinete ministerial de

nenhum dos implicados nos escândalos, exigência que atinge o próprio Papandreu.

Recordemos aqui que em 18 de Junho passado, a Grécia viveu dois processos eleitorais simultâneos: eleições legislativas e eleições para o Parlamento Europeu.

Na sequência dessas eleições (nas legislativas, os comunistas gregos obtiveram 13% dos votos), e no quadro

do conhecimento público de uma série de escândalos envolvendo membros do governo PASOK — foi formado um governo com características muito especiais.

Concretamente, e após várias tentativas infrutíferas, a Coligação de Esquerda e do Progresso chegou a um acordo com a Nova Democracia, para constituição de um gabinete provisório, destinado, no fundamental, a combater a corrupção.

Cumpridas as suas funções, o gabinete extingue-se e realizam-se estas eleições. Sem que nada fique definido.

## Economia situação difícil

Esta sucessão de processos eleitorais, e de indefinição na composição de governos — desenvolve-se no contexto de profundos problemas socioeconómicos.

Desde 1981 (em que o PASOK assumiu o poder), o desemprego sofreu um agravamento, atingindo hoje, em números oficiais, 10% da população. No mesmo período os salários registaram uma quebra de 16%. De referir, por exemplo, um índice essencial nas despesas de qualquer família: em Atenas, as rendas de casa aumentaram radicalmente, consumindo de 50% a 70% do salário médio de um empregado.

Simultaneamente, sectores inteiros da economia nacional foram profundamente atingidos — como é o caso dos estaleiros à siderurgia.

Hoje, é o país mais endividado da Europa capitalista.



A Grécia tem vivido muitas manifestações, contra o agravamento das condições de vida. Entretanto, no plano político, arrastam-se situações de indefinição

## Estados da Conferência Pan-europeia vão comparar doutrinas militares

«Facto sem precedentes», foi como o chefe da delegação soviética às conversações de Viena sobre medidas de reforço da confiança e segurança na Europa, Oleg Grinevski, qualificou o acordo registado no final da terceira sessão daquelas conversações, sobre a convocação de um Seminário de comparação das doutrinas militares das Alianças e Estados participantes na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Trata-se de uma iniciativa dos países do Tratado de Varsóvia, a primeira do género na história do pós-guerra na Europa, e vai decorrer ao longo de três semanas, na capital austríaca, na segunda quinzena de Janeiro do próximo ano.

Presentes estarão delegações de 33 Estados europeus, dos Estados Unidos e do Canadá, «a um nível político-militar bastante elevado», provavelmente chefiadas pelos chefes dos Estados-Maiores gerais das Forças Armadas dos países representados.

Segundo Grinevski, o seminário «vai examinar, a nível governamental, todos os aspectos das doutrinas militares, incluindo os políticos e técnico-militares».

No dizer de Grinevski, questões como os orçamentos militares e armas nucleares tácticas na Europa, não poderão ser contornados.

## Trabalhadores científicos pela Paz

Por iniciativa da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), realizou-se em Atenas, de 2 a 4 de Outubro o simpósio internacional sobre «Cooperação Científica Internacional para o Desarmamento, Desenvolvimento e Protecção do Meio Ambiente, a que se seguiu de 5 a 7 a XV Assembleia Geral da mesma federação.

Por parte de Portugal estiveram presentes organizações científicas, entre elas a diálogo — cooperativa de actividade científica.

No final desta assembleia geral foi aprovada uma importante declaração sob o título declaração de Delfis, cidade onde teve lugar a última sessão da referida assembleia.

Desta declaração, reproduzimos alguns extractos.

Aqui, em Delfis, a 7 de Outubro de 1989, depois de realizado em Atenas um simpósio sobre cooperação científica e técnica internacional, com a presença e acordo unânime de representantes de mais de 30 países, seguido da XV Assembleia Geral da FMTC que reuniu delegados representantes de mais de um milhão de aderentes, os colegas presentes, na tradição da sua deontologia profissional, propõem a todos os trabalhadores científicos:

1 — Consagrar todos os seus esforços à preservação da paz, ao desarmamento total e completo (compreendendo o nuclear) com vista à defesa de todos os valores humanos, a todos os objectivos que permitam assegurar o bem-estar da humanidade;

2 — Promover o desenvolvimento, isto é, a satisfação das necessidades de todos os povos, com a preocupação permanente de justiça e de democracia;

3 — Elaborar a investigação dos mecanismos de gestão de um ambiente favorável ao homem e de protecção de todas as componentes da natureza, nas perspectivas de autoresponsabilização, tanto a curto como a longo prazo.

Os trabalhadores científicos presentes tomam o compromisso da defesa desta proposta, por todos os meios possíveis nos seus próprios países e junto das organizações do sistema das Nações Unidas; lançam um apelo solene à opinião pública mundial para um movimento geral de paz, de justiça e de liberdade.

## Regras do «Cocom» ainda activas

O governo japonês aplicou sanções rigorosas à companhia comercial «Tomei Shioji», de Osaka, considerando-a culpada de violação das regras do «Cocom» (comissão coordenadora para o controlo da exportação para o mundo socialista).

A «Tomei Shioji» foi acusada de ter fornecido equipamento electrónico sofisticado, incluindo osciloscópios e esquemas integrados, num valor de 93 milhões de ienes, à Coreia do Norte.

A transacção foi efectuada em 1985 e 1986 e, além de iludir as limitações vigentes do «Cocom», não teve autorização oficial do ministério do comércio externo é da indústria.

O governo japonês tomou esta medida repressiva poucos meses após ter multado em 2 milhões de ienes a companhia «Daikin Kogio», de Osaka, pelo comércio com a União Soviética. A empresa Nipónica forneceu à URSS um composto químico super-puro, usado nos extintores e na produção de semicondutores.

As autoridades japonesas afirmaram, no entanto, que esta substância poderia ser usada para fins militares e, deste modo, estava sujeita à proibição do «Cocom».

RDA

# Um país em transformação

Um programa de acção para a renovação na política, economia e sociedade da República Democrática Alemã, foi decidido pelo Bureau Político do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Esta decisão foi anunciada pelo dirigente do PSUA e chefe de Estado, Egon Krenz, em discurso divulgado pela televisão.

Este programa de acção enquadra-se num rápida evolução política no país, marcada por enormes manifestações de massas que reivindicam reformas nos mais diversos domínios (na manifestação realizada no sábado em Berlim, fala-se da participação de 500 mil a um milhão de pessoas), e por um grande esforço, por parte do PSUA, para rapidamente adequar a realidade socioeconómica e política do país, às mais sentidas necessidades populares e naturalmente às próprias exigências do desenvolvimento do socialismo.

No discurso televisivo que referimos, Egon Krenz anunciou também alterações iminentes relativas a quadros

na direcção do Partido. Hermann Axen, Kurt Hager, Erich Mielke, Erich Mueckenberg e Alfred Neumann, pediram a demissão das suas funções.

«Queremos a plena soberania do povo da RDA», declarou Krenz, indicando ser esse o objectivo fundamental do programa de acção, entretanto a ser debatido na décima sessão do Comité Central, que ontem iniciou os seus trabalhos.

Krenz pronunciou-se por meios de comunicação social que reflitam as realidades, por um pluralismo de opiniões e amplos debates, pela tolerância entre pessoas de opiniões diferentes, e pela solução conjunta dos problemas.

O dirigente do Partido e do Estado propôs a criação de um Tribunal Constitucional. Sublinhou a inevitabilidade de reformas no aparelho administrativo e a necessidade de uma lei sobre o direito de associação. Pronunciou-se por um serviço civil para os objectores de consciência. Anunciou reformas globais tanto na economia como no ensino público. Falou também da necessidade de reformas no seio do PSUA.

Dirigindo-se aos que continuam ainda a sair da RDA, apelou a «confiarem na nossa política da renovação. O seu lugar é aqui. Precisamos de vocês. Se tomarem uma outra decisão podem dirigir-se às autoridades responsáveis da RDA. Esse é o caminho mais curto e melhor», disse.

## Em Moscovo

Em conferência de imprensa realizada ainda em

Moscovo, onde se deslocou em curta visita de trabalho, Egon Krenz considerou que as manifestações e protestos que se têm realizado na RDA, são «um bom sinal», pois fazem parte de um movimento de apoio à «renovação do socialismo». E sublinhou que «o futuro da perestroika determina o futuro do socialismo no mundo».

Referindo-se à questão da «reunificação alemã», disse não estar esta na ordem do dia, pela existência de duas Alemanhas ser hoje um factor importante para o equilíbrio europeu. «A conservação da paz na Europa é mais importante que avançar agora com exigências irracionais», declarou.

Outro facto significativo das transformações em curso na RDA: a sindicalista Annelis Kimmel foi eleita presidente da Confederação dos Sindicatos da RDA (FDGB). Substituiu Harry Tish, forçado a demitir-se por pressão das bases sindicais.



## Internacional

## Namíbia

## Em vésperas da independência

Cerca de 700 mil eleitores, registados em 23 distritos do país, vão às urnas por todo o território da Namíbia, num processo iniciado dia 7, que termina amanhã, dia 11, e que em si constitui passo decisivo para a consagração da independência da Namíbia. As esperanças são grandes, de uma vitória do movimento de libertação, a SWAPO.

Tão grandes que alimentaram o medo de Pretória, que ao longo destes meses de implementação do processo de independência, desde Abril, multiplicou as mais diversas manobras e mesmo crimes, para criar as con-

dições favoráveis à manutenção de uma situação neocolonial, sob o manto de uma independência real.

Grandes esperanças que têm como fundamento a popularidade da SWAPO, como único movimento que sempre

pendência se tornasse possível.

Anos marcados por uma difícil luta, que contou com grande apoio popular, apesar da violência repressiva e da presença de 100 000 soldados sul-africanos no país.

Anos marcados também por profundas mudanças no plano internacional, e regional. Do processo político vivido no Zimbábue à independência de Angola e Moçambique. De Reikjavik ao primeiro passo no desarmamento mundial, com a liquidação dos mísseis de médio alcance na Europa.

É neste contexto, em que se entrecruzam importantes lutas na Namíbia, como na África Austral, e em particular em Angola, e uma realidade internacional em transformação, mais favorável à luta dos povos — que os acordos quadripartidos sobre a África Austral se tornaram possíveis.

## Razões de esperança

Neste quadro é justo salientar — como o fez o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, em Março deste ano, em Lisboa, no Encontro Internacional de Emergência para a Independência Genuína na Namíbia — um elemento importante, que contribuiu para forçar a África do Sul a sentar-se à mesa de negociações: a derrota militar sofrida com Cuito Cuanavale, Caluege, Chipa, e outras localidades do Sul de Angola.

Obstáculos na via de uma verdadeira independência, é o que não tem faltado ao povo namibiano. São conhecidas as múltiplas manobras desenvolvidas nestes meses pela África do Sul, para boicotar ou subverter o processo de independência. Manobras intimidatórias que naturalmente visam adulterar o verdadeiro sentido do voto popular.

E não se cingem à intimidação: ameaçar, espancar, ou agitar armas para atemorizar as populações. É bem significativa, por exemplo, a tentativa de evitar o direito ao voto dos maiores de 18 anos. Para Pretória melhor seria que só se votasse aos 21. Tanta é a sua certeza de que a juventude namibiana está com a SWAPO!

Outros factores, bem objectivos, se somam a este rol de dificuldades. Por exemplo: a herança do domínio colonialista, primeiro alemão e depois sul-africano, traduz-se em factos como uma taxa de analfabetismo da ordem dos 70%!

Para de alguma forma superar este problema, a SWAPO teve que organizar por toda a parte, mesmo nas mais afastadas aldeias do país, pequenos «cursos» para explicar quais as formalidades a cumprir quando da votação (que, note-se, é prática completamente desconhecida no país).

A vida dirá o futuro imediato do povo da Namíbia. Na certeza de que a SWAPO é uma realidade sociopolítica tão dominante quantos os anseios de independência e liberdade do povo namibiano.



«Boas-vindas aos combatentes da liberdade». A 12 de Junho, milhares de namibianos acorreram a receber os primeiros exilados políticos de regresso ao país

## As manobras da África do Sul

## ● O testamento de Susan Dobson

São inúmeras as tentativas de sabotagem, por parte da África do Sul, nestes meses de preparação das eleições. Ainda últimos dias; Pretória volta a ameaçar com um protelamento das eleições, alegando com informações sobre uma infiltração de guerrilheiros da SWAPO, que depois teve que reconhecer serem falsas.

Preocupantes são as notícias sobre armazenamento de armas e sua distribuição a elementos da população branca.

É conhecida a manobra de utilização de uns muito especiais «eleitores». Que valerá a pena aqui relembrarmos.

Trata-se de um plano concebido para dar direito de voto a soldados sul-africanos que alguma vez estiveram na Namíbia. Note-se que mais de 30 mil recrutas e muitos milhares de soldados sul-africanos passaram pela Namíbia nos últimos dez anos.

A confirmar esta manobra, existe mesmo uma mensagem do coronel F.A. Bates, a exortar os seus soldados a participar tanto na campanha eleitoral como nas eleições. «Mesmo que estejam a viver na África do Sul — diz-se na carta — eu peço especificamente que viagem para a Namíbia duas vezes. Primeiro para se registarem e depois (...) para votarem».

Mas a denúncia mais interessante vem de Susan Dobson, do ANC (movimento de libertação da África do Sul), que conseguiu introduzir-se nos serviços secretos da África do Sul, para hoje, já em segurança, denunciar a sua actuação.

## A história de Susan Dobson

Susan Dobson participou num «comando secreto» sul-africano, encarregado de apoiar o governador-geral, sul-africano, da Namíbia, em tudo o que fosse do domínio da imprensa.

Tratava-se, no concreto, de desencadear campanhas de intoxicação com o objectivo, nas palavras de Susan Dobson,

de «sabotar a imagem da SWAPO na campanha eleitoral e promover o partido a soldo da África do Sul, a DTA». As indicações recebidas eram no sentido de promover uma imagem da África do Sul como «construtora da paz», e simultaneamente de uma SWAPO dividida, recorrendo a falsas informações. Por exemplo, o assassinato de Anton Lubowski, militante branco de SWAPO, é falsamente atribuído a membros da própria organização de libertação.

Uma outra preocupação do «comando secreto»: desacreditar os membros da UNGTAG (a força da ONU encarregada da supervisão das eleições. É a própria Susan Sobson que diz ter posto na boca do representante da ONU, Ahtiseeri, palavras (que não disse), em que manifestava a sua satisfação pela forma como se desenvolvia a campanha eleitoral da Namíbia.

Na mesma linha de provocação está toda uma montagem em torno de casos de tortura e assassinato de presos da SWAPO.

Susan Dobson denuncia concretamente que artigos de propaganda e falsos rumores são transmitidos a «jornalistas seleccionados pagos para difundir na imprensa sul-africana e internacional».

Alguns factos muito concretos que apenas vêm confirmar, uma vez mais, a multiplicidade de manobras a que a África do Sul tem vindo a recorrer para impedir a vitória da SWAPO e uma verdadeira independência da Namíbia. Manobras que traduzem o medo do futuro, no quadro de profundas mudanças em curso em toda a zona. A começar pela própria África do Sul.

se bateu, e em bem duras condições, pela legítima exigência de independência do seu povo.

## Alguns factos da história

Na sequência da derrota alemã, na Primeira Guerra Mundial, e da Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, é aplicado às antigas colónias alemãs um sistema de mandatos sob o controlo da Sociedade das Nações. Então a Namíbia fica sob mandato da África do Sul, que assume a obrigação «de aumentar por todos os meios ao seu alcance o bem-estar material e moral assim como o progresso social dos habitantes do território».

A prática, como bem se sabe, foi bem diversa das obrigações assumidas em teoria, e para Pretória o mandato representou uma excelente oportunidade de desenfreada exploração

Desenvolve-se entretanto no país a luta contra a dominação colonial. Em 19 de Abril de 1960, constitui-se a frente nacional unificada, SWAPO, tendo como objectivo principal a libertação e a independência do país. Em 18 de Julho de 1966, é desencadeada a luta armada.

Entretanto, no plano internacional, registam-se alterações favoráveis à luta do povo namibiano (e que naturalmente não se podem considerar independentes deste mesmo processo de luta). Em 1966, a ONU revoga o mandato atribuído à África do Sul em 1919. E em 1971, a ocupação da Namíbia é oficialmente declarada como ilegal à face do direito internacional.

Depois disto, quase 20 anos seriam necessários para que finalmente a inde-

«Por detrás do recente golpe militar reaccionário de tipo fascista na Bolívia esteve mais uma vez a famigerada CIA, instrumento macabro do imperialismo norte-americano contra a liberdade e a independência dos povos. Nesses países onde os superlucros dos monopólios norte-americanos correm risco de ser atingidos (...), é seguro que a sinistra CIA aparecerá a organizar assassinatos políticos e outras provocações, a manobrar, a corromper e a arregimentar generais e políticos para quem o dinheiro e o poder pessoal estão sempre acima dos interesses dos seus povos e países (...).

O que acaba de passar-se na Bolívia é apenas mais um caso entre muitos que se saldou com o assassinato, o fuzilamento ou a morte em combate em defesa das suas conquistas sociais, das liberdades democráticas e da independência do seu país, de centenas de trabalhadores, estudantes e outros patriotas bolivianos.

Logo após o triunfo do golpe reaccionário, as sedes dos partidos comunista e socialista, de sindicatos e de outras organizações, de jornais progressistas foram saqueadas, e centenas, se não milhares de militantes das esquerdas foram presos, torturados e alguns assassinados.»

«O golpe militar reaccionário na Bolívia» — **«Avante!**, VI série, n.º 434, Novembro de 1971)

«A dolorosa notícia confirmou-se: Ernesto Guevara, herói da revolução cubana, foi morto pelos lacaios bolivianos do imperialismo norte-americano.

Segundo declarações do camarada Fidel Castro, Ernesto Guevara teria sido denunciado por um traidor. Ferido em combate, caiu assim nas mãos do inimigo e foi por ele cobardemente assassinado.

Os comunistas, os revolucionários do mundo inteiro, deploram a morte de Ernesto Guevara, revolucionário ardente que entregara a sua juventude e a sua vida à grande causa da libertação dos povos, à luta contra a dominação imperialista, pelo socialismo.

Embora possamos ter opiniões diferentes das que defendia o camarada Guevara acerca do processo revolucionário mundial, inclinamos as nossas bandeiras ante o seu grande exemplo de coragem, de dedicação e de coerência.»

«A MORTE DE Guevara — Homenagem a um revolucionário — **«Avante!**, VI série, n.º 385, Novembro de 1967)

«Dois anos depois do golpe reaccionário que levou ao poder na Indonésia o general Suharto continuam os massacres e fuzilamentos. Só na ilha de Java foram assassinados mais de 500 mil democratas.

Depois da recente execução de Njono, membro do Bureau Político do Partido Comunista da Indonésia e dirigente dos sindicatos, as autoridades daquele país executaram o coronel Untung, o comandante Sujano e o tenente Ngadimo. O coronel Untung, membro do Partido Comunista da Indonésia, reafirmou, diante do pelotão de execução, a sua confiança no triunfo do socialismo no seu país (...).

Apelamos para a classe operária e para todos os patriotas, com o objectivo de reforçar a luta que à escala internacional se ergue contra os crimes do governo reaccionário da Indonésia, a soldo das potências imperialistas.»

«Continuam os massacres na Indonésia» — **«Avante!**, I série, n.º 385, Novembro de 1967).



# AUTARCAS CDU

Como é natural, as eleições autárquicas de 17 de Dezembro centralizam, cada vez mais, as preocupações colectivas dos portugueses. Mais do que o acto eleitoral propriamente dito, que quinze anos depois do 25 de Abril de 74 surge já como um natural exercício democrático, o interesse vai, sobretudo, para as ideias em confronto, para as propostas em análise, para o balanço do trabalho democrático. Neste balanço, nas ideias e nas propostas apresentadas às populações, a CDU-Coligação Democrática Unitária aparece particularmente à vontade, pois em todo o país o contacto directo com a realidade permite essa vivência quotidiana que depois se expressa num trabalho unanimemente reconhecido como válido

e benéfico. Este Em Foco reflecte essa realidade e fala, entre outros assuntos, desse trabalho de homens e mulheres da CDU, a apresentarem-se em vésperas de campanha eleitoral com ideias, com propostas, com um passado de trabalho em prol das populações.

Exemplos que começam com uma breve viagem pelo Montijo, autarquia que a CDU (então APU) perdeu em 1985 para uma coligação PS/PSD por escassas centenas de votos e que hoje revisitamos através de um encontro com os jornalistas, recentemente promovido pela candidatura da CDU a este concelho, onde se demonstra o desastre autárquico que constituiu este último mandato PS/PSD na Câmara Municipal e se explica que é urgente que a CDU

volte à gestão deste município.

A seguir falamos de ambiente, dia-a-dia preocupação para gente que vê o seu quotidiano atingindo por um cada vez maior número de agressões ambientais. Quem não se lembra do *desastre ecológico* que ocorreu este Verão no Parque Natural da Peneda-Gerês: a destruição de alguns milhares de mata, *casa* de um *ecossistema* que corre perigo. Esta uma das preocupações referenciadas pelos candidatos da CDU do Gerês.

Mas o ambiente é também uma das preocupações maiores dos autarcas e candidatos CDU do Grande Porto, que apresentaram publicamente um conjunto de propostas nesta área, para possibilitar um futuro com melhor qualidade de vida às populações urbanas destes concelhos.

E já que se fala de ambiente e do norte do país, diga-se que neste Em Foco incluímos uma importante entrevista com autarcas e candidatos CDU de Matosinhos, onde, curiosamente (ou talvez não), os problemas da poluição ambiental ocupam particular destaque.

«Lisboa não é o país», com isto estamos todos de acordo, mas importa dizer também que «Lisboa não é só Lisboa!». O que queremos dizer é que os problemas da capital, agora tão debatidos e tão no centro das atenções, não são na sua maior parte problemas exclusivos da cidade, mas antes um conjunto de problemas comuns a (imaginem-se!) 16 concelhos da região, onde vivem e trabalham mais de dois milhões de portugueses. A CDU-Coligação Democrática Unitária tem consciência deste facto e já há muitos anos que homens e mulheres da CDU, eleitos nestas autarquias, onde de resto a CDU tem um papel preponderante, estão a trabalhar para que os problemas comuns sejam resolvidos. A semana passada os candidatos CDU desta Área Metropolitana de Lisboa visitaram com os jornalistas a região, explicando alguns dos seus problemas e apresentando um documento publicado em livro sob o título «Área

# ELES CONHECEM O PAÍS!

Metropolitana de Lisboa — Década de 90», um documento que reúne intervenções de um seminário da CDU sobre a matéria, realizado em Fevereiro passado, a afirmar-se como um contributo para o perspectivar de soluções credíveis e viáveis para o futuro desta região. Finalmente, concluímos hoje a apresentação integral dos cabeças de lista da CDU-Coligação Democrática Unitária, candidatos em todo o país às Câmaras e Assembleias Municipais, no número impressionante de 302 concelhos (!) a que se terá de acrescentar mais três resultantes das coligações «Por Lisboa», «Mãos à obra pela Covilhã» e «Desenvolver Setúbal». ■



■ Henrique Custódio

# MONTIJO

## O regresso ao futuro

**S**e em 15 anos de participação e luta no Poder Local nos ocupámos da batalha das infra-estruturas, é hoje possível avançar noutras áreas, afirmou recentemente num encontro com os jornalistas José Caria, o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal do Montijo, autarquia do Distrito de Setúbal que a então APU perdeu em 1985 por escassa margem de algumas centenas de votos a favor de uma coligação circunstancial PS/PSD, formada com o objectivo expresso (quicá exclusivo...) de afastar os comunistas e os seus aliados de gestão do município. Classificando de ruínosa a gestão entretanto protagonizada pelo PS/PSD e dando conta das queixas generalizadas vindas, até, de representantes autárquicos destes dois partidos, o candidato da CDU à presidência da Câmara apresentou desenvolvidamente as propostas da Coligação Democrática Unitária para o Montijo, sublinhando que «temos um projecto de desenvolvimento» e «estamos a caminho duma gestão que resulta para o futuro, com confiança». Acompanhavam José Caria, neste encontro com os jornalistas, Sérgio Pinho, cabeça de lista à Assembleia Municipal, Acácio Dóres, mandatário das listas CDU no Montijo e ainda Jacinta Ricardo e Francisco Saragoça, actuais vereadores e de novo candidatos à Câmara, João Veiga, candidato à Assembleia Municipal, Helena Rocha, actual presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes; que também renova a candidatura, José António Neves, cabeça de lista à Assembleia de Freguesia de Afonsoeiro, e Antero Lúcio Brotas, actual membro da AF do Montijo e candidato CDU à presidência da Junta.

O encontro com os jornalistas decorreu num restaurante do Montijo e começou por um conjunto de intervenções iniciais proferidas sucessivamente pelo mandatário, Acácio Dóres (que explicou minuciosamente a composição das listas CDU, onde há a destacar o seu carácter amplamente unitário — 32% de independentes), Sérgio Pinho, presidente do município no último mandato da APU e actual cabeça de lista à Assembleia Municipal (que fez o contraponto entre as duas gestões da CDU/ex-APU e a deste mandato PS/PSD, caracterizado pela incompetência e a estreiteza política, que foi ao ponto de não atribuir qualquer pelouro à CDU, a principal força política do concelho) e, finalmente, José Caria, candidato da CDU à presidência da Câmara Mu-

nicipal do Montijo e foi vereador de 1977 a 1979.

Chamando a atenção para o facto de, no Montijo, a CDU dar corpo aos acordos de incidência distrital afirmados entre o PCP e os Verdes, por um lado, e o PRD e a UDP por outro (havendo candidato destes dois últimos partidos em lugares elegíveis das listas CDU), os oradores convergiram na afirmação de que a candidatura Coligação Democrática Unitária «assume o seu passado, a sua obra e as suas responsabilidades», ao contrário, das restantes que se apresentam a sufrágio, nomeadamente a candidatura PS «que faz tábua rasa da gestão camarária 1985/89», da candidatura PSD «que se apresenta branqueada, como se o actual Governo que amargura o povo português e os



É aqui que vai ser instalado o Centro de Arte e Cultura do Montijo; o projecto, aprovado no último mandato da CDU, teve de esperar estes quatro últimos anos pela concretização, dado que o executivo PS/PSD nem sequer pagou aos arquitectos que executaram o projecto... Agora continua a ser uma das prioridades da CDU

habitantes do Concelho do Montijo não fosse o Governo do PSD», e a candidatura do MDP/CDE «que é antes de tudo a candidatura de um ajuste de contas» (nela é candidato à presidência o actual presidente do PS, Primo Jaleco, que o seu partido preteriu a favor de José Bastos, mandatário das listas PS/PSD em 1985).

### Três anos, o descabro...

Os «três anos de má gestão da aberrante coligação PS/PSD no exe-

cutivo camarário» foram circunstanciadamente denunciados no encontro com os jornalistas, quer na política de investimentos (demasiado concentrada no centro da cidade), quer na gestão financeira ou no relacionamento institucional autárquico local e regional, criando descontentamento mesmo entre os eleitos da própria coligação PS/PSD, como o manifestado pelo presidente da Junta de Freguesia da Atalaia ao afirmar que «o Concelho não é governado mas desgovernado», ou o da Junta de Pegões ao queixar-se da concentração de obras no centro da cidade, ou ainda o da Freguesia da Canha que protestou

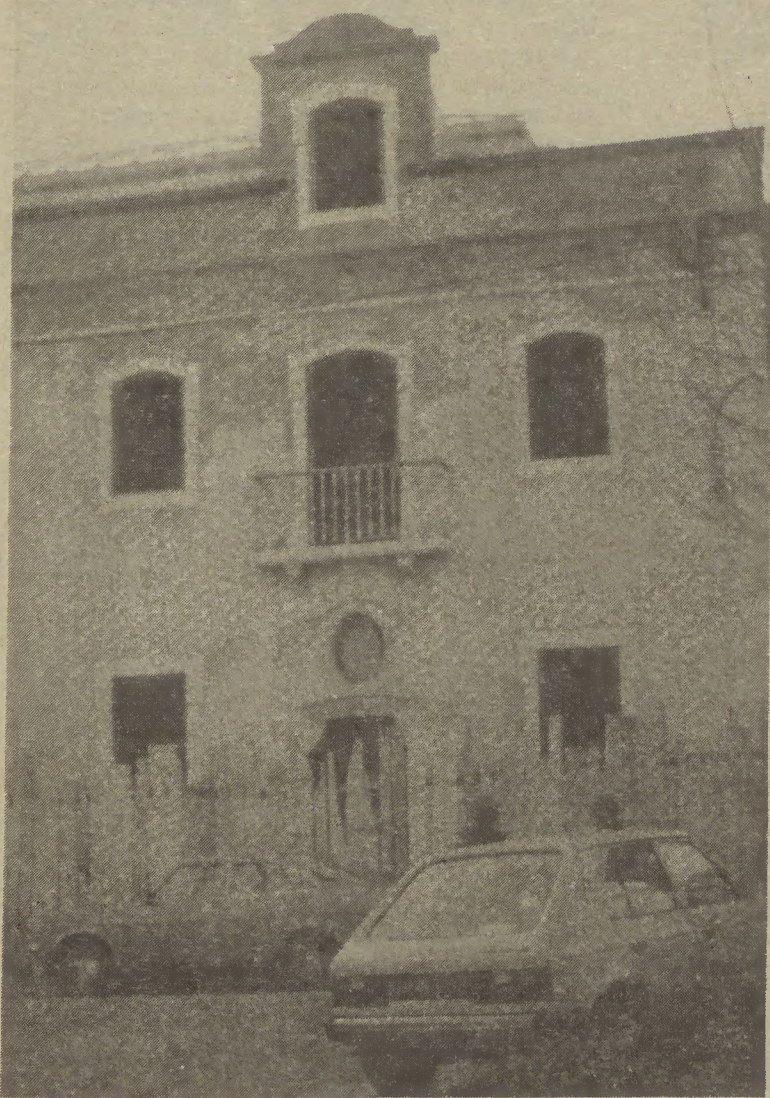
pela forma insatisfatória como esta Câmara executa os compromissos monetários com os empreiteiros.

É extenso, o rol de incompetências de que esta gestão PS/PSD é acusada pela CDU. Está por concluir e resolver o arranjo na zona da Ponta dos Vapores (obra iniciada pela CDU e que coligação PS/PSD prometeu acabar, invocando, como noutros casos, as suas «boas relações com o Poder Central»), tal como continua à espera do cumprimento das promessas o Mercado de origem, algumas ETAR's, o Mercado n.º 2, o Cais do Seixalinho, a Biblioteca Municipal, etc.

No projecto aprovado em Câmara para o Centro de Arte e Cultura o executivo nem sequer pagou o trabalho entretanto encomendado e feito, não honrando compromissos elementares da autarquia. Por outro lado as Freguesias continuam à espera de obras importantes, com relevo por Sarilhos Grandes onde não foram investidos cerca de 69 000 contos, como deveria ter sido feito.

Quanto à gestão financeira do município, o panorama não é mais animador: segundo a CDU, as dívidas elevaram-se a mais de 600 000 contos, foram suspensos os subsídios às colectividades e gastaram-se milhares de contos em almoçadas e viagens, as facturas dos fornecedores são liquidadas com meses de atraso, aumentam os empréstimos de rendibilidade duvidosa e foram ultrapassados todos os limites de admissão de simpatizantes dos partidos que dominam esta gestão.

Ainda segundo a CDU, o relacionamento institucional autárquico local e regional foi igualmente degradado, por esta gestão PS/PSD isolando gravemente o município, nomeadamente ao retirá-lo da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, impedindo-o assim de coparticipar na elaboração e desenvolvimento do Planeamento Regional Integrado no Plano de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal. Note-se que não foram atribuídos quaisquer pelouros aos vereadores da CDU neste mandato, apesar de ser a principal força autárquica do Conselho. Entretanto o próprio Conselho Municipal afirmou «existir inflação de projectos que vêm transitando de ano para ano e se situam no campo de louváveis intenções»...



O edifício da futura Biblioteca Municipal começou a ser restaurado pela CDU (ex-APU); nos últimos quatro anos os trabalhos não avançaram um milímetro...



Esta foto foi tirada em Canha, durante as obras de arruamento da Freguesia... só que já tem mais de três anos, quando a CDU (então APU) dava resposta aos anseios das populações. Agora a generalidade das Freguesias clamam, e com razão, contra a inoperância do executivo PS/PSD



Centro Polivalente da Caneira; mais uma obra prometida em 1985 pelo PS/PSD e que continua à espera...





O Cais do Vapor começou a ser arranjado pela CDU; ficou como estava dado que o actual executivo não lhe mexeu, apesar de ter prometido terminar o seu arranjo, gabando-se mesmo de que tudo seria mais fácil dadas as suas futuras boas relações com o Poder Central...



## A década do desenvolvimento

Quanto à CDU, nas palavras do seu candidato à presidência da Câmara do Montijo, José Caria, «a década de 90 que se avizinha é a década do desenvolvimento», pelo que a Coligação Democrática Unitária propõe como linhas essenciais da sua gestão um importante conjunto de medidas:

«Grande incremento nas áreas da Cultura, Desporto, Ensino, Juventude, Património Natural, Histórico, Cultural e Ambiental;

«Uma intensa acção na promoção do desenvolvimento económico integrado do Concelho e na Região — com integração na Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, na Área Metropolitana de Lisboa, com participação intermunicipal no desenvolvimento do Plano Integrado do Desenvolvimento do Distrito de Setúbal.

«A descentralização para as oito freguesias do Concelho com realização de protocolos entre a Câmara Municipal e as respectivas Juntas.

«A resolução dos pequenos grandes problemas do dia-a-dia das populações e sectores mais desfavoreci-

dos do Concelho no quadro de uma abordagem social e humana do desenvolvimento integrado.

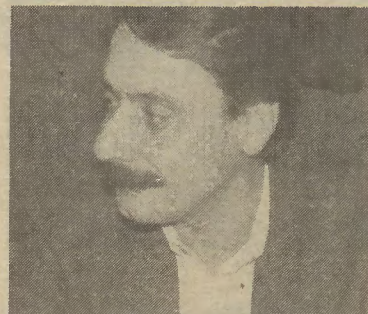
«Contacto regular, sistemático, organizado com os trabalhadores municipais, dignificando funções, melhorando instalações.

«Cooperação com os Agentes económicos que actuam no Concelho — na Indústria, no Comércio, nos Serviços, na Agro-Pecuária.

«Relações institucionais com os órgãos do Poder Central procurando articular/compatibilizar as iniciativas de planeamento à escala nacional, regional e local e reivindicando a tomada de medidas que ultrapassem o



Pormenor do encontro da CDU do Montijo com os jornalistas (de pé, a falar, está Sérgio Pinto, presidente no último mandato da CDU e actual cabeça de lista à Assembleia Municipal, seguindo-se-lhe à direita da foto Acácio Doreis, mandatário das listas, José Caria, candidato à presidência da Câmara, Jacinta Ricardo, actual vereadora e de novo candidata, e Helena Rocha, presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e que igualmente se recandidata



José Caria, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal

âmbito das competências e atribuições dos municípios.

«Congregação dos factores económico, social, cultural e ambiental num processo harmonioso de desenvolvimento integrado.

«Gerir a autarquia num clima de abertura, participação, eficácia e modernização, com transparência e informação, no respeito pelos direitos dos cidadãos face à administração».

É tempo da CDU voltar à gestão do município do Montijo. Para que regresse a construção do futuro.



O regresso da maternidade ao Hospital do Montijo é outra das prioridades da CDU; a saída desde importante serviço foi devida à excelente «colaboração» do actual executivo com o ministério da Saúde da ministra Beleza

## Alguns dados

O Concelho do Montijo tem uma área de 376,36 km<sup>2</sup> distribuídos, desde Agosto de 1985, pelas Freguesias de Canha, Pegões, Sarilhos Grandes, Montijo, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia e Santo Isidro de Pegões. É hoje um significativo centro industrial de transformação de carnes, indústria corticeira, fabrico de rações e adubos e a sua população é de 36 894 habitantes, segundo o censo de 1985.

O Concelho está praticamente dividido em duas partes: uma área mais pequena onde se concentra a maior parte da população, situada na margem esquerda do Tejo (entre os Concelhos de Alcochete, Moita e Palmela) e outra maior em área e menor em número de habitantes e indústria, mais voltada para a agricultura e com um povoamento disperso nos campos entre os Concelhos de Palmela (Distrito de Setúbal), Coruche e Benavente (Distrito de Santarém) e Vendas Novas (Distrito de Évora).

Montijo é Porto Nacional de Descarga de Cereais dos mais importantes do País (400 000 toneladas/ano) e aqui se dá origem a cerca de 40% da produção nacional de flores.

No aspecto produtivo, a criação de suínos no Concelho ocupa o 2º lugar da produção nacional, a produção de bovinos 4,2%, a cultura do tomate 11%, de pêssegos 12,4% e de laranjas 14% (tudo percentagens nacionais).

(Elementos coligidos da breve monografia «Sarilhos Grandes - alguns aspectos», da autoria de José Caria, candidato da CDU à presidência da Câmara do Montijo).



A CDU tem de regressar à gestão da Câmara do Montijo, para que com ela regresse a construção do futuro



# Defender o ambiente

## O que está por fazer

**A** CDU – Coligação Democrática Unitária PCP/PEV, preocupada com as questões do ambiente nos concelhos da Área Metropolitana do Porto, divulgou recentemente aos órgãos de comunicação social algumas propostas que resultam de uma análise do que de positivo foi feito por vereadores da CDU, nomeadamente em Gaia, Porto e Valongo, e do muito que está por fazer e não foi feito por Câmara do PS e PSD.

Luís Oliveira Dias, Ilda Figueiredo, Joaquim Viana e Olívia Ferreira, candidatos da CDU à presidência das Câmaras do Porto, Gaia, Gondomar e Matosinhos, António Luís Pimenta, vereador da CM de Gondomar e candidato da CDU, e ainda os candidatos «Verdes» à CM e à

desprezo em que estiveram até recentemente a generalidade das praias de Gaia e em que se encontram ainda as de Matosinhos.

Classificando os distritos do Continente pela cobertura que proporcionam em infra-estruturas básicas – electricidade, rede de esgotos, água

## e o que a CDU fez na Área Metropolitana do Porto



A CDU apresentou em conferência de imprensa as suas propostas para o ambiente na Área Metropolitana do Porto (na foto Oliveira Dias, Maria João Gonçalves, António Luís Pimenta, Paulo Teixeira de Sousa, Olívia Ferreira, Joaquim Viana e Ilda Figueiredo)

canalizada e recolha de lixo, os candidatos da CDU consideram «lamentável que o distrito do Porto, apesar de constituir o mais importante pólo produtivo nacional, ocupe um lugar – o 12.º – na cauda da escala nacional e muito atrás de Setúbal, Lisboa, Évora e Portalegre».

Mas foram propostas aos eleitores da região mais «verificações *in loco*» e foi lembrado que os vereadores da coligação foram pioneiros de importantes acções na área do ambiente e da qualidade de vida das populações: o Parque Biológico Municipal de Gaia, em Avintes, as iniciativas em defesa do rio Douro, as acções de defesa das dunas do litoral de Gaia e da zona do Cabedelo, a resolução do problema da limpeza da cidade do Porto.

Também em Valongo a CDU fez obra, neste mandato, na área da

limpeza, e em Gondomar, acções em torno da defesa do Douro e da limpeza apenas foram concretizadas quando os pelouros do turismo e da limpeza foram da responsabilidade da CDU.

### CDU perfilha ideias de Siza

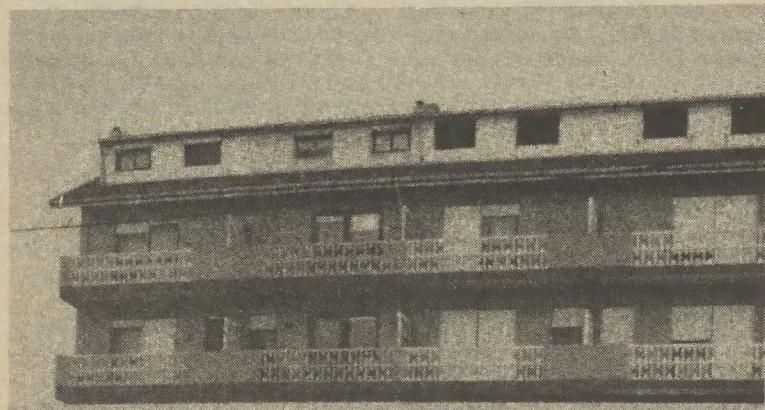
Claro está que a CDU não pode só criticar o que não foi feito, ou feito mal, e enaltecer o que ela própria conseguiu. As populações habituaram-se a encontrar na CDU e com a CDU a «chave» da resolução dos problemas. Daí as propostas para a resolução das questões de ambiente dos concelhos da Área Metropolitana do Porto.

Oliveiras Dias anunciou que a ideia lançada pelo arq.º Siza Vieira de um grande projecto para o arranjo da encosta do Douro, zonas da beira-rio desde a ponte ferroviária até à Foz, é uma proposta que a CDU assume no programa que vai apresentar à cidade do Porto.

Entre as linhas de actuação que propõe em cada um dos concelhos a CDU inclui propostas concretas relativas à construção de redes de saneamento em todas as áreas urbanas e o conveniente tratamento de efluentes industriais poluentes por parte das indústrias respectivas, à conclusão da rede de abastecimento de água à região do Porto e melhoria da sua qualidade.

Mas a CDU propõe também um conjunto de **objectivos verdes**: um plano de emergência para a recuperação, por fases, do rio Douro e seus afluentes, e do Leça; a preservação e regeneração dos espaços urbanos, salvaguardando a sua qualidade ambiental e valores culturais e defesa dos espaços verdes face à urbanização selvagem, dando particular atenção à reabilitação dos centros históricos do Porto e Gaia; um plano de recuperação ambiental e preservação do litoral do distrito do Porto; e a criação de parques naturais – o efectivo arranque do Parque da Cidade do Porto e a transformação em Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, nos concelhos de Valongo e Gondomar, objectivo de que o Partido Ecologista «Os Verdes» foi pioneiro na Assembleia da República. ■

# Gerês



Ribeira de Joane na Praia do Cabo do Mundo

AM do Porto, Paulo Teixeira de Sousa e Maria João Gonçalves concretizaram vários aspectos da problemática abordada relativamente aos respectivos concelhos.

Para os candidatos da CDU «é patente a incapacidade e a inoperância das Câmaras de maioria PSD ou PS da região para travar a deterioração da situação ambiental no seu conjunto e a falta de vontade política para contrariar a acção selvagem de grandes interesses económicos». Aconselham os eleitores a verem «com os seus próprios olhos» o rio Douro e os seus afluentes e a forma como foram transformados em vazadouros de esgotos e resíduos; a respirarem o ar do Cabo do Mundo e em Matosinhos, do Centro do Porto e de Gaia, junto à Areosa, fronteira do Porto e Maia, junto à Lipor, poluído por emissões gasosas de indústrias insalubres e pela circulação automóvel saturada pela não resolução de problemas de trânsito; a verificarem o estado calamitoso da orla marítima do distrito e a situação de poluição e de



Ribeira do Prado na Praia de Matosinhos



# ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

**A** Área Metropolitana de Lisboa, os graves problemas que a afectam bem como as principais propostas avançadas para a sua resolução, estiveram em foco numa recente visita promovida pela CDU a diferentes pontos da margem Norte e Sul, em que participaram candidatos da coligação aos 16 municípios que compõem esta grande área urbana.

A iniciativa, tal como o «Avante!» noticiou na sua edição anterior, teve também como objectivo a apresentação do livro «Área Metropolitana de Lisboa — Década de 90», e merece uma abordagem mais aturada, já que foram discutidos temas de grande actualidade que atingem a generalidade das populações residentes, como a questão das acessibilidades e transportes, o desenvolvimento equilibrado, a habitação e outros que ao longo da conversa foram surgindo.

Com partida no Rossio, autarcas e jornalistas dirigiram-se a Alverca, onde se efectuou uma pequena paragem num bairro de habitação social, construído pela cooperativa CHASA. O percurso, demorado pelo intenso tráfego lisboeta e logo a seguir por um engarrafamento na auto-estrada devido a um acidente, ilustrou a intervenção de Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, que, referindo-se ao problema das zonas habitacionais periféricas, evocou a necessidade urgente de articular, por um lado, as áreas habitacionais com zonas em que existam postos de trabalho, e, por outro, com a evolução dos transportes e comunicações.

Concretamente, Daniel Branco mencionou a urgência da descentralização dos mecanismos de comando e gestão das transformações de uso do solo e da declaração de utilidade pública do solo para a competência das autarquias, como única forma de dar uma resposta adequada aos problemas de ordenamento e gestão do território.

Para além disto, é uma questão fulcral a existência de condições de financiamento que permitam às câmaras adquirir terrenos, dotá-los de infra-estruturas e proceder à construção de habitações. O actual estado de coisas mostra que as autarquias que se empenharam na resolução do problema da habitação social se encontram hoje a braços com grandes dívidas perante o ex-Fundo de Fomento de Habitação, numa si-

tuação litigiosa ainda não resolvida, com transferência das dívidas para a Caixa Geral de Depósitos.

A comprovar a justeza destas exigências, Rui Godinho lembrou que Lisboa tem neste momento 16 mil barracas, em 1980 calculavam-se apenas 10 mil, cifrando-se o número de fogos degradados em 25 mil, o que denota, se considerarmos que vivem em média numa barraca de quatro a cinco famílias, uma carência à volta dos 70 mil fogos.

Para dar solução a esta calamidade social, Rui Godinho afirmou que o Município de Lisboa apenas necessita dos financiamentos adequados por parte do Poder Central, já que a Câmara possui terrenos para a construção de habitação social e capacidade técnica para levar a cabo projectos desse tipo.

## Reabilitar os centros históricos

Uma outra vertente apontada para a resolução do problema habitacional foi a recuperação dos centros históricos, nomeadamente em Lisboa e Sintra, processo em que,

## visitada por candidatos da CDU

apesar dos tão apregoados fundos da CEE, não se registaram avanços significativos. No entanto, as vantagens desta medida são enormes, garantindo a atenuação das necessidades na periferia de Lisboa e nos concelhos periféricos. A este propósito, Rui Godinho frisou que «à medida que se degradam e descaracterizam blocos inteiros de habitação em Lisboa, estão a lançar-se para a periferia autênticas bombas ao retardador».

Por outro lado, tratam-se de áreas com grande importância histórica e cultural como é o caso de Alfama, Mouraria e Bairro Alto, ou ainda de zonas mais recentes como as Avenidas Novas, a Avenida da República, a Avenida da Liberdade. Hoje, segundo o candidato do PCP na coligação «Por Lisboa», nas Avenidas Novas está construída uma verdadeira Avenida da República em termos de sobre-densificação, por não terem sido aplicados os regulamentos existentes às novas construções.

A recuperação das zonas históricas evitaria situações destas, possi-

bilitando ainda a criação de um novo segmento no mercado de obras públicas, que implica a criação de novas empresas, o desenvolvimento de novas tecnologias de intervenção em edifícios antigos e a reabilitação de algumas profissões em decadência relacionadas com o trabalho do ferro fundido, forjado e outras.

## Acompanhar o desenvolvimento

Todo o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa quer a Norte quer a Sul arrancou a sério nos anos cinquenta, datando dessa altura algumas infra-estruturas que hoje se já não estão à altura de responder às necessidades. De facto, a auto-estrada que nos levou a Alverca foi construída há trinta anos e por ela passam actualmente cerca de 30 mil veículos por dia. As suas duas faixas de rodagem já não dão escoamento a este fluxo automóvel, bastando um pequeno acidente para bloquear o trânsito, como aliás tivemos oportunidade de verificar *in loco*. Há trinta e oito anos que foi electrificada a via dos caminhos-de-ferro, que ainda é a mesma que foi inaugurada no tempo de D. Luís e que ligou pela primeira vez o Rossio à Azambuja. Mantém-se o traçado e as duas vias, não tendo sido feito nos últimos 38 anos nenhum investimento de vulto naquela infra-estrutura.

Mencionando a existência da resolução do Conselho de Ministros n.º 14 de Março de 1987, que estipulou um conjunto de mapas e calendários, o presidente da Câmara de Vila Franca de Xira sublinhou que nada ou quase nada mudou daí para cá, por o Governo não ter dotado os vários organismos de Estado das verbas necessárias.

A catastrófica situação do trânsito na região de Lisboa surge como o

resultado de não ter havido uma crescente oferta de transportes públicos bem como do facto de quer as vias de circulação dentro da cidade quer de acesso não terem beneficiado de qualquer desenvolvimento na última década. A comprovar esta ideia, os intervenientes frisaram que a 2.ª circular de Lisboa foi traçada e construída nos anos sessenta e desde então nenhuma outra artéria de acesso à cidade foi feita, apesar de a Câmara de Lisboa ter aprovado em 1982 resolver os estrangulamentos existentes, como o nó de Alcântara, a rotunda do Relógio ou concretizar a avenida central de Chelas, planeada há mais de vinte anos.

Deste modo, hoje não só é necessário realizar planos que datam de há vinte anos, como terão de efectuar-se projectos igualmente vitais para o desbloqueamento do tráfego. A chamada ligação Norte-Sul é um desses projectos prioritários para o desenvolvimento da área de Lisboa. Sendo uma aspiração que tem longos anos, só agora parece estar minimamente equacionada em termos de projecto, prevendo-se o prolongamento da Avenida de Ceuta que fará a ligação entre a 2.ª circular e a CRIL (circular regional interna de Lisboa), o que possibilitará ao trânsito que venha do norte ou do sul apanhar imediatamente os acessos e dirigir-se à ponte sem ter que atravessar a cidade.

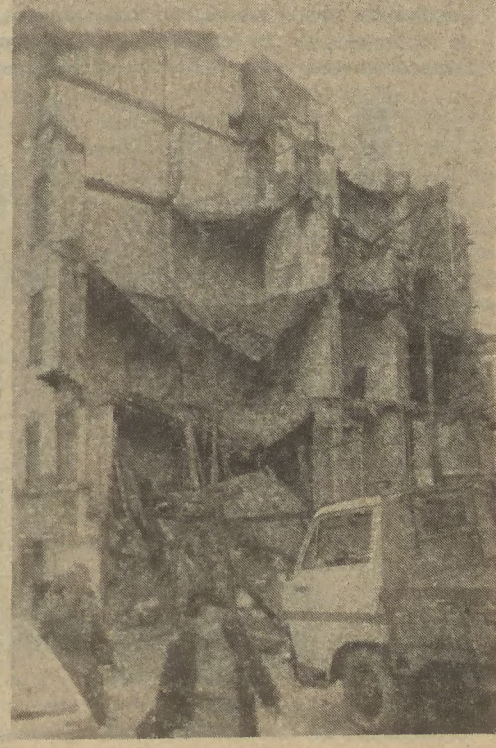
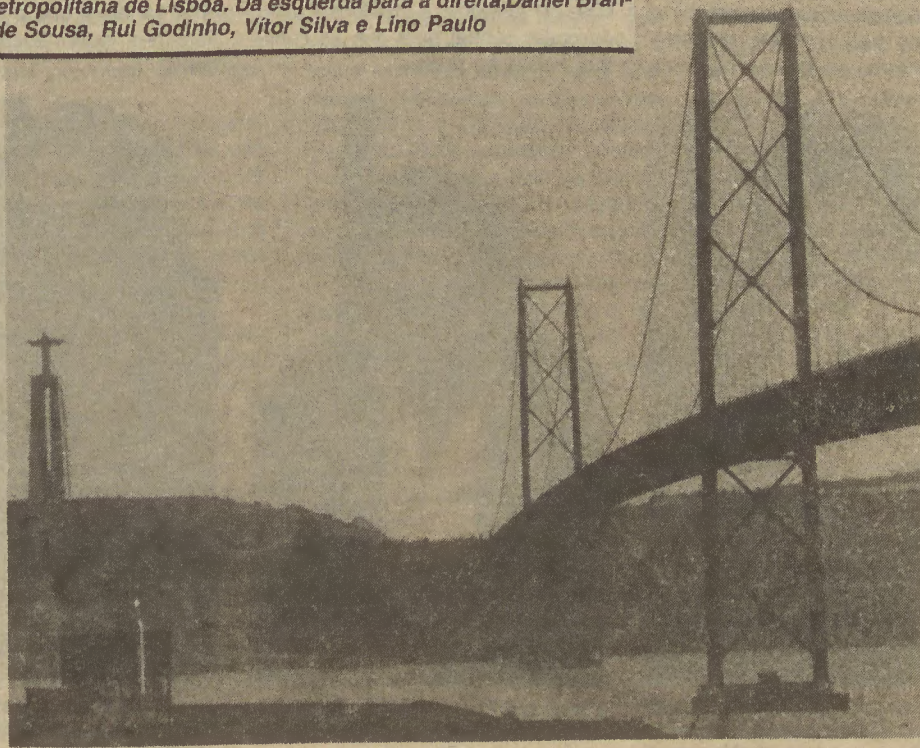
Quanto à Ponte 25 de Abril, onde o autocarro em que seguíamos ficou imobilizado, impedindo-nos de cumprir o programa, que incluía uma visita ao concelho do Seixal, ficámos a saber que tanto o Metro como a CP desenvolvem projectos para chegar à outra margem. A própria Carris decidiu entrar na corrida e estuda a hipótese de aproveitar a futura terceira faixa para instalar uma linha de eléctricos rápidos.

Como sublinharam os autarcas da CDU, gastam-se desta forma milhares de contos em estudos não articulados e no caso não compatibilizados, que por isso mesmo pouca utilidade poderão ter, em vez de se criar uma entidade com autoridade legal para coordenar acções na área metropolitana de Lisboa, autarquia regional essa indispensável para a superação dos problemas com que nos debatemos.

■ CN



Candidatos da CDU falam aos jornalistas sobre os problemas que afectam a Região Metropolitana de Lisboa. Da esquerda para a direita, Daniel Branco, Emília de Sousa, Rui Godinho, Vítor Silva e Lino Paulo





■ **Júlia Lima**

# Com mais CDU Matosinhos ganha

**A**pós quinze anos de Poder Local continuam por resolver os problemas de fundo do concelho de Matosinhos. Apesar das constantes afirmações propaladas na comunicação social quase diariamente de que o concelho beneficia de uma gestão municipal exemplar, que é uma terra em progresso e desenvolvimento, a verdade é que os matosinhenses, após treze anos de gestão de maioria PS, conhecem e vivem a falta de saneamento básico, que cobre apenas 80% da população, as dificuldades no abastecimento e qualidade da água, as lixeiras e os silvados a invadirem as ruas, as praias e o ar cada vez mais poluídos, a destruição das zonas verdes. Milhares de famílias vivem em «ilhas», barracos e casas clandestinas.

É um concelho em crescimento, cuja população, pensa-se, já ultrapassa os 160 mil habitantes, sem que se tenha minimamente planeado as infra-estruturas correspondentes.

A CDU tece duras críticas à política do PS na Câmara, e particularmente ao seu presidente, Narciso Miranda, uma política baseada na demagogia e no populismo, em que as prioridades estabelecidas não têm tido em conta as necessidades mais prementes da maioria da população, mas os interesses de grupos económicos. Mas a CDU tem também propostas e uma política alternativa, pelas quais tem lutado sempre, através dos seus eleitos nas autarquias do concelho, e pelas quais continuará a lutar, apesar de não ser tarefa fácil desmontar, junto das populações, a autêntica máquina de propaganda montada pela Câmara PS.

Da conversa com **Olivia Ferreira**, candidata à presidência da Câmara, **António Graça**, cabeça de lista à Assembleia Municipal, **Valdemar Madureira**, o segundo na lista da Câmara, e **Artur Ribeiro**, actual vereador e também candidato à Assembleia Municipal, registámos a análise que fazem da situação no concelho.

As prioridades e o estilo de trabalho são dois pontos em que assentam as divergências fundamentais da CDU em relação à gestão municipal.

«A Câmara de Matosinhos», refere Olivia Ferreira, «dispõe de meios financeiros que lhe permitiriam resolver ou atenuar problemas fundamentais, mas não o fez porque, ou não foi capaz de os aplicar, transitando como saldos de gerência, ou esbanjou-os em obras secundárias, em propaganda. Como exemplo pode referir-se que, em 1988, o total de despesas de investimento da Câmara em habitação, saneamento, higiene pública, cultura e desporto (excluindo o donativo extraordinário a um clube desportivo) foi significativamente inferior ao que despendeu na aquisição de mais terrenos para a Exponor. Por outro lado, divergimos também no estilo de trabalho, pois a Câmara fecha-se em si mesma, mais propriamente na força maioritária, o Partido Socialista, subjugada por Narciso Miranda, fugindo à participação da população por diversas vias, alterando horários de funcionamento das reuniões, reduzindo ao mínimo as sessões pú-

blicas, desprezando as juntas de freguesia. No seio da vereação não são discutidas as questões de fundo. Um exemplo flagrante é o Plano de Desenvolvimento Regional, que foi enviado para Bruxelas sem ter sido sequer discutido na Câmara e muito menos na Assembleia Municipal. De facto, o Presidente da Câmara decidiu e aprovou na Comissão de Coordenação da Região Norte as grandes propostas para o concelho sem consultar ninguém. É contra este estado de coisas que a CDU tem lutado.»

## Crescimento sem harmonia

«Ao contrário daquilo que é repetido propagandisticamente, nós pensamos que Matosinhos não é um concelho desenvolvido, apesar de ter inúmeros recursos e enormes potencialidades. Matosinhos cresceu em cimento, sem infra-estruturas, sem harmonia. Aqui residem as grandes questões que apontámos e que temos por objectivo resolver. No programa da CDU elegemos

como prioritárias as medidas que vão ao encontro das necessidades reais da população: solucionar o problema da habitação, em particular o das casas clandestinas, tornar o concelho mais limpo, combater a poluição, dotar o concelho de água canalizada e de rede de esgotos, levar a efeito uma política para e com a juventude», afirma Olivia Ferreira.

Nestas prioridades, a resolução do problema da habitação, um dos mais graves no concelho, assume particular importância.

«Temos 7 mil casas de construção clandestina, centenas de famílias a viver em barracos, 5 mil famílias a viver em «ilhas», lembra a candidata da CDU para adiantar algumas das propostas que a coligação tem neste campo: «o efectivo funcionamento do Gabinete para a Recuperação dos Clandestinos, com o objectivo da posterior legalização destes núcleos de habitação, aprovado por proposta da CDU no presente mandato; a criação de incentivos para a autoconstrução, nomeadamente com a venda de mais lotes de terrenos; a insistência junto do poder central para que se construa habitação social».

Ainda sobre a questão das casas clandestinas, refere Valdemar Madureira: «Aproximam-se as eleições e mais uma vez vem Narciso Miranda, porque sabe que é um dos grandes problemas do concelho que não resolveu, propagandear nos jornais que vai infra-estruturar esses bairros. No entanto não resolve um problema fundamental que é a legalização, uma aspiração dos moradores. É uma questão que se arrasta há anos e que não se resolve com medidas administrativas e com demagogia. Ainda neste mandato defendemos, e o Partido Socialista não esteve de acordo, que o Plano de Actividades incluísse a criação de um Gabinete, que funcionasse em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, lá onde há núcleos de habitação clandestina. Só agora, em vésperas de eleições, o presidente da Câmara permitiu a aprovação destas medidas, nitidamente com propósitos eleitorais».

«Matosinhos, capital do cooperativismo», é, neste campo, uma bandeira que a Câmara socialista tem sistematicamente empunhado.

Também sobre este assunto Valdemar Madureira deu opinião: «A Câmara tem servido de intermediário na aquisição de terrenos, e isto é um aspecto positivo que nós apoiamos. Mas nós pensamos que a sua acção não se pode limitar a este papel, porque as cooperativas de habitação tendem a transformar-se em aglomerados de cimento, com as famílias dissociadas do concelho em que vivem, sem as dotar de infra-estruturas, sem que seja previsto o problema do abastecimento de água e do saneamento, com o lançamento dos esgotos para ribeiros e linhas de água. No Verão, há semanas seguidas em que não há abastecimento de água. Por não haver planificação, depois de virem viver milhares de crianças para as cooperativas é que se nota a falta de escolas».

Na linha do apoio efectivo às necessidades mais prementes das cooperativas, a CDU tem feito várias propostas, nomeadamente, refere Artur Ribeiro, a isenção da taxa de ligação de saneamento de quase todas as que estão a construir em Matosinhos e a isenção do pagamento da água gasta na rega dos seus jardins.

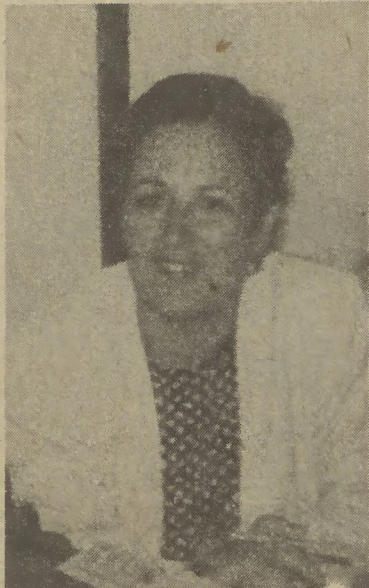
António Graça lembra, ainda a propósito da política de habitação, que «a Câmara tem sempre dotado verbas muito escassas para este sector, não ultrapassando, nos melhores anos, os 3%. Mesmo considerando que compete de facto ao poder central a resolução do problema da habitação, não podemos deixar de criticar o alheamento da Câmara em relação à resolução daquilo que é da sua competência».

## Limpar e despoluir

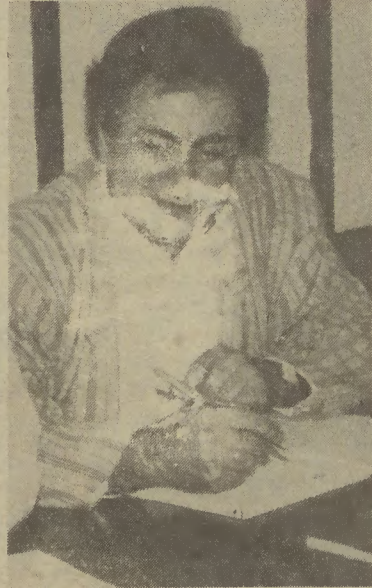
«Não existe uma política de limpeza na Câmara de Matosinhos», adianta sobre o assunto o camaráda António Graça. «Este pode ser um problema fundamentalmente de ordem cultural, mas é necessário fazer algo para que haja uma alteração na forma de actuação das pes-



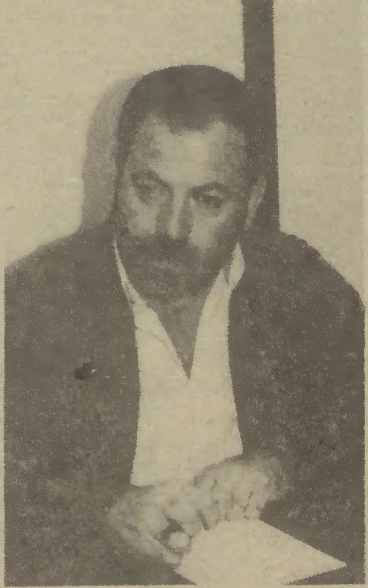
Matosinhos, lixeira e barracas



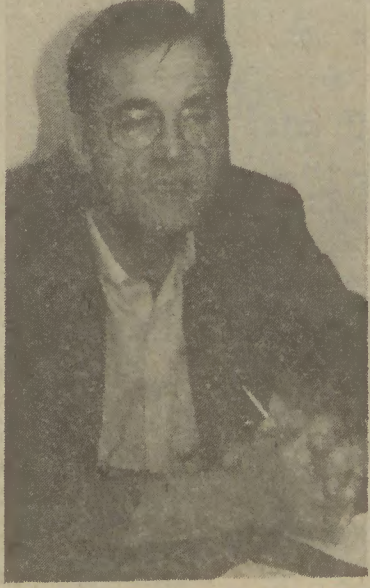
Olivia Ferreira, candidata da CDU à presidência da Câmara Municipal de Matosinhos



Artur Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Matosinhos, candidato da CDU à Assembleia Municipal



Valdemar Madureira, segundo nome da CDU para a CM de Matosinhos



António Graça, cabeça-de-lista CDU para a Assembleia Municipal de Matosinhos



soas. Isso passa também pelos investimentos da Câmara, que dota o sector de verbas ridículas, na ordem dos dois, três por cento, que não renova meios técnicos. Apresentá-mos, de há uns anos a esta parte, propostas globais de actuação, mas isso implicava que houvesse vontade política, uma definição de prioridades, que a Câmara nunca fez.»

Olivia Ferreira foca, ligado a este, um outro problema: a poluição «que grassa no concelho de Matosinhos em diversas vertentes, sem que o município se mostre sensível a tomar medidas para a impedir».

«É a poluição industrial, fruto do crescimento anárquico, uma industrialização sem regras, em que temos situações complicadas como a da fábrica da tripa, a da Petrogal, a da Efanor, os depósitos da Sepsa e da Mobil. É, por outro lado, a poluição das praias e do mar. A própria Câmara é elemento poluidor, uma vez que lança os esgotos em frente ao porto de Leixões. Existe uma central elevatória que canaliza os



Perafita, Ribeira de Joane

faça parar a anarquia existente, é, de há muito, uma questão pela qual os comunistas e os seus aliados se têm batido. Também ele serve para fazer demagogia, em Matosinhos.

«O presidente da Câmara que considerou sempre que o PDM não tinha interesse e arranjou sempre desculpas para fugir à sua necessidade, vem agora apresentar-se como o campeão da luta pelo Plano Director, isto porque há neste momento exigências, até para a possibilidade de acesso a fundos comunitários. Se tivesse ouvido as nossas propostas, em vez de estar, como está, numa fase ainda precoce, poderíamos já beneficiar deste instrumento fundamental para o ordenamento municipal», denuncia António Graça.

## CDU — uma acção de qualidade

Apesar da maioria PS e da ineficácia e comprometimento do PSD

gues. Quanto às pequenas reparações, propusemos, e foi aprovada, a transferência de 20 mil contos para as juntas de freguesia, no sentido de poderem acorrer às necessidades. Mas não foi apenas relativamente às escolas do ensino primário, cuja manutenção cabe às autarquias, que desenvolvemos a nossa acção. No preparatório e secundário, onde detemos a responsabilidade dos transportes, os nossos apoios às crianças carenciadas vão muito além do que a lei prevê e alargámos o subsídio às crianças deficientes.»

Entre as muitas realizações do pelouro, registámos as visitas de estudo, sob o lema «Conhece o teu concelho», que envolveram vinte e quatro mil crianças e seis mil professores, do primário e preparatório, nestes últimos dois anos lectivos.

Valdemar Madureira fez um curto balanço da acção desenvolvida pelos eleitos da CDU nas freguesias, em particular em Custóias, Perafita e S. Mamede de Infesta, em cujas



Matosinhos, praia

esgotos da cidade para a bacia do porto de pesca e, quando há avarias, é junto ao paredão que é feita a descarga. Por outro lado ainda desaguam no nosso mar rios e ribeiras altamente poluídas: o rio Leça, que chega ao concelho já em más condições, situação agravada ao longo do seu percurso em Matosinhos; a Ribeira do Prado, que foi coberta com cimento, para disfarçar, o que não impede que chegue ao oceano com toda a sua sujidade. Consideramos esta uma questão extremamente grave, até porque começa a pôr-se o problema do envenenamento das águas e de se hipotecar o futuro das pescas.

É, ainda, a destruição das zonas verdes, designadamente na zona do Corgo, na freguesia da Lavra, a construção de habitações nas dunas e a consequente destruição de pinheirais que ali existiam. A Quinta da Conceição, um dos locais mais procurados, corre sérios riscos, pela falta de medidas de protecção das espécies arbóreas.

Valdemar Madureira lembra, a propósito da poluição dos cursos de água, o caso da Ribeira de Joane: «Foi a Câmara, por não ter qualquer política de saneamento, que permitiu a sua destruição, pois tem como principais agentes poluidores os próprios esgotos municipais e os de duas empresas, a Tertir e a «Longa Vida», cuja implantação permitiu sem regras mínimas de defesa do ambiente. E se a ribeira foi limpa, embora isso não resolva totalmente o problema, foi-o por acção dos eleitos da CDU em Perafita».

No sentido da resolução destes graves problemas, a CDU aponta em Matosinhos, entre outras medidas, a criação de um Pelouro do Ambiente.

## Abrir as torneiras e ter água

«O que a CDU propõe são coisas simples, coisas triviais, do dia-a-dia, como, por exemplo, poder abrir as torneiras e ter água em quantidade e qualidade», refere ainda Olivia Ferreira, para levantar uma outra questão que preocupa os matosinhenses.

É que também neste aspecto, treze anos de gestão, socialista não deram solução ao abastecimento de água. Aprovaram-se projectos de construção de grande volumetria sem ter em conta esta necessidade básica que é ter água dentro de casa.

«O presidente da Câmara, recorrendo uma vez mais à demagogia, procurou responsabilizar o Porto, cujos SMAS fornecem a água ao nosso concelho, pela situação da falta de água, particularmente no Verão. Mas Matosinhos é que deveria ter tomado medidas a tempo para a criação de infra-estruturas que evitassem a situação que ainda se vive actualmente», denuncia Artur Ribeiro.

António Graça, a propósito de haver, particularmente nas freguesias do norte do concelho, muita população que recorre a poços para resolver o problema, acusa a Câmara de nunca ter lançado uma campanha



Bairro clandestino das Flores, Perafita

de sensibilização ou de ter posto à sua disposição a possibilidade de uma análise bacteriológica das águas.

«O problema da saúde da população de Matosinhos, como de qualquer localidade, passa pela resolução dos problemas básicos de que a água, a rede de esgotos, a poluição são questões fundamentais».

E é, também como médico, que, relacionando este problema com a futura existência de um grande hospital em Matosinhos, de que se vangloria tanto a Câmara PS, lembra que «qualquer sociedade minimamente equilibrada tem de pensar em prevenir que surjam situações de doença e não apenas criar grandes hospitais para resolver problemas já nessa fase. Matosinhos precisa de um hospital, porque o que existe é pequeno e funciona em condições precárias, mas a saúde dos matosinhenses passa também pela resolução de muitos outros problemas».

A falta de uma política de juventude é outra crítica feita à actividade do município.

«As nossas propostas vão no sentido de criar espaços onde os jovens possam conviver, levar a efeito iniciativas, através da instalação de um Conselho Municipal da Juventude que corresponda aos seus principais anseios», refere ainda Olivia Ferreira.

Um Plano Director Municipal, que contenha medidas correctivas e que

com esta política, a CDU tem defendido sempre em Matosinhos uma linha de desenvolvimento harmonioso, combatendo de forma responsável e justificada as obras de fachada. E esta sua posição tem contribuído não poucas vezes para influenciar as decisões, minorando os efeitos duma tal política.

«A Assembleia Municipal já se habituou a ver na CDU uma acção de qualidade, como a força mais capaz de discutir as questões de fundo, atenta aos problemas sociais e laborais, forçando a discussão dos temas mais candentes. Uma acção que pensamos poder ser ainda melhorada no próximo mandato, com o aumento da nossa participação numérica neste importante órgão deliberativo municipal», salienta António Graça.

Um estilo de trabalho diferente foi também introduzido pela CDU na Câmara, no pelouro do Ensino, cuja responsabilidade assumiu no presente mandato, Artur Ribeiro contou-nos a sua experiência:

«Ao contrário do que existia, agora a actividade é feita em conjunto com os professores, os conselhos directivos, as associações de estudantes e de pais. E os resultados estão à vista: reparámos todas as escolas de ensino primário, a todas distribuímos bibliotecas, em todas instalámos telefones. Material didáctico, equipamentos, segundo as necessidades de cada estabelecimento de ensino, foram também entre-

Juntas, «apesar da diversidade de forças políticas representadas, a CDU foi um factor de estabilidade».

«Qualquer destas Juntas tem um dinamismo e um índice de realização que não tem comparação com qualquer das anteriores, de maioria homogénea do PS, caracterizando-se o seu funcionamento por uma ligação muito mais estreita à população e às suas estruturas representativas.»

O trabalho desenvolvido pelos autarcas da CDU permite encarar com confiança os resultados eleitorais. Olivia Ferreira deu-nos essa tônica final decretando o trabalho aberto que conduziu à composição das listas, «as mais dinâmicas e capazes de concretizar o desenvolvimento do concelho nas suas várias vertentes». Listas com forte participação de jovens, «não apenas para figurar, mas com possibilidades de serem eleitos», com uma percentagem de independentes que ultrapassa os 30% na Câmara e os 50% na assembleia municipal, com uma representação significativa de mulheres. Quatro importantes freguesias, das doze, têm à frente elementos independentes.

«É preciso reforçar a voz da CDU na Câmara, alargar a democracia e a abertura da autarquia às populações», afirma Olivia Ferreira.

«Com mais CDU Matosinhos ganha é consigna de esperança e certeza, num presente e num futuro melhores. ■



# Lista Nacional dos candidatos CDU

## Distrito: PORTALEGRE

### ALTER DO CHÃO

CM: Antão de Jesus Lopes Vinagre, 44 anos. Licenciado em História. Vereador. Independente.  
AM: Maria Eugénia Palha Marques, 39 anos. Médica.

### ARRONCHES

CM: Diogo Júlio Cleto Serra, 36 anos. Empregado de escritório. Vereador.  
AM: Manuel Joaquim Charrua Santos, 57 anos. Gerente comercial. Eleito na Assembleia Municipal. Independente.

### AVIS

CM: António Raimundo Bartolomeu, 45 anos. Engenheiro Técnico Agrário. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Joaquim Nuno Pereira da Silva, 47 anos. Consultor. Eleito na Assembleia Municipal. Independente.

### CAMPO MAIOR

CM: Rui Manuel Rosado Vieira, 52 anos. Licenciado em História. Professor do Ensino Secundário.  
AM: Francisco Pereira Chorão, 55 anos. Comerciante. Eleito na Assembleia Municipal.

### CASTELO DE VIDE

CM: Manuel Fernando Synarile de Serpa Soares, 43 anos. Médico. Vereador.  
AM: Rui Ferreira Alves Braz, 35 anos. Médico. Eleito na Assembleia Municipal. Independente.

### CRATO

CM: Manuel António Sanches Ferreira, 40 anos. Trabalhador da Função Pública. Vereador.  
AM: Diogo António Salgueiro Pereira, 39 anos. Técnico de emprego.

### ELVAS

CM: João Manuel Matias Vintém, 33 anos. Trabalhador da Função Pública.  
AM: Manuel Martins Caldes, 55 anos. Operário químico. Actual membro da Assembleia Municipal. Independente.

### FRONTEIRA

CM: Manuel Moita Pereira, 55 anos. Sargento Adjuntado da Força Aérea (na reserva). Independente.  
AM: Fidélio do Rosário Matos Passarinho, 40 anos. 1.º oficial administrativa. Independente.

### GAVIÃO

CM: António Manuel Gonçalves Inácio, 47 anos. Engenheiro Técnico Agrário.  
AM: Alberto Paisana Faria, 43 anos. empregado bancário. Membro da Intervenção Democrática.

### MARVÃO

CM: José Caldeira Martins, 38 anos. Médico Veterinário. Independente.  
AM: Custódio José de Cáceres Marques, 35 anos. Professor.

### MONFORTE

CM: José Fernando Amancio Lagem, 37 anos. Trabalhador da Função Pública. Foi cabeça de lista e presidente da Junta de Freguesia de Monforte pelo PS. Independente.  
AM: Daniel José da Silva Pereira Balbino, 35 anos. Professor. Ensino Primário. Membro da Assembleia Municipal de Arronches.

### NISA

CM: José Manuel Semedo Basso, 34 anos. Médico. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Arménio Pina Morais de Almeida, 45 anos. Médico. Independente.

### PONTE DE SOR

CM: José Abelho Amante, 43 anos. Engenheiro Técnico Agrário. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Francisco Luis Garcia, 47 anos. Técnico dos CTT. Eleito na Assembleia Municipal.

### PORTALEGRE

CM: Adriano Mourato Capote, 39 anos. Professor. Eleito na Assembleia Municipal. Independente.  
AM: Casimiro Piedade Meneses, 45 anos. Médico.

### SOUSEL

CM: Lourenço Amâncio Fonseca Varela, 38 anos. Técnico de contas. Eleito (1.º Secretário) da Assembleia Municipal de Estremoz.  
AM: António José Mendes Justo, 38 anos. Operário agrícola. Eleito na Assembleia Municipal.

## Distrito: PORTO

### AMARANTE

CM: Rolando Torgo, 56 anos. Arquitecto.  
AM: António Simões, 37 anos. Médico. Independente.

### BAIÃO

CM: José Ramos, 28 anos. Advogado.  
AM: Manuel Rodrigues, 39 anos. Empregado de escritório.

### FELGUEIRAS

CM: José Lemos Martins, 50 anos. Electrotécnico dos CTT/TLP.  
AM: António Peres, 39 anos. Professor. Membro da Ass. Municipal.

### GONDOMAR

CM: Joaquim Viana, 39 anos. Técnico de electricidade e electrónica. Presidente da Junta de Freguesia da Lomba. Membro da Assembleia Municipal. Coordenador do SITEN.

AM: Armando Pimenta, 47 anos. Delegado de propaganda médica. Vereador.

### LOUSADA

CM: José Calçada, 43 anos. Inspector do Ensino.  
AM: Maria Arminda Monteiro, 42 anos. Professora. Independente.

### MAIA

CM: Serafim Nunes, 35 anos. Economista. Vereador.  
AM: Henrique Lemos, 45 anos. Técnico. Actual eleito na Assembleia Municipal.

### MATOSINHOS

CM: Olívia Ferreira, 43 anos. Economista. Técnica da União dos Sindicatos do Porto. Membro da Assembleia Municipal.  
AM: António Graça, 46 anos. Cirurgião cardiotorácico. Membro da Assembleia Municipal.

### PAÇOS DE FERREIRA

CM: Emílio Ribeiro, 34 anos. Director Comercial de empresa. Dirigente do FC de Freamunde.  
AM: Alvaro Neto, 41 anos. Advogado.

### PAREDES

CM: Rui Leal, 44 anos. Empregado bancário.  
AM: Alvaro Pinto, 33 anos. Ferroviano da CP. Membro da Assembleia de Freguesia de Parada de Toudela. Presidente do FC de Parada. Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa da Água.

### PENAFIEL

CM: Alberto Simões, 34 anos. Professor. Vice-Presidente da Direcção do FC de Penafiel. Independente.  
AM: Mário Brandão, 52 anos. Tenente-Coronel. Vice-Presidente da Delegação do Porto da «Associação 25 de Abril». Independente.

### PORTO

CM: Luís Oliveira Dias, 53 anos. Engenheiro. Vereador.  
AM: Raul de Castro, 68 anos. Advogado. Deputado à Assembleia da República. Vice-Presidente da Associação «Intervenção Democrática».

### POVOA DE VARZIM

CM: João Trocado, 39 anos. Advogado.  
AM: António Cancela, 58 anos. Notário.

### SANTO TIRSO

CM: Avelino Gonçalves, 50 anos. Empregado bancário. Membro da Assembleia Municipal.  
AM: Bernardino Neto, 47 anos. Economista e Professor. Membro da Assembleia Municipal. Independente.

### VALONGO

CM: Maria Eduarda Vieira Ferreira, 40 anos. Professora. Vereadora.  
AM: José Viegas, 46 anos. Bancário. Membro da Assembleia Municipal.

### VILA DO CONDE

CM: Castro Peniche, 46 anos. Empregado de escritório. Membro da Direcção da Federação do Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.  
AM: Apolónio Reis Pereira, 72 anos. Tenente-Coronel. Independente.

### VILA NOVA DE GAIA

CM: Ilda Figueiredo, 40 anos. Economista. Deputada à Assembleia da República. Vereadora.  
AM: Alberto Andrade, 61 anos. Bancário. Independente.

## Distrito: SANTARÉM

### ABRANTES

CM: Luís Carlos Martins Peixoto, 34 anos. Médico.  
AM: José Joaquim B. R. Vasco, 65 anos. Médico. Independente.

### ALCANENA

CM: Frederico Óscar Gouveia Calado Nunes, 40 anos. Professor.  
AM: Adelino Martins Gaião, 41 anos. Técnico de vendas.

### ALMEIRIM

CM: Gabriel Francisco Leonel Duarte, 37 anos. Técnico tributário. Actual vereador. Independente.  
AM: José Manuel Bento Sampaio, 44 anos. Médico. Membro da A. Municipal.

### ALPIARÇA

CM: Armindo Gaspar Pinhão, 36 anos. Licenciado em gestão de empresas. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Fernando Loureiro, 56 anos. Comerciante. Presidente da A. Municipal.

### BENAVENTE

CM: António José Ganhão, 44 anos. Professor. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Luís Martins, 40 anos. Economista. Independente. Membro da A. Municipal.

### CARTAXO

CM: Helder Travado, 60 anos. Professor.  
AM: António dos Santos da Silva, 52 anos. Professor. Independente.

### CHAMUSCA

CM: Sérgio Conceição Carrinho, 40 anos. Empregado de escritório. Actual Presidente da Câmara Municipal. Independente.  
AM: Carlos Cordeiro Pereira, 76 anos. Veterinário. Independente. Presidente da AM.

### CONSTÂNCIA

CM: António Santos Mendes, 39 anos. Electricista. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Ernesto da Costa Mendes, 47 anos. Presidente da A. Municipal.

### CORUCHE

CM: Manuel Azevedo Brandão, 39 anos. Técnico de animação cultural.  
AM: Valério Capaz, 39 anos. Médico. Independente.

### ENTRONCAMENTO

CM: Henrique dos Reis Leal, 35 anos. Professor. Actual vereador.  
AM: Mário Eugénio Duarte, 36 anos. Engenheiro. Independente. Membro da A. Municipal.

### FERREIRA DO ZÉZERE

CM: Fernando Godinho, 46 anos. Bancário.  
AM: Eduardo Mota, 56 anos. Técnico de Farmácia. Independente.

### GOLEGÃ

CM: Manuel Madeira, 30 anos. Professor. Independente.  
AM: Vítor Galrinho, 42 anos. Técnico de vendas. Independente.

### MAÇÃO

CM: Fernando Torres, 67 anos. Arquitecto. Independente.  
AM: Carlos Filipe, 44 anos. Engenheiro técnico agrícola. Independente.

### OUREM

CM: Isabel Espada Lourenço, 42 anos. Tradutora.  
AM: Sérgio Ribeiro, 53 anos. Economista. Prof. universitário. Deputado na AR.

### RIO MAIOR

CM: Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, 31 anos. Professor.  
AM: Artur Gonçalves Figueiredo, 27 anos. Projectista. Independente.

### SALVATERRA DE MAGOS

CM: Francisco Madelino, 26 anos. Economista. Independente.  
AM: Maria Manuela Almeida Gonçalves, 45 anos. Professora. Independente. Vereadora.

### SANTARÉM

CM: Manuel Tanora Gonçalves, 47 anos. Professor do ensino secundário. Vereador.

### SARDOAL

CM: José António Martins Leitão, 50 anos. Advogado. Independente.  
AM: José Ambrósio, 56 anos. Bancário. Independente.

AM: Júlio Miguel, 36 anos. Bancário. Independente.

### TOMAR

CM: António Rosa Dias, 46 anos. Professor. Vereador. Independente.  
AM: João Simões, 42 anos. Advogado. Actual vogal na Assembleia Municipal. Independente.

### TORRES NOVAS

CM: António Antunes Canais, 54 anos. Programador de fabrico. Actual vogal na Assembleia Municipal.  
AM: Carlos Trincão Marques, 45 anos. Advogado. Membro da A. Municipal.

### VILA NOVA DA BARQUINHA

CM: João Filipe Ricardo, 36 anos. Empregado de escritório.  
AM: José Manuel Imaginário, 31 anos. Ferroviano. Independente.

## Distrito: SETÚBAL

### ALCÁCER DO SAL

CM: Graciete Santos Balão, 42 anos. Enfermeira. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Rui Oliveira, 32 anos. Médico. Dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

### ALCOCHETE

CM: Miguel Boeiro, 42 anos. Contabilista. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: António Rodrigues, 60 anos. Capitão do Exército. Reformado. Independente.

### ALMADA

CM: Maria Emília Sousa, 44 anos. Bancária. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: José Manuel Maia Almeida, 44 anos. Secretário. Vice-Presidente da Assembleia da República. Actual Presidente da Assembleia Municipal.

### BARREIRO

CM: Pedro Canário, 38 anos. Director comercial. Membro da Assembleia Municipal.  
AM: Helder Madeira, 50 anos. Empregado de escritório. Actual Presidente da Câmara Municipal.

### GRÂNDOLA

CM: Cândido Matos Gago, 45 anos. Professor do Ensino Secundário. Membro da Junta de Freguesia de Carnaxide. Membro da Comissão Administrativa da Associação de Municípios do Litoral Alentejano.  
AM: António Figueira Mendes, 46 anos. Empregado de escritório. Presidente da Câmara Municipal.

### MOITA

CM: José Lopes Pereira, 49 anos. Empregado bancário. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: Fernanda Gaspar, 32 anos. Advogada. Vereadora.

### MONTIJO

CM: José Rocha Caria, 37 anos. Comerciante. Vereador.  
AM: Sérgio Pinto, 40 anos. Professor do Ensino Secundário. Vereador.

### PALMELA

CM: Carlos Pezinho, 48 anos. Industrial. Vereador.  
AM: Vítor Borrego, 46 anos. Desenhador projectista.

### SANTIAGO DO CACÉM

CM: Ramiro Beja, 46 anos. Motorista da RN. Vereador. Independente.  
AM: Sérgio Batista Brito, 34 anos. Professor. Presidente da Assembleia Municipal.

### SEIXAL

CM: Eufrázido Filipe, 41 anos. Gestor de Recursos Humanos. Presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal. Actual Presidente da Câmara Municipal.

AM: Joaquim Reis Oliveira, 52 anos. Bancário. Presidente da Assembleia Municipal.

### SESIMBRA

CM: Ezequiel Lino, 46 anos. Bancário. Actual Presidente da Câmara Municipal.

AM: Conceição Morais, 40 anos. Empregada de escritório. Presidente da Assembleia Municipal.

CM: Odete Santos, 47 anos. Advogada. Deputada.

CM: Odete Santos, 47 anos. Advogada. Deputada.

AM: Marques Júnior, 43 anos. Major do Exército na Reserva.

### SINES

CM: Francisco M. P. O. Pacheco, 42 anos. Bancário. Actual Presidente da Câmara Municipal.  
AM: José Vilhena, 49 anos. Carpinteiro. Membro da Assembleia Municipal.

## Distrito: VIANA DO CASTELO

### ARCOS DE VALDEVEZ

CM: António Costa Amorim, 36 anos. Professor do Ensino Básico.  
AM: António Alves de Melo Machado, 60 anos. Professor do Ensino Básico.

### CAMINHA

CM: Manuel Lopes Afonso, 48 anos. Professor do Ensino Secundário. Independente.  
AM: José Manuel Nogueira Gil, 44 anos. Inspector do Ensino Secundário. Licenciado em Filosofia Românica. Director da Revista «Mea Libria».

### MELGAÇO

CM: Horácio dos Santos Lima, 48 anos. Bancário. Membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Melgaço.  
AM: Horácio dos Santos Lima, 48 anos. Bancário. Membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Melgaço.

### MONÇÃO

CM: António Manuel Fão da Pena, 41 anos. Técnico de análises clínicas.  
AM: Carlos Barbeitos, 47 anos. Advogado.

### PAREDES DE COURA

CM: Diamantino da Cunha Fernandes, 56 anos. Reformado. Chefe de Redacção do Jornal «O Coura». Independente.

AM: José Cândido de Araújo Ribeiro, 43 anos. Professor do Ensino Básico. Independente.

### PONTE DA BARCA

CM: João António Cunha Lobo, 51 anos. Bancário.  
AM: Abel de Amorim e Silva, 32 anos. Professor.

### PONTE DE LIMA

CM: Cândido Gonçalves Monteiro, 56 anos. Trabalhador da Função Pública. Independente.  
AM: Abílio Viletas Duarte Lourenço, 37 anos. Professor de Educação Física.

### VALENÇA

CM: José Barbosa Pires, 62 anos. Guarda Fiscal. Reformado. Secretário da Mesa da Assembleia do Clube Valenciano.  
AM: Daniel Barros Meirim, 36 anos. Canalizador.

### VIANA DO CASTELO

CM: Maurício de Sousa, 45 anos. Inspector do Ensino Básico. Vereador.  
AM: António Gonçalves da Silva, 50 anos. Inspector do Ensino Básico.

### VILA NOVA DE CERVEIRA

CM: José Vicente de Sousa, 44 anos. Comerciante. Membro da Assembleia Municipal. Membro da Direcção da Associação de Industriais e Comerciantes do Alto Tâmega.

### VILA REAL

CM: Virgílio Cardoso Alves, 40 anos. Professor Assistente da Universidade de Trás-os-Montes. Engenheiro Zootécnico.

### Distrito: VISEU

CM: João Nuno Sousa, 38 anos. Gerente comercial. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar. Membro da Direcção do Infantário Paroquial de Vila Pouca de Aguiar.

AM: José Vicente de Sousa, 44 anos. Comerciante. Membro da Assembleia Municipal. Membro da Direcção da Associação de Industriais e Comerciantes do Alto Tâmega.

AM: Zeferino Castro, 37 anos. Factor da CP. Delegado sindical.

### Distrito: VILA REAL

CM: José Lopes Pereira, 49 anos. Empregado bancário. Actual Presidente da Câmara Municipal.

AM: Fernanda Gaspar, 32 anos. Advogada. Vereadora.

Concluimos neste número a publicação dos primeiros candidatos da Coligação Democrática Unitária às câmaras e assembleias municipais. Embora fiquem de fora milhares de nomes dos restantes candidatos, a divulgação desta lista permite dar a conhecer os traços fundamentais das candidaturas CDU.

AM: José António Saraiva Brinquete, 35 anos. Empregado de escritório.

### MANGUALDE

CM: António Diogo Campos, 71 anos. Técnico de contas. Independente.  
AM: Maria Teresa Almeida Cruz, 49 anos. Professora do Ensino secundário. Membro da Assembleia Municipal.

### MOIMENTA DA BEIRA

CM: Amadeu Baptista Ferro, 43 anos. Médico veterinário. Membro da Intervenção Democrática.  
AM: José Eduardo Rodrigues, 38 anos. Técnico de contas. Independente.

### MORTAGUA

CM: Alcides David Almeida Lopes, 52 anos. Comerciante.  
AM: Martinho Ferreira da Silva Quintela, 45 anos. Advogado.

### NELAS

CM: Manuel Pereira, 35 anos. Encarregado de exploração agrícola. Presidente da JF de Santar.  
AM: Orlando dos Santos Pereira, 39 anos. Operário químico. Membro da Assembleia Municipal.

### OLIVEIRA DE FRADES

CM: João Silva Bastos, 34 anos. Advogado.  
AM: Francisco Ferreira da Silva, 40 anos. Advogado.

### PENALVA DO CASTELO

CM: Júlia Alves, 26 anos. Advogada.  
AM: Cardoso Gomes, 42 anos. Empregado de escritório.

### PENEDONO

CM: Afonso José Marques Louro, 32 anos. Estudante universitário.  
AM: Orlando Timóteo Rodrigues, 37 anos. Professor. Presidente do Conselho Directivo da Escola C+S de Penedono.

### RESENDE

CM: Joaquim Tomás António Borges, 41 anos. Advogado. Independente.  
AM: António José de Avelos, 37 anos. Trabalhador da função pública.

### SANTA COMBA DÃO

CM: José Ferreira Pinto, 45 anos. Empresário. Independente.  
AM: António Manuel de Sousa Guedes, 32 anos. Professor. Independente.

### SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

CM: António Luis Vieira da Silva, 33 anos. Trabalhador da função pública.  
AM: António Augusto Anunciação, 73 anos. Alfaiate.

### SÃO PEDRO DO SUL

CM: João de Lima Pinheiro, 34 anos. Professor. Independente. Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de São Pedro do Sul.  
AM: José Carlos Chã de Almeida, 41 anos. Empregado bancário. Independente.

### SATÃO

CM: Maria Pacheco, 38 anos. Empregada de escritório.  
AM: Maria Pacheco, 38 anos. Empregada de escritório.

### SERNANCELHE



# Governo não quer esclarecer FRAUDES

## do Fundo Social Europeu

**O**s portugueses habituaram-se, nos últimos anos, a ouvir falar do Fundo Social Europeu. Primeiro como uma espécie de varinha de condão ou de «abre-te Sésamo» destinado a resolver alguns dos mais momentosos problemas nacionais; depois, como o «conto do vigário» para muitos e o «saco azul» para uns quantos. A imprensa pegou - mas não muito - no assunto. No ar andam os fumos da corrupção e em paradeiro incerto uns quantos milhões de contos.

O PSD, em relação a esta matéria, não se tem limitado aos tradicionais desmentidos e silenciamentos comuns a todos os casos escandalosos envolvendo membros do Governo, da maioria parlamentar e afins. Empenhou-se, sem rebuços, na obstaculização das actividades da Comissão Eventual de Inquérito «sobre as formas de que se revestiram o lançamento e o desenvolvimento de iniciativas susceptíveis de comparticipação do Fundo Social Europeu».

Os deputados comunistas Ilda Figueiredo e António Filipe, que integraram a referida Comissão de Inquérito, têm sobejas provas do empenho do PSD em impedir o apuramento dos factos. Delas deram conta na Assembleia da República, mas é urgente que a opinião pública seja informada também.

É o que o «Avante!» se propõe fazer.

Para atingir os objectivos do inquérito impunha-se, naturalmente, o acesso aos documentos considerados essenciais, o seu envio à Comissão e a audiência das principais entidades intervenientes no processo.

Não o entendeu assim o PSD, que tudo fez para impedir, através do voto, que a Comissão ouvisse algumas entidades envolvidas; impondo o encerramento dos trabalhos da comissão antes da entrega de documentos fundamentais e, como de costume, dar por concluído o inquérito através de um pseudo-relatório da autoria de um dos seus deputados.

### Alguns factos

Em 6 de Julho último, o jurista Pinto da Cruz, que dava apoio à comissão, fazia o ponto da situação lembrando que «na reunião de 31 de Janeiro de 1989, em que estiveram presentes o sr. ministro Silva Penad e o sr. secretário de Estado Bagão Félix, a sra. deputada Ilda Figueiredo solicitou todos os elementos (...) nomeadamente a identificação dos dados de facto referentes a todos os projectos candidatos e aos projectos beneficiários do Fundo Social Europeu, bem como listas com os seguintes elementos: as entidades que apresentaram projectos, quais as que foram contempladas, o que pretendiam, que verbas abrangiam e que verbas foram atribuídas».

O sr. ministro prontificou-se a enviar tal documentação, mas **nunca chegou à Comissão.**

O mesmo sucedeu com outros documentos pedidos, tais como a lista com os dados identificados dos processos enviados para a Polícia Judiciária, a lista das candidaturas apresentadas e aceites, os relatórios anuais do Departamento para os assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), apesar de todos os pedidos terem sido reafirmados pela Comissão em ofício datado de 7 de Julho. Apenas foram recebidos relatórios do DAFSE e do IEFP referentes ao ano 1987.

Acresce ainda que na reunião de 7 de Março deste ano foi solicitado ao sr. Procurador Adjunto responsável

pela sindicância ao DAFSE o relatório intercalar que então se encontrava praticamente concluído. Esse documento, insistentemente pedido ao ministro do Emprego e Segurança Social, também nunca foi enviado à comissão.

Mais tarde, numa reunião realizada em 2 de Maio com a presença da actual directora-geral do DAFSE, pediram-se informações sobre o valor das verbas relativas a processos com despacho favorável e os que aguardavam decisão, bem como os relatórios das auditorias efectuadas pelo IEFP, pelos «técnicos de Bruxelas» e pela Inspeção Geral de Finanças.

Nenhum daqueles documentos foi enviado à Comissão.

Ainda em Maio, na reunião do dia 9 em que prestou depoimento o Inspector de Polícia Judiciária, Ferreira Leite, o deputado João Cravinho requereu a indicação dos processos por anos de exercício (86,87 e 88) bem como os relatórios da Polícia Judiciária.

Não obteve resposta.

Importa também referir que a Comissão recebeu relatórios «de campanha» relativos a 1986 e 1987, elaborados pela Inspeção Geral de Finanças. Acontece porém que esses relatórios não estavam acompanhados dos respectivos anexos, para os quais os textos remetem abundantemente, o que, como é óbvio, impede a sua cabal compreensão. Por outro lado, não foram enviados, como solicitado, quaisquer relatórios relativos às auditorias da Inspeção Geral de Finanças.

### Duas ligações

Para os deputados comunistas, do que ficou exposto é forçoso extrair duas ligações:

Em primeiro lugar, a falta de colaboração (incurrendo manifestamente em violação da lei) por parte

do Governo, e designadamente do ministro do Emprego e Segurança Social, com a comissão de Inquérito.

Em segundo lugar, a impossibilidade de, não tendo acesso a documentos decisivos nesta matéria, a Comissão de Inquérito se poder pronunciar em termos definitivos com um mínimo de rigor e seriedade.

Não basta, naturalmente, que o Governo diga que os problemas detectados neste âmbito são meramente pontuais.

Como afirmou a semana passada o deputado comunista António Filipe, não é possível negar que os serviços do DAFSE, criado em 1983,



● Dos 140 milhões de contos que o Fundo Social Europeu disponibilizou para Portugal entre 1986 e 1988, apenas cerca de 80 milhões de contos foram utilizados.

● Uma parte dos 60 milhões de contos que Portugal perdeu (cerca de um terço), deve-se a irregularidades e fraudes detectadas após o envio dos processos de candidatura para Bruxelas.







● «Solicito que a Comissão me marque nova audição antes do encerramento dos trabalhos já que possuo provas materiais que desmentem declarações prestadas por outras pessoas e de que tive conhecimento pelos jornais. Sem esta nova audição julgo que dificilmente poderá o relatório final ser isento por não respeitar o princípio do contraditório» — pedido de audiência feito pelo ex-Director-Geral do DAFSE, Joaquim Pinto Coelho, em 26 de Julho de 1989.

— O PSD recusou o pedido de audiência.

● «Os elementos que a Inspeção detém sobre o assunto (controlo técnico-pedagógico) não são elementos que esgotem a matéria e, portanto, penso que seria mais correcto que fosse o próprio Instituto do Emprego e Formação Profissional a dar essa indicação» — declaração de Nunes da Silva (IGF) em 16 de Julho de 1989.

— O PSD impediu os responsáveis do IEF e o ministro do Emprego de prestarem tais informações.



«primaram pela desorganização, pela ausência de meios, pela inexistência de controlo técnico-pedagógico das acções desenvolvidas, pela debilidade do sistema de apreciação de candidaturas e de dossiers de saldo, pela ausência de acção fiscalizadora sobre as entidades beneficiárias dos fundos».

Tal como não é possível negar que dos 140 milhões de contos que o FSE disponibilizou para Portugal entre 1986 e 1988, apenas 57 por cento foram de facto utilizados.

É só mesmo o governo se atreve a classificar de «pontuais» os 194 inquéritos que em Maio deste ano se encontravam pendentes na Polícia Judiciária, envolvendo 12,5 milhões de contos, quando já estavam concluídos 75 inquéritos, dos quais 54 foram para o Ministério Público com proposta de acusação, envolvendo mais de 1,5 milhões de contos, o que totaliza mais de 14 milhões de contos.

## Juiz em causa própria

Só mesmo o Governo, com a sua apetência para ser juiz em causa própria, se atreve a considerar irrelevante declarações como as do Inspector da Polícia Judiciária, Ferreira Leite, segundo as quais dos casos investigados pela PJ, 72 por cento foram para acusação e apenas 28 por cento arquivados.

Ou ainda considerar de somenos importância que o Inspector Geral de Finanças, Nunes da Silva, tenha declarado que das 93 entidades que a IGF analisou durante 1988, foram enviadas à PJ 34 processos, ou seja, 36,5 por cento, o que é manifestamente um índice muito elevado.

Para o governo PSD/Cavaco Sil-

# De que tem medo o Governo?

desvio de verbas do Fundo Social Europeu destinadas a acções de formação é já um escândalo nacional que o Governo procura a todo o custo minimizar. O assunto esteve de novo em foco no final do mês de Outubro, na Assembleia da

República, onde o PCP tomou a iniciativa de entregar um projecto de resolução que visa prorrogar por mais três meses os trabalhos da Comissão de inquérito sobre a matéria de modo a que seja possível aprofundar as investigações iniciadas, debater seriamente as conclusões a extrair delas, colmatar as lacunas e omissões no relatório imposto pelo PSD.

Na ocasião, o Ministro do Emprego e Segurança Social encarregue de abonar a «boa fé» do Governo, não teve pejo em afirmar que foi o Executivo quem, em primeiro lugar, despoletou o processo de investigação das irregularidades do FSE, ao pedir, em 8 de Outubro de 1987 (após a cessação de funções nesta área do Ministro Mira Amaral), a intervenção da Polícia Judiciária e iniciar um processo de sindicância ao Departamento dos Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE).

Ou o ministro tem muita falta de memória ou então decidiu enveredar pela mentira descarada.

Vejamos:

Sete meses antes daquela data, em 27 de Fevereiro de 1987, a imprensa diária publicava declarações do Vice-presidente da Associação Portuguesa de Manutenção Industrial denunciando o decurso de ac-

ções de formação profissional fora das normas; na mesma altura, a União dos Sindicatos de Leiria denunciava igualmente a utilização abusiva dos fundos do FSE, por empresários sem escrúpulos.

Quatro meses antes, o «Diário de Notícias» de 22 de Junho noticiava a existência de cursos fantasmas de formação profissional e denúncias nesse sentido feitas pela União dos Sindicatos de Coimbra.

Dois meses antes, dois formandos de Caminha que frequentavam um curso de carpintaria enviaram uma exposição ao DAFSE denunciando anomalias e pedindo um rigoroso inquérito.

Exemplos que, sem serem exaustivos, deixam claro como o Governo tardou em reagir a uma situação escandalosa que a opinião pública cedo denunciou.

No entanto, o curioso é que, dois

anos depois da abertura da sindicância ao DAFSE (iniciativa governamental) e mais de sete meses passados sobre a conclusão do respectivo relatório intercalar, as suas conclusões continuam por divulgar, tendo mesmo sido negadas à Comissão Parlamentar de Inquérito.

A pergunta é legítima: De que tem medo o Governo?

Na Assembleia da República, a primeira reacção da maioria foi de tentar impedir a realização de um inquérito ao Fundo Social Europeu; a segunda, foi de dificultá-lo; a terceira, de impedir a sua conclusão, através da apresentação precipitada de um pseudo-relatório.

Na verdade, a Comissão de Inquérito foi impedida de fazer o seu trabalho. O inquérito não foi concluído.

O Governo e a maioria PSD na Assembleia da República podem estar ou dizer-se «satisfeitos» com as investigações, mas o mesmo não sucede com a opinião pública.

Em causa está muito mais do que o desvio de avultadas verbas. Em causa estão as expectativas de milhares de jovens que acreditaram nos cursos de formação, estão as próprias possibilidades de desenvolvimento do país a serem desbaratadas, está a responsabilidade do Governo e sua incapacidade na defesa dos interesses nacionais.

va, não parece ter qualquer gravidade que o Procurador Geral Adjunto tenha afirmado que «as irregularidades que se encontram no FSE são muito grandes», salientando ao mesmo tempo que «há ligações um pouco difíceis de compreender entre alguns funcionários do departamento e alguns núcleos: ligações a gabinetes que foram veículos de transmissão de candidaturas e pessoas que, ou têm laços familiares, ou em que os contactos feitos por empresas que querem aceder aos fundos dizem que foram contactadas por um funcionário do departamento mas associam esse funcionário, não ao departamento, mas a um determinado gabinete».

Também não parece causar estranheza ao Governo que relatórios da Inspeção Geral de Finanças afirmem que «constatou-se a constituição de empresas privadas, na generalidade em situação irregular perante a administração fiscal, sem que possuíssem estrutura humana e/ou material que lhes permitisse prestar os serviços facturados a entidades promotoras de acções; as entidades constituídas, de um modo geral integradas em grupos económicos, tinham em vista emitir documentos para justificação de despesas a apresentar nos dossiers de pedido de pagamento de saldo».

Nem mesmo preocupa o governo que no mesmo relatório da IGF se diga claramente que «do conjunto de exames realizados às contas de entidades com ligações entre si constatou-se, em alguns casos, a facturação cruzada e a consequente apresentação de despesas ilegíveis sem que correspondam a efectivas operações realizadas».

Numa palavra, as irregularidades e fraudes existem e o Governo está a ser conivente com quem as pratica, quanto mais não seja ao impedir o seu total apuramento e ao não tomar as medidas necessárias para evitar a sua continuação. ■



# Apoios a Portugal

## aprovados no Parlamento Europeu por iniciativa dos comunistas

**A** última sessão de Outubro do plenário do Parlamento Europeu — dominada pelos debates sobre a União Económica e Monetária e a aprovação em primeira leitura do Orçamento para 1990 — saldou-se pela tomada de uma série de medidas de particular interesse para Portugal, resultantes da iniciativa dos deputados do PCP. Os camaradas Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, que integram o Grupo Coligação de Esquerda, viram aprovadas pelo plenário do PE algumas das alterações orçamentais que haviam proposto, designadamente o aumento das dotações para prevenção de incêndios florestais, controlo e vigilância de águas marítimas, adaptação e modernização do sector pesqueiro, infra-estruturas de transportes e acções no âmbito do turismo. De salientar ainda a aprovação da manutenção de uma linha de orçamento autónoma para os estudos de conservação do património em Lisboa e Palermo, igualmente da iniciativa dos comunistas portugueses.

Ao contrário do que sucedeu com as propostas apresentadas no plenário pelos deputados do PSD e do PS — todas rejeitadas — as propostas dos comunistas haviam sido já adoptadas pela Comissão Parlamentar dos Orçamentos, de resto o procedimento correcto para o tratamento destas questões, e que embora mais trabalhoso dá mais garantias de sucesso. Um «pormenor» fundamental quando o que está em jogo é a defesa de interesses nacionais.

Mas os comunistas portugueses têm ainda outros motivos para se sentir satisfeitos com o resultado do seu trabalho no Parlamento Europeu. Por iniciativa de Carlos Carvalhas, o PE aprovou «a redução das

elas vão estimular o investimento criador de empregos ou, pelo contrário, favorecer a especulação financeira.

Na opinião de Carlos Carvalhas, sobejam motivos para dúvidas de que o novo sistema «aligeire a burocracia, nomeadamente nas pequenas e médias empresas», com a agravante de não estarem garantidos os mecanismos de combate à fraude, quer em relação aos circuitos clandestinos, quer em relação às falsas facturas.

Daí a necessidade, defendida pela Coligação de Esquerda e outros grupos do PE, de reforçar os poderes do Parlamento Europeu, nomeadamente à custa da toda po-

ração e aos trabalhos da conferência, através de um processo *ad-hoc* a definir», e exprime o desejo de que os trabalhos preparatórios avancem rapidamente incluindo nos debates não apenas as questões da UEM, mas também «modificações institucionais destinadas a acelerar a adopção de políticas e de medidas sociais e ambientais capazes de compensar o défice democrático».

Sublinha-se que o Parlamento considera que a UEM deve ter como objectivo último o pleno emprego, um crescimento efectivo e uma repartição mais equitativa das fontes e dos rendimentos, cabendo à Comissão apresentar propostas nesse sentido, e ao Conselho tomar as medidas necessárias para reforçar a coesão económica da Comunidade.

Por outro lado, defende a necessidade de ajuste mútuos e complementares entre as economias dos Estados membros mais débeis e os mais fortes e sublinha, entre outras coisas, que os países onde a realização do mercado interno terá efeitos mais positivos «devem concretizar a sua solidariedade (com os outros), em particular através da utilização dos fundos estruturais».

Entre as boas intenções e os actos pode mediar uma grande diferença. Os deputados do PCP que integram a Coligação de Esquerda, conscientes desse facto, têm insistentemente alertado para que «as experiências mostram que as Uniões Económicas e Monetárias entre regiões com diferentes estádios de desenvolvimento tendem a agravar as disparidades estruturais, regionais e sectoriais, nomeadamente quando repousam sobre os mitos e os dogmas do liberalismo e do neoliberalismo».

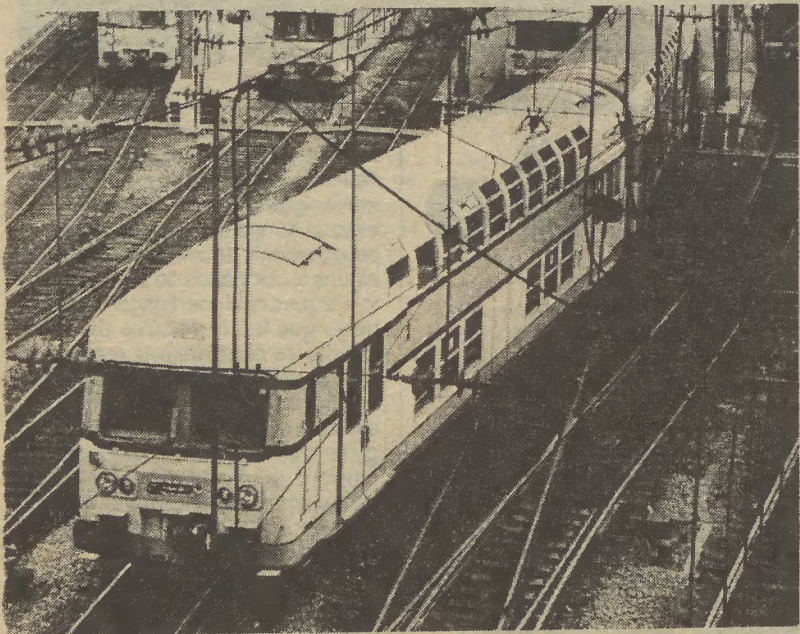
Segundo o camarada Carlos Carvalhas, ao intervir no debate sobre a UEM, «o que está em causa é de facto a convergência real das economias, a modernização dos aparelhos produtivos, os investimentos criadores de empregos, a coesão económica e social».

Para aquele deputado, a UEM implica necessariamente a aproximação significativa das taxas de inflação em relação à média comunitária, a redução substancial dos défices públicos e a redução e o controlo consolidado dos défices externos.

O que significa, evidentemente, que para além da cooperação de políticos urge reforçar as políticas regionais e estruturais comunitárias e o seu alargamento a áreas fundamentais como a educação, a saúde e a habitação.

O que, por seu turno, exige meios e instrumentos extraordinários e a criação de novos sistemas de cofinanciamento comunitário.

No caso de países como Portugal, com elevadas dívidas públicas, coloca-se ainda com maior acuidade a necessidade de uma «elevação do grau de comparticipação dos fundos



taxas de IVA para os bens culturais e a sua dispensa para os livros e a imprensa escrita», princípio que deve ser «extensivo em relação aos bens de primeira necessidade».

O deputado comunista fez a defesa da sua proposta ao intervir no debate sobre a harmonização da fiscalidade indirecta da Comunidade, salientando que «a questão que se coloca é a de saber em que sentido se orienta o sistema fiscal e qual é, no fundo, o papel do Parlamento Europeu». A propósito, questionou se «a Comissão tem alguns estudos sobre as consequências previsíveis das suas propostas sobre os orçamentos dos Estados membros, nomeadamente sobre os orçamentos dos países de economia mais débil, como é o caso de Portugal».

No centro dos debates sobre esta matéria esteve, naturalmente, a situação resultante da supressão das fronteiras fiscais e as consequências das propostas da Comissão no respeito à fuga de capitais, com a momentosa questão de saber se

derosa Comissão, bem como «a imperiosa intervenção dos trabalhadores e dos sindicatos se se quiser dar seriedade à justiça fiscal e à coesão económica e social».

### **União Económica e Monetária ameaça coesão económica e social**

O plenário do Parlamento adoptou uma resolução da sua comissão económica e monetária onde se afirma que a Cimeira de Estrasburgo deve convocar a conferência intergovernamental sobre a UEM, de molde a que esta se realize o mais tardar até ao segundo semestre de 1990. A resolução considera que «para representar os interesses gerais dos cidadãos europeus, o Parlamento deve ser associado à prepa-

Por proposta dos deputados do PCP o Parlamento aprovou o aumento das dotações orçamentais para vários sectores de interesse nacional





# Mel na Comunidade azedada apicultores

estruturais, quer em relação ao máximo teórico, quer em relação ao médio efectivo».

A pertinência deste alerta é confirmada pelo facto de a dívida pública portuguesa ser elevadíssima, atingindo quase o valor do Produto Interno Bruto do país, o que é agravado ainda pelos aumentos dos défices orçamentais pela via da comparticipação nacional na absorção dos fundos comunitários. Refira-se que, para 1990, se prevê que o défice do Orçamento do Estado português seja agravado em 43,3 milhões de contos, pela participação dos fundos da CEE.

Face a esta situação — e apesar das declarações optimistas de alguns sectores — importa prosseguir a batalha para que a política monetária e económica comum tenha capacidade para dar resposta em primeiro lugar à concretização do princípio da coesão económica e social, como defendem os deputados da Coligação de Esquerda.



E isso implica, como defendeu o camarada Carlos Carvalhas, a «não aceitação de um sistema monetário e uma disciplina de câmbios e de preços concebido como factor de redução dos salários, acentuação das desigualdades, multiplicação das possibilidades de acumulação financeira e especulativa dos capitais agravando as disparidades de desenvolvimento e as dificuldades sociais e nacionais». ■

A Comunidade Económica Europeia produz apenas 40 por cento do mel que consome. À primeira vista, este facto poderia levar à conclusão de que a apicultura comunitária seria um dos raros sectores sem problemas, não tendo os profissionais do

sector mais do que aumentar de pressão e bem a sua produção.

Puro engano. A situação no sector ameaça azedar se não forem tomadas medidas a curto prazo.

Ainda recentemente os deputados do PCP no Parlamento Euro-

peu, Carlos Carvalhas e Miranda da Silva, interrogaram a Comissão das Comunidades, em nome da Coligação de Esquerda, sobre a política europeia de apoio ao sector do mel.

Pretendem aqueles deputados saber se a Comissão tenciona apoiar uma melhor informação estatística e uma regulamentação favorecendo o mel comunitário, a melhoria da protecção aduaneira e tomar medidas de apoio aos apicultores das zonas desfavorecidas, como Portugal, bem como o apoio à formação profissional e à investigação.

A questão surgiu na sequência da publicação de um importante documento de organizações de agricultores sobre a apicultura europeia, onde se expõem os problemas do sector e se pedem medidas para a sua resolução.

A CEE é o principal importador do mundo no que respeita ao mel (40 por cento), seguida dos EUA (23 por cento) e do Japão (13 por cento). Os principais países exportadores são o México, a China, a Argentina e a União Soviética.

No seio da Comunidade, os maiores consumos registam-se na RFA e na Grã-Bretanha, mas está-se a assistir a um aumento dos consumos em países como a Itália, a Espanha, a Dinamarca e a França.

De acordo com as organizações de agricultores, a situação caracteriza-se pelo facto de os preços terem vindo a baixar nos últimos trinta anos, sem que no entanto isso se traduza de forma significativa no nível de consumo na Europa.

O principal problema do sector parece ser o dos excedentes conjunturais em certas regiões, que não encontram saída no mercado apesar deste, no seu conjunto, ser como já se disse deficitário. A razão do aparente contrasenso reside na inexistência de operadores com capacidade de armazenagem do produto, nos elevados custos que essa mesma armazenagem tem para os produtores, nas dificuldades de escoamento e, sobretudo, na desajustada regulamentação da matéria a nível comunitário. Assim, por exemplo,

não foram adoptadas a nível comunitário normas de qualidade; a indicação de que o produto é nacional ou de importação é facultativa; não existem restrições às misturas de mel comunitário e importado; as importações de países terceiros têm taxas alfandegárias irrisórias, etc.

Se se tiver presente o facto de, por razões climáticas, os custos de produção de mel na comunidade serem elevados e de os produtores da CEE terem de enfrentar a concorrência de países terceiros, onde a produção é mais barata quer devido à mão-de-obra ou condições mais favoráveis, compreende-se que a situação pode, nalguns casos, tornar-se dramática.

Ainda recentemente, em entrevista ao «Guia Rural», um apicultor português afirmava que «com a invasão do mel estrangeiro de má qualidade que começou a inundar o nosso país e com as produções nacionais a aumentarem extraordinariamente, houve dificuldade em fazer o escoamento da produção nacional».

Para Leonel Belchior, com «a adesão de Portugal à CEE foi o desastre total, porque toda a gente estava convencida que iríamos ter o mercado alargado a dezenas de milhões de pessoas. Só que isso foi pura ilusão».

A utilização (desordenada) de fundos da CEE para o desenvolvimento da apicultura ainda agravou mais a situação em Portugal. Muitos foram os que aproveitaram esses subsídios para se dedicarem à apicultura, para depois se verem a braços com o problema de não terem para onde escoar o mel. Uma desorganização do mercado que provocou a falência de muitos desses projectos.

Portugal, que conta com cerca de 48 mil apicultores, tem boas razões para estar preocupado com a situação da apicultura a nível comunitário. E para apoiar, como o fizeram os deputados comunistas, as reivindicações das organizações profissionais agrícolas comunitárias em defesa dos produtores de mel.



A apicultura, segundo Leonel Belchior em entrevista ao «Guia Rural», ressentiu-se com a adesão de Portugal à CEE devido à falta de medidas adequadas para o sector

## Coligação de Esquerda debate em Lisboa Desenvolvimento Regional

Desenvolvimento Regional é o tema que vai estar em foco na reunião que o Grupo Coligação de Esquerda promove em Lisboa, nos próximos dias 15 e 16 do corrente mês.

A iniciativa, a realizar no Hotel Altis, conta com a participação dos deputados da Coligação de Esquerda (PCF, PCP, KKE e Worker's Party), para além de personalidades, técnicos, especialistas e autarcas nacionais e estrangeiros.

Após uma intervenção de abertura a cargo do camarada Carlos Carvalhas, os trabalhos prosseguirão com intervenções de convidados portugueses sobre «Participação no

Planeamento e Gestão» a cargo de António Figueira Mendes; «Democratização das Instituições como factor de desenvolvimento regional e regionalização», por Odete Santos; «PDR, Quadro Comunitário de Apoio e Orçamento de Estado para 1990», por Sérgio Ribeiro; «Sub-regiões atrasadas na CEE — O Alentejo e o Programa das regiões transfronteiriças», por Lamas de Oliveira; «Iniciativas do Poder Local no desenvolvimento regional (PIDDS)», por José Luís Lopes Pereira; «Ambiente Urbano e Área Metropolitana de Lisboa», por Rui Godinho; «Ambiente Urbano e Área Metropolitana do Porto», por Oliveira Dias; e «Comité Económico e Social e o Desen-

volvimento Regional», por Vasco Cal.

Dos convidados estrangeiros salienta-se a presença, já confirmada, do Director Geral da DGXVI (Desenvolvimento Regional), Landaburu e ainda Bryan Brennan, arquitecto-chefe do município de Dublin e responsável pelo trabalho de renovação daquela cidade.

Os representantes da Coligação de Esquerda serão ainda recebidos em audiência pela Presidência da República e pelo Presidente da Assembleia da República.

Uma conferência de Imprensa prevista para o dia 16 às 11 horas dará a conhecer as conclusões do encontro. ■

## Lisboa vai ser capital Europeia da cultura

O Conselho de Ministros da Cultura da Comunidade Europeia decidiu designar Lisboa com «Capital Europeia da Cultura» em 1994.

A decisão surge na sequência de uma proposta de resolução no mesmo sentido apresentada no Parlamento Europeu, em princípios de Outubro, pelos deputados do PS, do PCP e do Partido «Os Verdes».

Esta iniciativa parlamentar teve por objectivo superar o impasse então existente quanto à escolha de Lisboa como Capital Cultural Europeia devido à inércia do Governo e do executivo PSD/CDS da Câmara Municipal de Lisboa. ■



## 72 anos depois de Outubro

# PERESTROIKA

## em momento crucial

**I**deias são-nos lançadas, convidando-nos a baixar os braços, a fazer um salto para trás de sessenta e dois anos. Como se estes sessenta e dois anos não tivessem existido, como se se pudesse apagar a vida de gerações inteiras, como se nada se tivesse passado na nossa sociedade. Mas muito foi feito. Apesar das tragédias, dos dramas, apesar das deformações que complicaram e atrasaram a realização dos ideais socialistas, um enorme avanço foi feito rumo às conquistas da civilização humana moderna. Há todas as razões para afirmar que a nossa via histórica é em si própria uma conquista única da época actual".

São palavras de Gorbachov na tomada de posse do novo director da "Pravda", e que resumem a imensa importância histórica da Revolução de Outubro.

Importância hoje redobrada com essa revolução dentro da revolução, que a perestroika representa, muito embora não sejam fáceis as linhas do seu desenvolvimento, e hoje se vivam problemas bem agudos.

A perestroika, disse na mesma intervenção o secretário-geral do PCUS, é uma « política que visa renovar o socialismo, a democratização e a glasnot (transparência), com o objectivo de elevar o homem, tornar a sociedade mais humana ».

Uma realidade bem viva e complexa, momento crucial em que se entrecruzam avanços notáveis, e graves problemas ainda não resolvidos.

### Economia, no centro das preocupações

Após dois meses de intensos debates, o Soviete Supremo da URSS, acaba de aprovar o plano de desenvolvimento do país e o orçamento nacional para o próximo ano. Particularmente beneficiado neste orçamento é o capítulo do fabrico dos

bens de consumo, cujo crescimento deverá superar o dos bens de produção em 13 vezes. Com a elevação do nível de vida serão gastos 13,4 mil milhões de rublos, mais 40 por cento do que o montante programado pelo governo. Em contrapartida serão reduzidos os investimentos na construção de unidades de produção, área onde centenas de milhões de rublos permanecem inactivos em obras por acabar.

De momento, entretanto, os problemas socio-económicos são particularmente difíceis e assumem reflexos por vezes dramáticos na vida das populações. A falta de produtos de consumo corrente atinge todos e cada um. A introdução da auto-gestão financeira e de outras medidas de reestruturação económica lançou numa situação de desemprego - provisória embora - mais de três milhões de soviéticos. A produção industrial cresceu apenas de 0,3% em Setembro e em dez das quinze Repúblicas soviéticas diminuiu mesmo face ao mesmo mês do ano passado.

Ao compreensível descontentamento social, somam-se acções desestabilizadoras de sectores pouco interessados na perestroika. Ou porque eram beneficiários da situação anterior. Ou porque a actual instabilidade permite a alguns tirar grandes lucros. Ou ainda porque há também quem aposte numa evolução própria do capitalismo. Em qualquer dos casos, trata-se, objectivamente, de elementos ou grupos que bem se acomodariam a uma qualquer fórmula de exploração do homem pelo homem.

Por vezes difícil será de distinguir onde acaba a reivindicação de justos direitos e começa a acção de sabotagem, ou tão só a não ponderação das formas de luta mais adequadas, a não consideração da importância decisiva de um grande salto no plano económico - uma viragem - para o êxito da perestroika.

Neste - como aliás noutros domínios - a política do PCUS baseia-se, prioritariamente, no diálogo com os trabalhadores, no convencimento político do muito que está em causa, no esforço de dar resposta a reivindicações justas ( esta, por exemplo, a política que está a ser seguida com os mineiros ). E ainda no isolamento e penalização em relação aos oportunistas ( como é o caso das medidas avançadas em relação a um sector cooperativo que vinha a tirar grandes dividendos das penúrias do mercado - 6,9% do sector cooperativo, segundo os cálculos avançados por Leonid Abalkine, vice-presidente do Conselho de Ministros e encarregado da reforma económica ).



O regresso a Lénine, é um elemento fundamental da prática e da própria teorização da perestroika

## Mensagem ao PCUS

Por ocasião do 72.º aniversário da Revolução de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Por motivo do 72.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, em nome de todos os comunistas portugueses e seguros de dar assim também voz aos sentimentos dos trabalhadores, dos homens, mulheres e jovens progressistas de Portugal, transmitimos ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, aos comunistas e ao povo soviéticos, as nossas mais fraternais e calorosas saudações.

O século XX ficará para sempre assinalado pela Revolução Socialista de 1917, ponto de viragem decisivo na história da Humanidade, ao dar início à edificação de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem. Nestes poucos decénios a classe operária e o povo soviético sob a direcção do Partido Comunista da União Soviética conseguiram vencer enormes dificuldades e realizar grandes conquistas e avanços pioneiros no sentido da emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos, de cada vez mais pleno florescimento das capacidades humanas, de um mundo de paz, segurança e progresso social. Atrasos, erros e mesmo graves deformações surgidas no processo de construção da nova sociedade não põem em causa a importância e alcance histórico da revolução de Outubro antes incitam a valorizar a justeza dos ideais libertadores da classe operária que a animaram e a procurar o marxismo-leninismo, no pensamento criador e na obra de Lénine e nas experiências do movimento revolucionário mundial ensinamentos e

motivos de inspiração para a acção dos comunistas de todo o mundo, em particular, na solução das complexas mas exaltantes tarefas da edificação do socialismo.

Nas actuais condições históricas — profundamente marcadas, por um lado, pelas transformações revolucionárias que tiveram lugar no mundo e que são inseparáveis da Revolução de Outubro e da edificação do socialismo na URSS e, por outro lado, pelas tentativas do imperialismo para recuperar posições perdidas — novas exigências se colocam e novas perspectivas se abrem ao desenvolvimento do socialismo e da civilização humana no limiar do século XXI.

É por isso que saudamos também, fazendo ardentes votos pelo seu sucesso, o revolucionário processo da «perestroika» iniciado e conduzido pelo PCUS na União Soviética, com vista ao fortalecimento do poder popular e ao avanço do socialismo, à aceleração do desenvolvimento económico e social, ao aprofundamento da democracia no Partido, no Estado e na sociedade, à maior satisfação das necessidades crescentes do povo, à garantia da paz e da segurança em todo o mundo.

Queridos Camaradas

Reafirmamos a nossa firme vontade de manter e reforçar sempre mais os sólidos laços de amizade e solidariedade que unem os nossos dois partidos, no interesse da amizade dos nossos dois povos e países, do movimento comunista internacional, da paz e do progresso social, dos ideais do socialismo e do comunismo.

**Viva a Causa Imortal da Revolução de Outubro!**

**Viva a Amizade e Solidariedade entre o PCP e o PCUS!**

**Viva o Marxismo-Leninismo, o Internacionalismo Proletário, a Paz e o Socialismo!**





Recolocar o homem no centro das preocupações, ultrapassar a alienação do trabalhador face à propriedade — são linhas centrais da evolução em curso

## A orientação principal

A orientação principal é dar um novo fôlego ao socialismo, descobrir o seu potencial, acabar com a alienação do homem pela propriedade, os meios de produção, o processo político, o poder e a cultura, disse Gorbatchov numa conferência económica há dias realizada em Moscovo. Sublinhando: «a meu ver, esta é uma maneira autenticamente marxista de abordar a questão, colocando o homem no centro».

No imediato, este novo fôlego exige, por um lado, encontrar uma solução urgente para os problemas do quotidiano, «para que as pessoas sintam quanto antes resultados reais da perestroika», nas palavras do secretário-geral do PCUS.

Desde já o plano e orçamento para 1990, agora aprovado, representam um passo na reorientação social da economia, prevendo-se nomeadamente um aumento dos rendimentos da população de 5,1 por cento.

Para que tal seja possível, a próxima sessão do Congresso dos Deputados, que reúne em Dezembro, deverá aprovar um programa de saneamento económico, financeiro e de mercado.

O novo fôlego para o socialismo exige, simultaneamente, avanços na reformulação da ligação do homem-propriedade.

Para Vadim Medvedev, secretário e membro do Bureau Político do CC do PCUS, «a reforma económica está a entrar numa etapa decisiva» em que se define a sua «essência, ou seja, a atitude para com a proprie-

dade socialista, sem a qual a reforma económica, mesmo radical, não pode dar resultados».

Em causa, as leis sobre a propriedade, a terra, o arrendamento, o sistema fiscal e a empresa socialista.

A lei sobre a propriedade - considerada fulcral pelo primeiro-ministro Nikolai Rijkov - aposta numa estreita ligação entre o trabalhador e a propriedade, através do estímulo económico, da responsabilidade dos trabalhadores na gestão, e uma diversidade de formas de propriedade socialista e individual, que excluam a exploração do homem pelo homem, e que podem ser estatal, cooperativa e individual.

Nas palavras de Gorbatchov, «reunindo todas as forças científicas, criativas da sociedade, o país poderá sanear a situação financeira, normalizar o mercado de consumo,

aprofundar e prosseguir a reforma económica, travar os processos negativos».

## Poder aos Sovietes

De Dezembro próximo a Março de 1990 vão realizar-se por toda a União Soviética eleições regionais, que abarcam a renovação a todos os níveis de poder, dos municípios às assembleias regionais, aos parlamentos das quinze Repúblicas e das regiões autónomas.

Nesse sentido o Soviete Supremo aprovou em fins de Outubro uma nova lei eleitoral, que consagra que todos os deputados aos soviets serão eleitos por sufrágio directo uni-

versal e que cada República tem o direito de fixar a forma de designação do Soviete supremo - no parlamento, ou por sufrágio directo.

Simultaneamente, o projecto de lei, adoptado em primeira leitura, e a ser submetido a discussão pública, cria as bases para que cada Soviete tenha o seu próprio orçamento.

Anteriormente, o Estado destinava 15% do seu orçamento aos Sovietes. A nova legislação modifica radicalmente a situação, e os Sovietes receberão directamente os seus impostos, elaborando nessa base os orçamentos que devem dar a resposta às necessidades das populações que os elegeram.

Passo a passo, e também lei após lei, lançam-se os fundamentos das novas estruturas económicas e políticas da sociedade soviética em transformação. ■

## Outubro 1917

### Testemunhos

«O regime bolchevique é um tipo de Estado radicalmente novo com novas formas políticas (Soviets), uma nova organização da indústria (comité de fábrica), um novo sistema de instrução a todos os níveis, de alto a baixo, um novo exército e uma nova marinha nacionais, novos princípios de produção agrícola. Um Estado onde a opinião de milhões de pessoas se exprime sem reservas e activamente, na alegria, na cor e na liberdade: por intermédio de milhares de jornais, livros, panfletos, sob a forma de manifestações monstras, de cantigas, de representações teatrais...»

John Reed, revista americana «Libertador» (Junho 1918)

«Mesmo nas condições actuais na Rússia, pode-se sentir o entusiasmo suscitado pelas ideias de base do comunismo, as ideias de uma esperança edificadora, tendo como fim acabar com a injustiça, a tirania e a violência que impedem o desenvolvimento espiritual do homem, de substituir a rivalidade individual por uma acção colectiva, a submissão dos escravos aos senhores por uma livre cooperação. Esta esperança ajudou os melhores entre os comunistas a atravessar os duros anos que a Rússia conheceu, entusiasmando o mundo inteiro. Não é quimérico, mas só pode ser alcançado com um trabalho paciente... Que o comunismo russo falhe ou se desenvolva, o comunismo no seu conjunto não morrerá».

Bertrand Russel (1920)



## O pânico

Em grandes parangonas, «O Diabo», pasquim que mais torce e tem torcido pela restauração monopolista, colonialista e latifundista em Portugal, lança o pânico (talvez seja um aviso), e titula, a propósito dos Escândalos dos dinheiros do Fundo Social Europeu, que «Capitalistas podem ter que fugir de Portugal!»... Dizem eles — imagine-se — que «há empresas que amealham fundos para o crime organizado»; denunciam a «mão-de-obra infantil» e o «desvio de fundos».

Mas este «Diabo» não é um jornal que alinhe à esquerda, ou sequer que se chegue à democracia. Que o faz correr então?

É que, tão saudosista do fascismo, em que havia já quem aí tivesse pergaminhos, revolta-se agora contra os «capitalistas colados com cuspo», os tais novos ricos que o cavaquismo tem favorecido para disfarçar (não o sabe o «Diabo»?), as entregas aos grandes monopolistas do passado, as maiores fatias do bolo. Ou talvez que o «Diabo», vendo o vento a mudar e a direita a descer na consideração «eleitoral», se prepare, como o Freitas do Amaral, para uma aliança «à esquerda»...

## Promessas cumpridas

«A maioria das promessas que fiz aos portugueses no programa com que me apresentei aos eleitores já foi cumprida» — afirmou Cavaco Silva ao assinalar a passagem do quarto aniversário como Primeiro-Ministro, no início da semana.

Na mesma altura, o Instituto Nacional de Estatística anunciava que só no primeiro trimestre deste ano se registaram 105 greves, envolvendo um total de 143 371 trabalhadores. A satisfação de Cavaco Silva coincidiu ainda com o anúncio de mais dois dias de

greves no sector dos transportes; a convocação de uma jornada de luta pela União de Sindicatos de Lisboa para dia 16, com concentração e desfile com archotes até à Assembleia da República; o aumento das críticas às miseráveis pensões de reforma, a que se juntou a UGT; o reacender do debate em torno das fraudes com as verbas do Fundo Social Europeu e da capacidade do Governo para aproveitar os apoios comunitários em favor do desenvolvimento nacional. Isto para citar apenas alguns exemplos da realidade dos portugueses, colhidos num só dia e sem preocupações de esgotar a matéria. A conclusão é óbvia. Cavaco Silva fala das «promessas cumpridas», mas os portugueses estão cheios de promessas cumpridas...

## A defesa dos trabalhadores

O Governo de Cavaco Silva tem uma forma muito peculiar de «defender» os interesses dos trabalhadores. Se ela não é apreciada por cá pelos principais interessados, não há dúvidas que o apreço não é regateado nas esferas do capital, tanto nacional como estrangeiro.

Ainda agora, na apreciação do novo projecto de Carta Social, o ministro Silva Peneda deu mais um exemplo disso. Depois de afirmar que «Portugal sempre defendeu (para a Carta) um texto credível, exequível e coerente, batendo-se por diversos aperfeiçoamentos no sentido de fomentar a livre circulação dos trabalhadores e da **defesa dos trabalhadores portugueses**», Silva Peneda gabou-se de ter conseguido retirar do projecto dois artigos que previam a igualdade de tratamento dos trabalhadores envolvidos em contratos de subempregada ou de direito público fora dos seus países de residência.

Ou seja, exemplificando: os artigos que previam que trabalhadores portugueses, se mandados em serviço a França ou à RFA, por conta

de empresas portuguesas, recebessem como os trabalhadores daqueles países, foram retirados do texto da Carta Social. Como os portugueses são os trabalhadores mais mal pagos da CEE, podem continuar a dormir descansados que a Carta não vai alterar a situação. Quem é que é amigo, quem é?

## Partidos e aos bocados

Há muitos partidos em Portugal. Os suficientes? Os bastantes? Demasiados? Isso é aos portugueses de julgar. No entanto, há alguns partidos — tirando os que aparecem em tempo de eleições para voltar logo à hibernação quando elas acabam — que têm tão pouca convicção nas suas convicções, que a gente

pergunta — e não apenas os seus aderentes, que também muitas vezes se perguntam — o que é que eles andam cá a fazer.

Por exemplo o partido do Dr. Freitas do Amaral. Que passou por tanta convulsão interna que é mais um soluço que um partido. Já serviu de alguma coisa, no passado. E não nos referimos ao tempo em que teria outro nome, e se chamava União Nacional. Referimo-nos ao tempo em que conseguiu reunir a extrema direita portuguesa, apresentando-se como democrático com o rabo de fora.

Agora, e já há muito, a direita parece querer dispensá-lo. Porque, a partir do voto útil que a direita entregou a Cavaco Silva, não parece fazer sentido um CDS. Disto, o Dr. Freitas começa a tomar consciência. Uma consciência atribulada, pois que, no estertor, afirma que quer fazer uma (nova) aliança com o PS. Mas também afirma que «se os resultados das eleições autárquicas forem desastrosos, o CDS não tem razão para existir». Os trabalhadores poderiam perguntar ao Dr. Freitas: e antes disso, valeu o CDS de alguma coisa?



# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Poupanças

— Poupem, senhores! — e Cadilhe avança com o sorriso tique de esperteza—  
Vá, poupem, que a poupança é a base da riqueza...

— Poupa-nos tu respondem-lhe serenos cidadãos moderando a linguagem—  
Poupa-nos tu ao menos se mais não puder ser, a tua imagem...

## Cavaram mesmo?

Pois tal nunca se viu  
Na surpresa me afundo.  
Soube pelos jornais  
que se descobriu  
no Fundo  
uma fraude mais.

Os responsáveis  
são voláteis.  
Não os vê ninguém.  
«Cavaram» já.

«Cavaram» mesmo? Vá, procurem bem.  
Eu não creio em mistérios.

Não estarão ainda cá...  
nos ministérios?...

## Eles confirmam...

Não sou eu quem o digo, desta feita.  
Passo a palavra a um homem da direita

É tanta, tanta-a fraude — ele assegura —  
são tantos os tambores do batuque  
que este país, em escândalos, figura  
já no *Guinness Book*...

Tristeza vejam só do que se passa:  
Já a si próprios ele acham tanta graça...

## Cuidado

O governo diz que ama as autarquias.  
O que eu julgo é que ela ama as tropelias...

Amar as autarquias? São uns pontos!  
E dizem que esse amor não é mentira.  
Agora vejam só os sete milhões de contos  
que o governo... lhes tira!

Se isto é amor, pra nosso grande espanto,  
ó Cavaco, o melhor é não amares tanto...

## Pois claro!

E segue o entremez  
na floresta de enganoso...

O Cavaco recebe, só num mês  
o ordenado  
de um reformado  
em cinco anos...

Não o faz por ganância ou cobiça  
Credo, não digo tal!  
É tudo uma questão, senhores, de «justiça social»...

## O crime da Rua da Palma

Entre a voz e o real há um abismo  
de onde em onde aberto com cuidado.  
Deus me perdoe, às vezes até cismo  
que não é por acaso, o resultado...

Dizem, alguns que é coisa do passado  
entre nós, a «história do fascismo»  
e que só um menino amedrontado  
inda vai nessa do radicalismo...

De súbito, um relâmpago. De novo  
à clara luz do dia explode o gume  
e fica a voz pacífica sangrando.

As serpentes lá estão dentro do ovo  
ovo que a ideologia e o perfume  
da TV e do poder estão chocando.





# Agenda

**Avante!**

Ano 59 — Série VII  
N.º 828

9 de Novembro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## No X aniversário da JCP Comício-festa sábado, às 16 horas no Rock Rendez-Vous Intervenção de Álvaro Cunhal

Espectáculo com os grupos  
«Acidoxibordel»  
e «Jovem Guarda»



**Álvaro Cunhal**  
Participa ainda  
nas seguintes  
iniciativas:

- **LOURES** — Sessão nos Bombeiros Voluntários — sábado, às 18.30
- **AZAMBUJA** — Almoço-convívio no CC dos Trabalhadores da CM — domingo às 13 horas
- **PENICHE** — Sessão na escola secundária — domingo, às 17 horas
- **MARINHA GRANDE** — Jantar-convívio; sessão na «Império», às 21 horas, no domingo

## Plenário da célula da TAP

Realiza-se no próximo sábado, a partir das 14.30, no Centro de Trabalho Vitória, e é seu objectivo discutir os problemas da empresa — sobretudo os que decorrem da generalizada ofensiva do Governo contra as empresas públicas — e os caminhos e os meios de intervenção que possam mobilizar a opinião, a unidade e a acção dos trabalhadores e das suas organizações representativas para a defesa da TAP-Empresa Pública.

### Quinta

• **ALMADA**  
Reunião com candidatos à Assembleia de Freguesia da **Cova da Piedade** — às 21.30 no CT concelhio

• **GONDOMAR**  
Visita à Feira de S. Cosme com a participação do candidato **Joaquim Viana** — a partir das 10.00.

• **LISBOA**  
Coligação **Por Lisboa**: encontro com as colectividades do **Beato**, às 21.30 na Junta de Freguesia.

### Sexta

• **GONDOMAR**  
Sessão de apresentação de candidatos da freguesia de **Fânzeres** — na JF às 21.30; encontro com a população de **Zebellos/Foz de Sousa** — às 21.30, na Escola Primária.

• **VALONGO**  
Sessão de apresentação de candidatos e debate sobre as propostas da CDU para o próximo mandato — no Audit. Ant. Macedo (edifício Vallislongus).

• **LISBOA**  
Actividades da coligação **Por Lisboa**: — Sessão de apresentação de candidatos da freguesia de **Arroios** — no Clube Atlético de Arroios às 21.00; — sessão de apresentação de candidatos da freguesia de **Santos** — na colectividade Vendedores de Jornais às 21.30; — sessão de apresentação de candidatos da freguesia de **Penha de França** — às 21.30 na JF. **Olivais**: debate sobre **casas camarárias**, com a participação de **Jorge Sampaio** e **Vitor Costa** — às 21.00 no cinema da Encarnação.

• **ALMADA**  
Na Quinta da Alegria em **Cacilhas**, às 21.00, sessão de apresentação de candidatos à AF, com a participação de **Maria Emília Sousa**, presidente da CM, e do vereador **Henrique Carreiras**. No final, convívio e magusto.

• **TORRES VEDRAS**  
Apresentação de candidatos aos órgãos municipais e de freguesia num jantar-convívio promovido pela CDU, com a participação de **José Casanova**

• **SALVATERRA DE MAGOS**  
Reunião de candidatos para discussão do programa eleitoral.

• **BENAVENTE**  
Encontro com a população para apresentação de candidatos e discussão do programa eleitoral — às 21.00 no Centro Cultural.

• **V. FRANCA DE XIRA**  
Sessão de apresentação de candidatos à AF — às 21.30, no salão dos Bombeiros Voluntários, com a participação de **Francisco Lopes**.

### Sábado

• **LISBOA**  
**Comício-festa da JCP**, assinalando o seu X Aniversário. Participa o camarada **Álvaro Cunhal**. A partir das 16.00 no Rock Rendez-Vous.

Plenário dos militantes do PCP na TAP: a partir das 14.30 no CT Vitória. No final, convívio.

Coligação **Por Lisboa**:

— candidatos participam de manhã em visitas aos bairros de **Penha de França**, **S. João**, **Alto do Pina**, **Olivais**;

— sessão de apresentação de candidatos da freguesia de **S. João** — na JF às 21.00;

— porta-a-porta, a partir das 15.00, na freguesia de **Penha de França** e na de **St.ª Engrácia**.

• **LOURES**  
— Apresentação pública das listas CDU para as freguesias da Zona Norte do concelho, no decurso de uma sessão em que participa o camarada **Álvaro Cunhal**. Às 18.30, no cinema dos Bombeiros Voluntários de Loures.

No final, magusto. — Magusto promovido pela CDU com a participação dos candidatos da CDU nos órgãos concelhios — às 15.00 na Casa do Povo. Magusto.

• **SINTRA**  
Magustos-convívios promovidos pela CDU: no **Algueirão**, em **Queluz** (Associação de Reformados de Rio de Mouro) e **Colares**.

• **BENAVENTE**  
Encontros com a população para apresentação de candidatos em **Foros da Chamusca** (às 16.00) e **Foros de Almada** (às 21.00).

• **COSTA DA CAPARICA**  
Almoço-convívio promovido pelo PCP com candidatos e apoiantes da CDU: às 13.00 no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **José Vitoriano**.

• **ALCOCHETE**  
Sessão de apresentação de candidatos, às 17.00, no salão nobre da CM. No final, convívio.

• **MONTIJO**  
— Magustos no **Montijo** (no CT do PCP às 20.00) e no **Afonseiro** (sede da CDU, às 18.00). — porta-a-porta em **Pegões Velhos** e **Atalaia**

• **SESIMBRA**  
Magusto na Quinta do Conde. Às 21.30.

• **SANTIAGO DO CACÉM**  
Inauguração da sede da CDU. Magusto.

• **PORTO**  
Encontro-convívio para apresentação dos candidatos municipais e de freguesias do concelho do Porto — no Mercado Ferreira Borges a partir das 15.30.

• **GONDOMAR**  
— Magusto-convívio na freguesia de **Valbom** — às 17.30; — encontro de can-

didatos com a população de **Ferreirinha/Foz de Sousa** — às 21.00;

— sessão de apresentação de candidatos da freguesia de **Rio Tinto**, na Escola do Monte da Burra, às 21.30. No final, magusto.

• **SANTO TIRSO**  
Encontro-convívio de candidatos, no restaurante «O Abrigo». às 14.30.

• **FELGUEIRAS**  
Encontro CDU, seguido de magusto — na Escola Secundária, às 15.00.

• **MATOSINHOS**  
Magusto-convívio promovido pelos Sectores Profissionais do PCP. No CT às 15.00.

• **OEIRAS**  
Plenário de militantes das células de empresa do concelho de Oeiras — às 15.30 no CT de Algés.

• **BEJA**  
Encontro de Quadros do PCP sobre as eleições autárquicas no distrito de Beja — entre as 14.30 e as 19.00, com participação dos camaradas **António Murtelra** e **António Vitória**.

• **ST.ª COMBA DÃO**  
Apresentação dos candidatos da CDU nos órgãos concelhios — às 15.00 na Casa do Povo. Magusto.

• **TAROUCA**  
Plenário dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho — na Casa do Povo de **Mondim da Beira**, às 19.00.

• **SEIXAL**  
Convívio de **S. Martinho na Quinta da Atalaia**, promovido pela Comissão Concelhia do Seixal. Almoço. Às 16.30, intervenção pela camarada **Carlos Costa**, seguindo-se convívio.

• **ALPIARÇA**  
Almoço-convívio (pelo 4.º aniv. do CT). Convívio e petiscos durante toda a tarde; fados às 21.00, baile às 23.00.

**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

# MAGUSTO

CONVÍVIO DE S. MARTINHO  
SÁBADO, 11 NOV. 89

na QUINTA da ATALAIA AMORA

“ALMOÇO”

CARAS de BACALHAU com GRAO “PETISCOS”

INSCRIÇÕES no CT. AMORA

NÃO FALTARÃO AS CASTANHAS ASSADAS E A ÁGUA-PE

Vem Conhecer o terreno da tua gente! NÃO FALTES!

C. conc. do Seixal do PCP

Intervenção de Carlos Costa

### Domingo

• **AZAMBUJA**  
Almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU, no Centro Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**.

• **PENICHE**  
Jornada de propaganda da CDU durante todo o dia.

Às 17.00, na Escola Secundária, com participação de **Álvaro Cunhal**, sessão de apresentação dos candidatos e programas da CUD.

• **MARINHA GRANDE**  
Sessão de apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho, às 21.00, na «Império». Intervenção de encerramento por **Álvaro Cunhal**, que também participa no jantar-convívio de apoiantes da CDU que tem início às 20.00.

• **OEIRAS**  
Encontro da CDU do concelho de Oeiras, aberto a toda a população, para discussão do projecto de programa. No cinema de Oeiras a partir das 14.30, com a participação de **José Casanova**.

• **AMADORA**  
Encontro da CDU do concelho da Amadora — na Soc. Filarm. Recreio Artístico e com a participação de **José Casanova**. A partir das 10.00.

• **GONDOMAR**  
— Magusto-convívio em Triana (Escola da Boucinha Nova, 15.00); — Apresentação de candidatos e magusto na Lomba (Largo da Junta, 15.00);

• **S. Pedro da Cova**: apresentação de candidatos e magusto no Largo da Casa da Malta, às 16.00.

• **ALMADA**  
Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia da **Cova da Piedade** — às 16.00 na SFUAP; almoço-convívio às 12.00.

• **LISBOA**  
**O Poder Local e os direitos dos cidadãos** — seminário promovido pela CDU no Forum Picoas, com a participação de especialistas e eleitos da CDU. Das 10.30 às 13 e das 15 às 17.30.

Coligação «**Por Lisboa**»: porta-a-porta, almoço-convívio e, às 15.00, sessão de apresentação dos candidatos à freguesia do Campo Grande

• **CARTAXO**  
Apresentação de candidatos, com almoço-convívio. Na escola secundária do Cartaxo, a partir das 10.00, com a participação de **Carlos Fraião**.

• **PENACOVA**  
Encontro de candidatos e activistas da CDU: na Casa do Povo de Penacova, a partir das 10.00, com a participação de **Carlos Fraião**.

• **VILA NOVA DE POIARES**  
Encontro de candidatos e activistas da CDU: no CT de Ferreira, às 15.00, com **Carlos Fraião**.



**DANIEL, Juří** (Checoslováquia) in «Os sindicatos checoslovacos»  
— Revista do Conselho Central dos Sindicatos — Maio 1989



# TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 — Bom dia  
10.00 — Às dez  
(inclui Rua Sésamo)  
12.05 — Amor com Amor se Paga  
(64.º epis.)  
13.00 — Jornal da tarde  
13.30 — Um Anjo na Terra  
(18.º epis.)  
14.15 — Chuva na Areia  
(77.º e 78.º epis.)  
15.10 — O Sul Selvagem  
(2.º epis.)  
15.40 — Ponto por ponto  
16.45 — O Hospital Central  
(14.º epis.)  
17.25 — Brinca brincando  
18.20 — Festas e Romarias de Portugal  
18.20 — Rua Sésamo  
(4.º epis.)  
18.50 — Jogo de Cartas  
(31.ª sessão)  
19.30 — Telejornal  
20.05 — Boletim meteorológico  
20.20 — Sassaricando  
(166.º epis.)



21.10 — Capricho dos Deuses  
(3.º epis.)  
22.10 — Histórias do Incrível e do Bizarro  
23.05 — 24 Horas  
23.35 — Remate

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas  
(341.º epis.)  
15.25 — Agora Escolha  
16.55 — O Rapaz do Campo  
(5.º epis.)  
17.20 — Trinta Minutos Com...  
17.50 — Pacto de Sangue  
(31.º e 32.º epis.)  
18.35 — Anna (4.º epis.)  
19.30 — Clássicos da TV  
(séries «O Homem da Carabina» e «Johnny Staccato»)  
20.25 — Obras Primas da Pintura  
21.00 — Jornal das Nove  
21.30 — Maude (131.º epis.)  
21.55 — Sinais do Tempo  
23.00 — Hitchcock Apresenta...

Sexta

RTP1

09.00 — Bom Dia  
10.00 — Às Dez

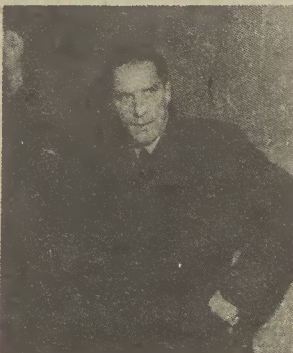
12.05 — Amor com Amor se Paga  
13.00 — Jornal da Tarde  
13.30 — Gloss (21.º epis.)  
14.15 — Chuva na Areia  
15.10 — O Sul Selvagem  
15.45 — Ponto por Ponto  
16.40 — Hospital Central  
17.25 — Brinca Brincando  
18.20 — Rua Sésamo  
18.50 — Recordes Guinness  
19.30 — Telejornal  
20.05 — Boletim Meteorológico  
20.25 — Sassaricando  
21.15 — Nova Missão Impossível  
(8.º epis.)  
22.15 — Telemundo  
22.45 — Chefe, mas pouco  
(17.º epis.)  
23.15 — 24 Horas  
23.45 — Remate



23.55 — Pela Noite Dentro  
«A Promessa», real. Glen Jordan  
(EUA/1986, 96 min.)

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas  
15.25 — Agora Escolha  
16.55 — 3, 2, 1 Contact  
(6.º epis.)  
17.25 — Trinta Minutos Com...  
17.50 — Pacto de Sangue  
18.30 — Haja música



19.30 — Clássicos da TV  
20.30 — As Cidades e as Terras  
20.50 — Obras Primas da Pintura  
21.00 — Jornal das Nove  
21.30 — A Beira do Fim  
(5.º epis.)  
22.25 — Acerto de Contas  
22.55 — A Era Nuclear  
(8.º epis.)  
23.50 — Rotações

Sábado

RTP1

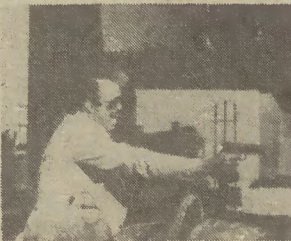
09.00 — Juventude e Família  
12.00 — Histórias de Óperas  
(3.º progr.)

13.00 — Notícias  
13.10 — Oito e Basta! (7.º epis.)  
14.05 — Parlamento  
14.30 — Crime, Disse Ela  
(20.º epis.)  
15.30 — Cousteau — A Redescoberta do Planeta (8.º epis.)



16.30 — Sessão da Tarde  
«A História de um Ídolo», real.  
Richard A. Colla  
(EUA/1981, 94 min.)

18.00 — Vivamúsica  
18.45 — O ser e o não ser  
(8.º e últ. epis.)  
19.15 — Sete Folhas  
19.45 — Totoloto  
20.00 — Jornal de Sábado  
21.15 — Boletim Meteorológico  
21.30 — Esta Noite Sonhei com Brueghel  
Série, adapt. do romance  
homônimo de Fernanda  
Botelho, real. de Artur  
Ramos (3.º e últ. epis.)  
22.35 — Pisca, Pisca  
(7.º progr.)



23.35 — Cinema de mela-noite:  
«Tragam-me a Cabeça de Alfredo  
Garcia», real. Sam  
Pekinpah (EUA/1974, 111  
min.).

RTP2

09.00 — Via rápida  
10.00 — TV 101  
(6.º epis.)  
10.50 — O Aparecimento do Homem  
(1.º epis.)  
12.00 — Compacto «Amor com Amor se Paga»  
16.00 — Estádio  
19.30 — Music Box especial  
20.10 — Fanny e Alexandre  
(8.º e últ. epis.)  
21.15 — Estádio — Edição da Noite.

Domingo

RTP1

09.00 — Juventude e Família  
10.15 — TV Rural  
10.45 — 70x7

11.15 — Missa  
12.00 — Juventude e Família  
13.00 — Notícias  
13.10 — A Conquista do Espaço  
(1.º e 2.º epis.)  
14.05 — Primeira Matinée — 1.ª  
parte — Chisum — O  
Senhor do Oeste, real.  
Andrew V. McLaglen  
(EUA/1970, 106 min.)  
15.50 — Primeira Matinée — 2.ª  
parte — O Cadillac de  
Ouro, real. Richard Quin  
(EUA/1956, 98 min.)  
17.40 — Ricardina e Marta  
(8.º epis.)  
18.50 — McGyver  
(8.º epis.)  
20.00 — Jornal de Domingo  
20.30 — Boletim Meteorológico  
20.35 — Querido John  
(6.º epis.)  
21.15 — Depois da Guerra  
(7.º epis.)  
22.20 — Domingo Desportivo

RTP2

09.00 — Music Box Especial  
10.00 — Troféu  
13.00 — Caminhos  
13.30 — Novos Horizontes  
14.30 — Veterinário da Província  
15.00 — Troféu  
17.00 — Sobrevivência  
(9.º epis.)  
17.50 — Quem Sai aos Seus...  
18.15 — Imagem e Imagens  
19.40 — Café Central (3.º progr.)  
20.00 — Os Trintões  
(7.º epis.)  
20.40 — Artes e Letras:  
«O Actor's Studio — Oficina de  
Actores (1.ª parte)



21.50 — Cineclube  
«A Floresta Interdita», real.  
Nicholas Ray (EUA/1958,  
93 min.)

Segunda

RTP1

09.00 — Bom Dia  
10.00 — Às dez  
12.05 — Amor com Amor se Paga  
13.00 — Jornal da Tarde  
13.30 — A Rota de Howard  
14.15 — Chuva na Areia  
15.10 — O Sul Selvagem  
15.45 — Ponto por ponto  
16.45 — O Hospital Central  
17.25 — Brinca brincando  
18.20 — Rua Sésamo  
(1.º epis.)  
18.50 — Jogo de Cartas  
19.30 — Telejornal  
20.05 — Boletim meteorológico  
20.20 — Sassaricando  
21.35 — Rodas e Volantes  
(série, 1.º epis.)  
23.45 — 24 Horas  
00.15 — Remate.

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas  
15.25 — Agora Escolha  
16.55 — Os Cinco  
17.25 — Trinta Minutos Com...



17.50 — Pacto de Sangue  
18.45 — Quadriplas (telefilme)  
19.30 — Clássicos da TV  
(séries «O Homem da Carabina» e «Johnny Staccato»)  
20.25 — Elogio da Leitura  
20.45 — Obras Primas da Pintura  
21.00 — Jornal das Nove  
21.30 — Bailado  
Coreografias de Christopher  
Bruce: «Silence is the end

Filmes



«A Promessa» — 6.ª, 23.55 — RTP-1  
«A História do Ídolo» — sáb., 16.20, RTP-1  
«Tragam-me a Cabeça de Alfredo Garcia» — sáb., 23.35, RTP-1  
«Chisum — O Senhor do Oeste» — dom., 14.05, RTP-1  
«O Cadillac de Ouro» — dom., 15.50, RTP-2  
«A Floresta Interdita» — dom., 21.50, RTP-2  
«Menina Bonita» — 3.ª, 21.30, RTP-2  
«O Presidiário» — 4.ª, 21.20, RTP-1

Música

Quinta

20.20, RTP-2: Primeiro Andamento — Sonatas de Beethoven

Sexta

18.30, RTP-2: Haja música

Sábado

09.00, RTP-2: Via Rápida  
12.00, RTP-1: Histórias de Óperas  
18.00, RTP-1: Vivamúsica  
19.30, RTP-2: Music Box Especial

Quarta

23.35, RTP-2: Som da Surpresa

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.05), 6.ª (23.45), 2.ª (23.45), 3.ª (23.50) e 4.ª (00.05).

Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50

Estádio — RTP-2, sáb. 16.00 e 21.15

Troféu — RTP-2, dom. 10.00 e 15.00

Domingo desportivo — RTP-1, 22.20

of our song», com música  
de Victor Jara e popular  
chilena, inspirado no  
golpe militar de Pinochet,  
pelo Real Ballet da  
Dinamarca, e «Swan  
Song» com música de  
Philip Cambon, pelo Ballet  
Nacional de Inglaterra.

22.50 — Memória Audiovisual.

Terça

RTP1

09.00 — Bom dia  
10.00 — Às dez  
12.05 — Amor com Amor se Paga  
13.00 — Jornal da Tarde  
13.30 — Dallas  
14.15 — Chuva na Areia  
15.15 — O Sul Selvagem  
15.45 — Ponto por ponto  
16.40 — Hospital Central  
17.25 — Brinca Brincando  
18.20 — Rua Sésamo  
18.50 — Jogo de Cartas  
19.30 — Telejornal  
20.05 — Boletim Meteorológico  
20.20 — Sassaricando  
21.10 — Primeira Página  
22.15 — Crónica do Crime  
23.05 — 24 Horas  
23.35 — Remate

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas  
15.25 — Agora Escolha  
16.55 — Os Filhos de Flintstones  
17.20 — Trinta Minutos Com  
17.50 — Pacto de Sangue  
18.40 — Music Box  
«Via rápida»  
19.25 — Clássicos da TV  
20.20 — Magazine Cinema  
20.50 — Obras Primas da Pintura  
21.00 — Jornal das Nove



21.30 — Cinema Dois  
«Menina Bonita», real. Louis  
Malle, real. Louis Malle  
(EUA/1978, 107 min.)

Quarta

RTP1

09.00 — Bom dia  
10.00 — Às dez  
11.00 — Missa  
12.30 — Amor com Amor se Paga  
13.00 — Jornal da Tarde  
13.30 — Colt em Acção  
14.15 — Chuva na Areia  
15.15 — O Sul Selvagem  
15.45 — Ponto por ponto  
16.40 — Hospital Central  
17.25 — Brinca Brincando  
18.20 — Rua Sésamo  
18.50 — Jogo de Cartas  
19.30 — Telejornal  
20.05 — Boletim Meteorológico  
20.20 — Sassaricando  
21.10 — Vamos jogar no Totobola

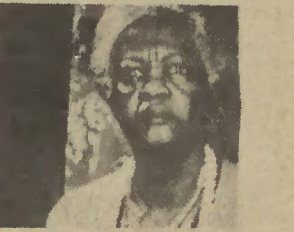


21.25 — Lotação esgotada:  
«O Presidiário», real. Stuart  
Rosenberg, interpr. Paul  
Newman (EUA/1967, 124  
min.)

23.45 — 24 Horas  
00.05 — Remate

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas  
15.25 — Agora, escolha  
16.55 — Os Campbells  
17.20 — Trinta Minutos Com...



17.50 — Pacto de Sangue  
18.35 — Descobertas  
Subaquáticas (3.º epis.)  
19.30 — Clássicos da TV  
20.25 — Lusitânia Expresso  
21.00 — Jornal das Nove  
21.30 — Dona Belja  
(9.º epis.)  
23.00 — O Som da Surpresa

## Teatro O Cartaz

## • LISBOA

**Casa da Comédia**, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. **What Happened to Madalena Iglesias?**, de Filipe La Féria.

**Comuna**, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 21.30, dom. às 16.00. **Barry, Ensaio no T. Zero**, texto e enc. Fernando Mora Ramos (até 12/11).

**Fundação Gulbenkian** — Sala Polivalente do ACARTE, 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 21.30, dom. às 16.00. **O Contrabaixo**, de Patrick Suskind, enc. Anabela Mendes, intérpr. João Grosso (até 12/11).

**Instituto Franco-Português** — Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Boulevard Boulevard**, de Georges Feydeau, enc. Carlos Quevedo.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

**Teatro Aberto**, Pç. de Espanha. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy end**, textos de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

**Teatro do Bairro Alto**, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Céu de Papel**, montagem de textos de Pirandello e Beckett, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

**Teatro Politeama**, R. Portas de Santo Antão. De 3.ª a dom. às 19 h. **O Menino de Sua**

**Mãe**, adaptação de textos de Fernando Pessoa por Maria do Céu Guerra.

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Números Novos**, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

## • ALMADA

**Teatro Municipal**, R. Conde Ferreira, 6.ª e sáb. às 21, dom. às 16. **Marco Milhão**, de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

## • ESTORIL

**Teatro Municipal** Mirlita Casimiro, Av.

**Fausto de Figueiredo**. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **A Morte de Danton**, de Georg Buchner, enc. Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

## • PORTO

**Teatro Sá da Bandeira**, Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O Lettinho do Néné**, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

## Para Crianças

## • LISBOA

**TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. As 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.



# Cinema

A selecção

|          |                                  | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|----------------------------------|-------------|-----------|--------------|--------------|
| <b>A</b> | Batman                           | ★★★         | ★★★       | —            | —            |
| <b>B</b> | Indiana Jones e a Grande Cruzada | ★★★         | ★★★       | ★★★          | ★★★          |
| <b>C</b> | Fuga Sem Fim                     | ★★★★        | ★★★       | —            | ★★★          |
| <b>D</b> | Não dê Bronca                    | ★★★★        | —         | —            | ★★★★         |
| <b>E</b> | Pedro o Louco                    | ★★★★★       | ★★★★★     | ★★★★★        | ★★★★★        |
| <b>F</b> | Recordações da Casa Amarela      | —           | ★★★★      | —            | —            |
| <b>G</b> | As Vozes da Ira                  | —           | ★★★       | —            | —            |

Classificação de ★ a ★★★★★

A—Real. Tim Burton — **Amoreiras/10** (14.00, 16.30, 19.00, 24.00) **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Las Vegas/2** (de 2.ª a 6.ª 15.30, 18.45, 21.45, sáb. e dom. 14.00, 16.30, 19.00, 21.45), **Mundial/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**  
 B—Real. Steven Spielberg e George Lucas — **Alfa/Club** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — **Amoreiras/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Estúdio** (14.30, 16.45, 10.00, 21.30), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30) — **Lisboa**  
 C—Real. Sydney Lumet — **Fonte Nova/2** (15.00, 16.30, 18.45, 21.30) — **Lisboa**  
 D—Real. Spike Lee **Alfa** (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Lisboa**  
 E—Real. Jean Luc Godard — **Quarteto/1** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00) — **Lisboa**  
 F—Real. João César Monteiro **Forum Picoas** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — **Lisboa**  
 G—Real. Oliver Stone — **Amoreiras/3** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — **Lisboa**



## Cinema

Enquanto diligência pela concretização dum ciclo de antestreias, o **ABC Cine-Clube de Lisboa** proporciona-nos neste mês de Novembro e nas duas primeiras semanas de Dezembro uma pequena mostra de cinema oeste-alemão, recente

— «cinema alemão em torno de Fassbinder», autor que dá, aliás, início ao ciclo. O filme chama-se «A Mulher do Chefe da Estação» e foi realizado em 76/77. Na Sociedade Portuguesa de Autores, amanhã às 18.30. Na **Cinemateca Portuguesa** serão exibidos amanhã dois filmes de William Wy-

ler interpretados por Bette Davis — **Jezebel** (1933) às 18.30 e **A Carta** (1941) às 21.30 — e começa no sábado um **Ciclo de homenagem a Amália Rodrigues** que inclui nos próximos dias:  
 — sábado, 18.00 — **Capas negras** (1946).  
 — segunda — às 18.30 **Fado-História de uma cantadeira** (1947) e às 21.30 **Vendaval Maravilhoso** (1949).  
 — terça — às 18.30 **Sol e Touro** (1949) e às 21.30 **Os Amantes do Tejo** (1954).

## Jazz na Amadora...

É o **Encontro de Jazz da Amadora**, que vai decorrer na Sala D. João V na Damaia e tem programados concertos pelos melhores músicos portugueses. Como segue, neste fim-de-semana  
 — sexta às 21.30: **Quarteto de Mário Laginha e Quinteto de Maria João**;  
 — sábado às 21.30: **Quinteto de Saxofones e Cool Jazz Orchestra**;  
 — domingo às 21.30: **Quarteto de Carlos Martins e Sexteto de António Pinho Vargas**.

## Música

O plano «conduz» esta semana o programa de música na Gulbenkian:  
 — amanhã a solo, num recital de **Cecile Ousset**, que interpretará obras de Chopin, Liszt, Debussy, Ravel, Saint-Saens (às 18.30 no Grande Auditório);  
 — na **segunda-feira**, à mesma hora e na mesma sala, num recital de **Anne-Marie Mannet e Maria Isabel Delerue** (piano e violoncelo, respectivamente) preenchido com obras de Bach, Schumann e Brahms;  
 — e finalmente na **terça-feira** às 21.30, com o violinista **Itzhak Perlman** e o pianista **Bruno Canino** interpretando Mozart, Beethoven e Bartok. Estes dois concertistas estarão de novo no Grande Auditório na **quarta-feira**, às 18.30, para interpretar peças dos mesmos compositores. Entretanto, também na quarta-feira, dia 15, mas no **Coliseu dos Recreios** estará para um concerto único a **Philharmonia Orchestra** sobre direcção do maestro **Giuseppe Sinopoli**. Programa: abertura de «Os Mestres Cantores» e «O Idílio de Siegfried», de Wagner, e Sinfonia n.º 3 de Bruckner. Bilhetes individuais, no Coliseu: de 1750\$00 (1.ª plateia) a 750\$00 (geral).

## ... e em Lisboa

Música de jazz também na **Aula Magna**, sexta-feira às 21.30, para o concerto inaugural dos «Encontros Universitários», uma iniciativa da Associação Académica de Lisboa. Em palco estará o **Moreiras Jazztett** (na primeira parte) e o grupo do saxofonista de nacionalidade britânica **Courtney Pine**.

## A Kirguízia entre nós

O Conjunto Estatal de Danças, Música e Cantares da Kirguízia que se deslocou ao nosso país por iniciativa da Associação Portugal-URSS dará mais alguns espectáculos: sexta-feira em **Beja**, sábado em **Ponte de Sor**, domingo em **Portalegre** e segunda-feira em **Tomar**. Este Conjunto faz parte da embaixada cultural que nos visita a propósito dos «Dias da URSS», que estão a decorrer, como sempre organizados pela Associação, e que integra outras entidades e manifestações — nomeadamente uma exposição de artesanato e um festival de gastronomia.

# Exposições

## LISBOA

**Alberto Cardoso** — Pintura. Galeria S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.  
**Amália Rodrigues** — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).  
**Antão Almada** — Pintura. Galeria Icaro, Rua Presidente Arraiga, 70. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19 (até 4/11).  
**Armando Anjos** — Pintura. Hotel Meridien, Rua Castilho, 149. Diariamente das 9 às 23 (até 26/11).  
**Arqueologia Industrial do Vidro** — Museu Nacional de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes (até fim de Dezembro).  
**Artefactos Melanésios** — Reflexões Pós-Modernistas — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).  
**Bartolomeu Cid dos Santos** — Retrospectiva de gravura. Centro de Arte Moderna. De 3.ª a dom. das 10 às 17.  
**Chichorro** — Pintura. gal. de Santa



Cenografias de J. M. Castanheira na Gulbenkian

Justa, 93, 2.º. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20 (até 24/11).  
**Colectiva de pintura** (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.  
**Colectiva de tapeçaria**. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.  
**Colectiva de alunos do AR.CO** — Pintura. Gal. João

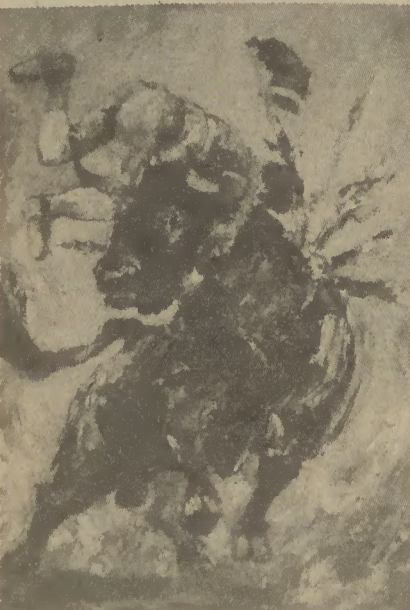
Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 26/11).  
**«Crise de L'Object»** — Colectiva de escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 25/11).  
**Eduardo da Rosa** — Pintura. Casa do Alentejo, Rua Portas de Santo Antão, 58 (até 16/11).  
**Gianfranco Schialvino e Gianni Verna** — Xilografias e ex-libris. Instituto Italiano de Cultura, Rua do Salitre, 146 (até 10/11).  
**Graça Arima** — Tapeçaria («Patchwork Louco»). Galeria Palma, Calç. da Palma de Baixo. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/11).  
**José Luís Tinoco** — Pintura. Gal. Triângulo 48, R. D. Vasco da Gama, 48-A.  
**José Matos Cardoso** — Pintura. Gal. Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb., das 12 às 23.  
**José Manuel Castanheira** — Desenhos, fotografias e maquetes de cenografia. Centro de Arte Moderna, Av. de Berna.  
**Luís França** — Pintura Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. até às 13 (até 21/11).  
**Malangatana** — Retrospectiva de pintura. Sociedade Na-

cional de Belas Artes. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 12/11).  
**Mário Dionísio** — Pintura. Galeria Nasoni, Av. Rafael Bordalo Pinheiro, 9-A. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.  
**Mesquita e Carmo** — Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.  
**Miguel Palma** — Escultura. Galeria Quadrum, Palácio dos Coruchéus (Alvalade). Das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 11/11).  
**Paulo Ossião** — Aquarelas. Galeria Holly, Largo da Trindade, 17. De 2.ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 18/11).  
**Pedro Maia** — Pintura e desenho. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20.  
**Peter Robertson** — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30 (até 30/11).  
**Pires Vieira** — Pintura. Gal. Alda Cortez, Lg. de Santos, 1-F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.  
**Tapeçaria do séc. XVI** — Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.  
**Yousuf Karsh** — Fotografia. Galeria de

Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30 (até 12/11)

## PORTO

**Alberto Carneiro** — Escultura. Gal. Nasoni, Rua Galeria de Paris. Das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 20/11).  
**Alcino Soutinho** — Design (móveis e candeeiros), desenhos de arquitectura. Gal. Vantag, Av. da Boavista (Edifício Aviz). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 19.30, sáb. das 14.30 às 19.30.  
**Anthony Caro** — Escultura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 (até 14/11).  
**Arte Portuguesa Contemporânea** — Pintura, escultura e desenho de Ângelo de Sousa, António Cruz, Cargaleiro, Lanhãs, Cutileiro, Guimarães, Pomar, Resende, Dourdil, Nadir Afonso. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777.  
**José Rodrigues** — «Salomé e S. João Baptista», desenhos Coop. Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque.  
**«Júlio Dinis»** — Bibliográfica e iconográfica, pelos 150 anos do nascimento do escritor. Biblioteca



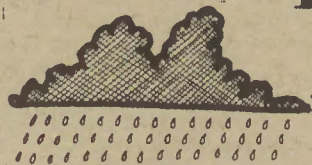
Domingos Saraiva



Chichorro

# Tempo

Fim de Semana



Céu muito nublado e períodos de chuva. Vento moderado do quadrante sul.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



# aTV

## Tempo de antena do PSD: apêndice do Telejornal...

O PSD teve o seu **Tempo de Antena**. Não se percebe lá muito bem, dado que ele já conta com quase todo o tempo de antena de informação da RTP — se esquecermos os tempos de antena, oficiais, oficiosos... e afins, do governo. Chega a ser caricato que alguém não se contente com o pão o **Jornal da Tarde** o **Telejornal**, o **Jornal das Nove**, o **24Horas**, etc, etc...) e vá ainda rapar as migalhas que ficaram sobre (e debaixo...) da mesa...

Mas enfim, pronto, o PSD lá teve o seu **Tempo de Antena**. Com esta nota impressionante: os raivosos ataques lançados contra o Partido Comunista. E isso não deixa de ser sintomático: o grande inimigo de Cavaco Silva, aquele que é preciso abater a todo o custo, é o partido dos trabalhadores. Encontramos aqui a melhor prova de que a ideologia morreu e de que a luta de classes está ultrapassada...

Ao ouvir o chefe e os subalternos, perante o fel que ensopava as suas palavras, julgar-nos-íamos transportados a tempos que desejaríamos erradicados para todo o sempre. O acirrar de ódios, o louco soprar sobre a fogueira, a agressividade patológica não podem deixar de ser considerados como um apelo implícito de consequências imprevisíveis.

Foi notória a semelhança entre a linguagem deste **Tempo de Antena** e a linguagem utilizada na televisão quotidiana. Mais: muitos dos ataques desferidos contra o PCP já nós os ouvimos no **Telejornal**. De tal modo que quem, desprevenido, entrasse em casa e abrisse o televisor naquele momento, haveria de pensar: «Mas quê!, então a droga do **Telejornal** acaba hoje tão tarde?»

Meus amigos, como esperar bem para a nossa Pátria de quem tem o coração apenas cheio de ódio?

De realçar, ainda o largo espaço concedido à manipulação dos acontecimentos nos países do Leste — curiosamente na base de imagens colhidas no telejornal, algumas delas enviadas pelo correspondente da RTP em Moscovo, cujo currículo seria ocioso lembrar aqui.

Ou seja: a RTP, ao serviço do PSD, «informa»; depois, o PSD serve-se dessas informações. Pois claro...

## Na vida é que se prova

Compare-se com o **Tempo de Antena** do PCP. Aquilo nada tem a ver com os noticiários habituais da Televisão. Temos diante de nós pessoas que não são telecolunáveis e factos que passam fora do campo de acção da RTP.

O PCP não agrediu ninguém, não acirrou ódios. Que ouvimos nós? Ouvimos dizer que «nós, os da CDU, somos os melhores», «nós somos trabalhadores e experientes», «nós somos competentes e trabalhamos com e para as populações».

Vieram dizer-nos isso homens e mulheres que dão a cara e a palavra. Passaram por lá Abílio Fernandes, Severiano Falcão, Maria Emília Sousa, Odete Santos, Oliveira Dias, etc., etc. Vieram esses e poderiam vir muitos mais. De grandes e pequenas autarquias, onde a CDU está em maioria ou em minoria. Lá vimos Joaquim Pereira, o representante, de uma freguesia (Santar) do concelho de Viseu, ele também orgulhoso da obra realizada.

Ofenderam alguém? Nem por sombras! Estava, é certo, implícito um desafio: «Vamos lá a ver quem trabalha melhor do que nós...»

Não há nenhum mal nesse desafio. Aceitem-no ou não. Mais nada. Que culpa tem o PCP e os seus aliados de Lisboa estar como está, por culpa de uma gestão em que o PSD e o CDS estão irremediavelmente comprometidos?

Na vida, e não no **Telejornal**, é que se vê quem é bom...

## Seria uma injustiça...

O acontecimento relevante da passada semana foi sem dúvida a espectacular subida da Esquerda Unida da qual faz parte o Partido Comunista de Espanha.

É claro que a RTP não podia escamotear o facto. Seria demasiadamente escandaloso. Seria impossível negar aquilo que todos confirmam — e basta ler a imprensa espanhola, incluindo a da direita.

Uma coisa, porém, é não escamotear completamente os factos; outra coisa é contribuir para a sua plena compreensão.

A audiência da RTP ficaria mais apta a entender mais claramente o significado da vitória da unidade da esquerda, se lhe fossem dadas algumas informações preciosas como por exemplo: num sistema eleitoral rigorosamente proporcional, a Esquerda Unida teria, não 17, mas 32 lugares...

Por outro lado há a manipulação da televisão espanhola que fez autenticamente campanha pelo PSOE. Ainda mais: nos tempos de antena atribuídos às formações políticas, o PSOE contou com mais de **duas horas e meia**, enquanto a Esquerda Unida teve apenas **44 minutos**...

Compreende-se que na RTP estes factos sejam ignorados. Podia alguém pensar que, em questão de manipulação, alguém levava a palma à Televisão portuguesa — o que seria, flagrantemente, uma injustiça...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Prendas e parabéns do 4.º aniversário

Primeiro vieram as prendas: 56 por cento para os titulares de cargos políticos, 14 para os reformados — que já estão habituados a viver com pouco... Depois veio o aniversário, como desculpa para ocupar tempo de antena e cantar a si próprios os parabéns que o País não lhes dá.

Passou-se isto por obra e graça do Governo PSD/Cavaco. Os jornais também falaram.

## Como ele, só antes de Abril

«Miguel Cadilhe é o ministro das Finanças que há mais tempo exerce, sem interrupção, o cargo desde o 25 de Abril de 1974, sendo o quinto mais antigo titular da pasta desde a implantação da República em 1910.

Cadilhe ocupa este cargo desde Novembro de 1985, perfazendo ontem quatro anos sem interrupção à frente do Ministério das Finanças. Desde o 25 de Abril de 1974, Portugal já teve mais de uma dezena de ministros das Finanças, não tendo nenhum, excepto Cadilhe, ultrapassado três anos à frente de um dos mais cobiçados ministérios.

Somente Ernâni Lopes esteve perto, pois foi ministro desta pasta de 9 de Junho de 1983 a 6 de Novembro de 1985, ocupando o cargo durante dois anos, quatro meses e 28 dias.

Desde a implantação da República até ao 25 de Abril, registaram-se dois períodos distintos: um de instabilidade e outro de estabilidade. António de Oliveira Salazar esteve em funções num total de 12 anos, quatro meses e 18 dias.

(«Correio da Manhã», 7 de Novembro)

## Tomem lá 500 milhões

«Centenas de milhões de contos de crédito mal-parado estão em vias de apagamento na banca pública», disse a «o diário/Fim de Semana» João Lopes, membro da Comissão Coordenadora das comissões de trabalhadores (CT's) do sector bancário.

«Estão a proceder em todos os bancos à limpeza ou redução do crédito mal-parado». João Lopes reconheceu que o crédito mal-parado, que chegou a atingir os 500 milhões de contos há três anos, sofreu já alguma redução, que resultou de cobranças feitas por execução de devedores.

Mas a limpeza do crédito mal-parado, agora em curso, comporta outros pressupostos. Os bancos estão a passar o seu volume de crédito da conta de devedores para provisões. A operação tem como resultado dar esse crédito como recebido, sendo a dívida coberta pelos lucros de cada instituição bancária.

A preocupação manifestada pelos representantes dos trabalhadores — conforme a análise João Lopes — radica em saber com que critérios e objectivos se está a avaliar e a proceder à limpeza do crédito mal-parado. E advertiu que a selecção e apagamento desses créditos poderá beneficiar «algumas figuras e empresas» e que a forma «sigilosa» como tudo se está a processar não dá garantias de transparência.

(«Fim de Semana/o diário», 4 de Novembro)

## Emprestem-me agora, pagam depois

«Um verdadeiro escândalo é como vários economistas e juristas por nós contactados classificam o facto de o Governo, no próximo ano, não pagar juros sobre os montantes a reembolsar aos contribuintes que, em 1989, pagaram mais de IRS do que deviam.

De acordo com o Orçamento de Estado para 1990, o valor dos reembolsos ascende a 28 milhões de contos. No entanto, o mesmo documento não prevê qualquer pagamento de juros sobre aquela verba.

Grande número de portugueses estiveram, pois, a financiar o Estado, ao longo de 1989, com empréstimos «forçados» a uma taxa de juro de zero por cento. Recordar-se que o «Semanário» no início deste ano já previa que tal viesse a verificar-se.

Se tivermos em conta que o Fisco cobra 2 por cento ao mês de juros de mora sobre impostos em dívida, os contribuintes que serão alvo de reembolsos ficarão «desfalcados» em mais de três milhões de contos. Isto considerando apenas o período que vai de Janeiro do próximo ano até à data de reembolso que deverá ocorrer entre 10 de Maio e 10 de Agosto.

Outra questão que suscita também alguma polémica é a que se prende com o modo de contabilização dos reembolsos, tal como é descrito no OE para 1990.

De acordo com o referido documento, os 28 milhões de contos de reembolsos deverão ser deduzidos ao valor das cobranças a realizar em 1990 em impostos sobre rendimentos.

Esta operação é vista pelas nossas fontes como «mais uma prova de pouca seriedade do Governo. E que a verba de 28 milhões de contos é uma dívida efectiva do Estado pelo que deveria ser contabilizada como Dívida Pública de curto prazo.»

«Esta situação não foi assumida pelo Governo — afirmaram-nos — porque iria aumentar ainda mais a necessidade de financiamento do sector público.»

Vejamos agora quem são os contribuintes que irão ser reembolsados pelo Fisco por, ao longo de 1989, terem pago mais de IRS do que efectivamente deviam.

Segundo uma fonte da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, naquela situação estarão muitos dos contribuintes trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta de outrem, cujas empresas efectuam a cobrança do IRS de acordo com a tabelas de retenção na fonte.

Os primeiros porque ao longo de 1989 pagaram três prestações por conta do IRS com base num rendimento anual presumido e não efectivo.

Os segundos porque as ta-

belas de retenção na fonte não têm em consideração, por exemplo, as deduções que o contribuinte poderá efectuar quando no início do ano apresentar a sua declaração de rendimentos.»

(«Semanário», de 4 de Novembro)

## Vendes tu ou vendo eu

«Cavaco Silva decidiu intervir, na quinta-feira, para eliminar o clima de tensão que estava a avolumar-se entre os ministros Mira Amaral e Ferreira do Amaral a pretexto do investimento estrangeiro, soube o Expresso de fonte segura. Em audiência ao ministro da Indústria — confirmada pelo Gabinete do primeiro-ministro que, todavia, não adiantou pormenores — Cavaco Silva terá «travado» Mira Amaral, segundo as fontes contactadas, nos esforços que este estaria a desenvolver para protagonizar alguns novos êxitos previsíveis em matéria de investimento estrangeiro, designadamente de origem nipónica.

Uma notícia publicada pelo semanário «O Jornal» dava conta de um conflito latente entre os dois membros do Governo, uma vez que os processos de captação e negociação de tais investimentos são coordenados pelo ministro do Comércio e Turismo, através do ICEP, organismo que centraliza as competências do antigo Instituto do Investimento Estrangeiro.

Fontes governamentais disseram ao Expresso que não chegou a haver conflito, mas confirmaram o mal-estar entre os dois ministros, tendo acrescentado que a anunciada visita de Mira Amaral ao Japão, a partir do dia 13, terá sido «a gota de água». Mira Amaral deslocou-se àquele país, a convite do seu homólogo japonês, no momento em que um outro membro do Governo — o secretário de Estado do Comércio Externo, Horta e Costa — está a terminar uma visita oficial, justamente com o objectivo de contactar potenciais investidores. Os programas das duas visitas cruzavam-se em alguns pontos, nomeadamente nos encontros, inicialmente previstos, com responsáveis da Daihatsu, o que daria aos responsáveis deste grupo interessado em investir em Portugal, uma imagem de descoordenação obviamente nefasta.

(«Expresso», 4 de Novembro)

## E viva o diálogo!

«Viana do Castelo, 4 (Lusa) — Uma delegação de trabalhadores da função pública do Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo foi no sábado impedida de entregar ao Primeiro-Ministro um abaixo-assinado, aquando da inauguração do edifício sede dos seus serviços.

Uma nota à imprensa, assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, refere que 150 dos 240 trabalhadores do centro regional assinaram o abaixo-assinado onde protestavam contra «medidas impostas pelo Governo».

«O novo sistema retributivo, estagnação das carreiras profissionais e o baixo aumento salarial recentemente imposto» são as medidas que mereciam a contestação dos trabalhadores, diz a nota, acrescentando que «esmagadora» maioria dos trabalhadores se recusou a participar na inauguração do edifício numa atitude «de protesto».

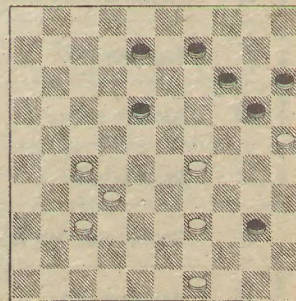
(«A Capital», 6 de Novembro)

# Damas

CCXXVIII — 9 de Novembro de 1989

Proposição N.º 227  
Por: Patrick Fosse  
«La Dépêche du Midi», 17/XII/1978

Pr.: [7]: 8-9-14-15-18-20-40  
Br.: [7]: 25-27-29-32-37-39-49

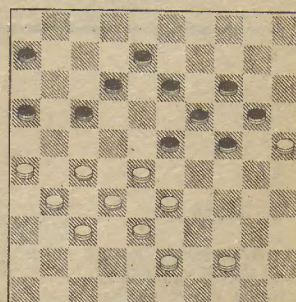


Branças jogam e ganham

\*\*\*

Golpe N.º 227  
Por: Loiseau

Campeonato de França (Promotion B), 1978  
(Contra Jean-François Lafat)  
Pr.: [11]: 6-8-12-13-14-16-17-19-20-23-24  
Br.: [11]: 25-26-27-28-31-32-33-37-38-43-44



Jogam as Pretas e fazem Damal

[As Brancas acabaram de trocar: 39-34 (29x40), 35x44]

\*\*\*

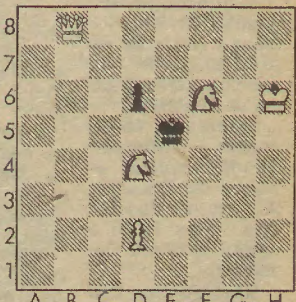
Soluções do N.º CCXXVII  
N.º 227 (P.F.): 49-44 (40x49), 32-38 (49x21), 37-32 (21x23), 28x10 (15x4), 25x23+  
Golpe N.º 227 (L.): (24-30), 25x34 (23-29), 33x15 (14-20), 15x24 (19x50)=D

A. de M.M.

# Xadrez

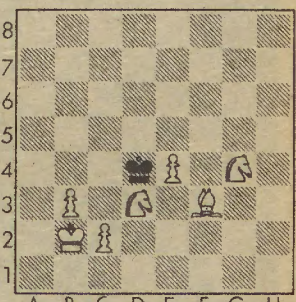
CCXXVII — 9 de Novembro de 1989

Proposição N.º 227/A  
Por: Dr. Júlio Vasques  
In «O Jogo Real», 2.ª ed., 1926  
Pr.: [2]: Pd6-Ré5  
Br.: [5]: Pd3-Cs. d4, f6-Db8-Rh6



Mate em 2 lances

Proposição N.º 227/B  
Por: Auguste D'Orville  
«Le Palamède», 1837  
Pr.: [1]: Rex Solus d4  
Br.: [7]: Ps. b3, c2, e4-Cs. d2, g4-Bf3-Rb2



Mate em 5 lances

Soluções do N.º CCXXVII  
N.º 227/A (J.V.): Chave: 1. Dç7!  
1. .... R:d4; 2. Dç3++  
1. .... R:f6; 2. Dg7++  
1. .... Rf4; 2. D:d6++  
N.º 227/B (A.D.O.): 1. Cg65 (bloques), Ré3; 2. c3, Rd2; 3. Cç4+, R:d3; 4. b4, R:c4; 5. Bè2++  
A. de M.M.